

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Nayra Borges de Almeida

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL -
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Maringá,
2017

NAYRA BORGES DE ALMEIDA

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL -
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci.

Coorientador: Prof^o Dr. Herculano Ricardo Campos

Maringá,

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

A447r Almeida, Nayra Borges de
Reflexões sobre a atuação de psicólogos na
assistência social - Algumas contribuições da
psicologia histórico-cultural / Nayra Borges de
Almeida -- Maringá, 2017.
122 f. : il., tabs.

Orientador: Profª. Drª. Marilda Gonçalves Dias
Facci.

Co-orientador: Prof. Dr. Herculano Ricardo
Campos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia - Área de Concentração:
Constituição do Sujeito e Historicidade, 2017.

1. Psicologia. 2. Psicologia Histórico-cultural.
3. Assistência social. I. Facci, Marilda Gonçalves
Dias. II. Campos, Herculano Ricardo, coorient. III.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Área de
Concentração: Constituição do Sujeito e
Historicidade. IV. Título.

CDD 21.ed. 153.2

AHS

FOLHA DE APROVAÇÃO

NAYRA BORGES DE ALMEIDA

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL -
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marilda Gonçalves Dias Facci

Prof.^a Dr.^a Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

Prof.^a Dra. Isabel Fernandes de Oliveira

Aprovada em: 03 de abril de 2017

Local de defesa: Universidade Estadual de Maringá (UEM) Maringá-PR

Dedico este trabalho aos meus pais, exemplos de luta cotidiana por um mundo menos injusto e a todos os usuários e trabalhadores da Assistência Social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dr^a Marilda Gonçalves Dias Facci, pela grande contribuição em suas aulas e orientações, pelo compromisso e prontidão durante as leituras e correções deste trabalho e pela seriedade e respeito direcionados à produção de conhecimento na Psicologia Histórico-Cultural. Agradeço, também, pela tranquilidade e segurança passadas a mim nos momentos difíceis.

Ao professor Dr. Herculano Ricardo Campos, pelo interesse e comprometimento com os quais auxiliou como coorientador e pelas imensuráveis contribuições teóricas e reflexões, fundamentais ao processo de construção deste trabalho.

À professora Dr^a Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal, pelas profícuas observações, reflexões e sugestões realizadas durante a qualificação, que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

À Prof.^a Dr^a Izabel Fernandes de Oliveira, pelas pertinentes correções, questionamentos reflexivos e sugestões de leituras, que muito auxiliaram na continuidade deste estudo após o parecer enviado para a qualificação. Agradeço, além disso, pelas produções teóricas da autora às quais tive acesso, que foram referência de suma importância para este estudo.

À CAPES/CNPQ, pela disponibilização da bolsa, que possibilitou minha dedicação exclusiva ao desenvolvimento deste trabalho durante um ano.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI), pelo crescimento intelectual proporcionado por suas aulas e pela importante produção acadêmica dos mesmos.

Ao meu companheiro, Matheus Vieira Margente, por compreender minha ausência durante estes dois anos, pelo suporte emocional e pelas leituras e discussões realizadas em conjunto, que tornaram esta trajetória menos árdua.

Aos meus pais, pela confiança, incentivo e apoio material e afetivo, sem os quais esta etapa de minha vida seria impossível. Pelo exemplo de ética e seriedade no serviço público, que ambos me ofereceram e por terem me ensinado a não me conformar com o sofrimento humano.

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.
Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.

Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.
Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Ferreira Gullar

ALMEIDA, Nayra Borges. Reflexões sobre a atuação de psicólogos na Assistência social - algumas contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

RESUMO

Devido às condições socioeconômicas vigentes no período de transição entre as décadas de 1970 e 1980 e ao fortalecimento dos movimentos sindicais, bem como dos Conselhos de Psicologia – após a redemocratização do país – ocorre uma mudança de paradigma na profissão do psicólogo que se volta para discurso de compromisso social da profissão, que passa a compor o rol de profissionais das políticas sociais, dentre elas, a Assistência Social. A principal característica das políticas sociais é que, no modo de produção capitalista, são definidas como uma estratégia do Estado para minimizar as consequências da chamada “Questão Social”. Até a década de 1930, as respostas do poder público frente a Questão Social se confundiam com atividades de caráter higienista e de institucionalização dos sujeitos e a miséria era compreendida enquanto uma disfunção do indivíduo, porém, a partir de 1988, observa-se uma transição da questão para o campo da garantia de direitos sociais. Apesar deste processo significar um avanço na política de Assistência Social, o mesmo não possibilita a transformação real na organização social, que só pode ocorrer com a substituição do trabalho explorado para o associado e, dessa forma, não proporciona a emancipação humana proposta por Marx. Partindo desses pressupostos, este estudo tem como objetivo: Identificar e analisar como está sendo realizada a atuação do psicólogo na Assistência Social, tendo como referência os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, cujo fundamento é a ontologia do ser social de Marx. Trata-se de um estudo bibliográfico, partindo de clássicos do marxismo e da Psicologia Histórico-Cultural, assim como de consulta a produções atuais sobre a temática. A primeira seção resgata o percurso histórico da Assistência Social brasileira até os dias atuais, além da relação entre o Estado, Questão Social e políticas sociais e a diferenciação entre emancipação política e humana. A segunda apresenta as transformações da Psicologia até sua inserção nas políticas sociais descrevendo as condições concretas dessas mudanças. Na terceira seção apresentamos os resultados de pesquisa bibliográfica realizada a partir de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), buscando teses e dissertações que abordassem o tema “Psicologia e Assistência Social” no período de 2004 a maio de 2015. Os dados da pesquisa contribuíram para a identificação das principais abordagens da Psicologia defendidas nos estudos, bem como a identificação dos principais dificultadores para a prática do psicólogo na Assistência Social. Consideramos que a abordagem eleita para a discussão desta dissertação pode contribuir para atuação do psicólogo nesta política pública, pois sua concepção de homem tem como principal preocupação o desenvolvimento deste como ser social, determinado pelas condições concretas da sociedade, compreendo, portanto, as consequências da exploração de trabalho e de sua alienação para o processo de constituição da consciência humana.

Palavras-chave: Psicologia; Psicologia Histórico-Cultural e Assistência Social.

ABSTRACT

Due to the socioeconomic conditions in the transition period from the 1970s to the 1980s and the strengthening of trade union movements and the Psychology Councils, after the country's re-democratization there is a paradigm shift in the psychologist's profession, which is directed to the discourse of social commitment of the profession starting to compose the list of social policy professionals as well, among them, the Social Assistance. The main characteristic of social policies is that, in the capitalist mode of production, they are defined as a State strategy to minimize the consequences of the so-called "social issue". Until the 1930s, public power responses to the social issue were mixed with activities of hygienist nature and institutionalization of the subjects and misery was understood as a dysfunction of the individual, however, from 1988 on, he moved to the field of social rights guarantee. This process meant an advance in Social Assistance policy, but it does not allow the real transformation in the social organization, which can only happen with the substitution of the wage labor for the associate labour and, therefore, does not provide the Human Emancipation proposed by Marx. Based on these, this study aims to identify and analyze how the psychologist's work in the Social Assistance is being carried out, taking as reference the assumptions of Historical-Cultural Psychology, whose foundation is the Marx's ontology of social being. It is a bibliographical study, starting from classics of Marxism and Cultural-Historical Psychology, as well as consulting current productions on the theme of this study. The first section describes the historic path of the Brazilian Social Assistance to the present day, and discusses the relationship between the State, Social Issue and social policies and the differentiation between Political and Human Emancipation. The second one presents the changes of Psychology until its insertion in the social policies, describing the concrete conditions of these changes. In the third section we present the results of a bibliographic research carried out in the databases of the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), searching for theses and dissertations that deal with the theme "Psychology and Assistance Social" in the period from 2004 to May 2015. The research contributed to the identification of the main approaches of Psychology defended in the studies, as well as the identification of the main impediments to the practice of the psychologist in Social Assistance. We consider that the chosen approach to the discussion of this dissertation can contribute to the performance of the psychologist in this public policy, since its conception of man has as main concern the development of this as social being, determined by the concrete conditions of the society, I understand, therefore, the consequences of the Exploitation of labor and its alienation to the process of constitution of human consciousness.

Key words: Psychology; Cultural-Historical Psychology; Social Assistance.

SUMÁRIO

1. ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
1.1 Estado e modo de produção capitalista.....	16
1.2 Questão social e políticas sociais.....	28
1.3. Políticas sociais no Brasil e Assistência Social.....	31
1.3.1 As transformações nas ações direcionadas à pobreza nas décadas que seguem a Constituição de 1988.....	36
1.4. Algumas considerações.....	42
2. A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRADIÇÕES E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES.....	46
2.1 A trajetória da Psicologia e sua inserção nas políticas sociais.....	47
2.2 Concepção materialista histórico-dialética da formação humana: Psicologia Histórico-Cultural.....	56
2.2.1 A concepção ontológica do ser social.....	56
2.2.2 A formação do homem a partir da Psicologia Histórico-Cultural.....	59
2.2.3 Formação humana e o processo de alienação.....	74
3. PANORAMAS DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	81
3.1 Procedimentos adotados para o levantamento de dados.....	74
3.2 Resultados e discussões.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
Apêndices	118

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM). O tema discutido foi “Psicologia e Assistência Social”, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, tendo como objetivo identificar e analisar como está sendo realizada a atuação do psicólogo na Assistência Social, tendo como referência os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural.

Sobre a Assistência Social destaca-se que, em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, inicia-se um processo de mudanças no que se refere à concepção da Assistência Social, objetivando superar sua compreensão enquanto conjunto de ações assistencialistas, transitando para o campo da garantia de direitos sociais. Assim, em 1993 é promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 - LOAS), que regulamenta a Assistência Social como política pública inserida no sistema de Seguridade Social, junto à Saúde e Previdência Social (Brasil, 2004).

Considerando tais transformações nas condições políticas e institucionais brasileiras, tem início o processo de construção da política de Assistência Social considerada, então, como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado. A discussão sobre a consolidação desta política e suas estratégias culminou na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília (DF), apresentando como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2004).

Oliveira e Yamamoto (2010) afirmam, citando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (Brasil, 2006), que este sistema apresenta um modelo de gestão descentralizado e participativo, pautado pela regulação e organização das ações socioassistenciais em todo território brasileiro. Os autores identificam, como princípios do sistema, a matricialidade familiar; a territorialização; a proteção proativa e a integração à seguridade social e às políticas sociais e econômicas. Para melhor efetivação de suas ações, o SUAS divide-se em níveis de complexidade: a proteção social básica e a especial, sendo esta subdividida em especial de média e alta complexidade, como será explicado na primeira seção.

A inserção do psicólogo neste campo tem sido crescente, pois tornou-se profissional requisitado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), a qual deve ser

seguida para possibilitar a transferência de recurso federal para a execução desta política (Brasil, 2006). Essa é uma das razões pela qual o número de concursos públicos para psicólogos com vagas para a Assistência Social cresceu significativamente nas últimas décadas. Somando-se o número de psicólogos no serviço público ao de profissionais quem compõem o terceiro setor, de acordo com o Senso SUAS de 2014, esta área abrange 23.553 psicólogos atuantes, sendo, portanto, importante campo de atuação.

Neste contexto, o interesse pelo tema é resultante de minha experiência no exercício da Psicologia em equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social de um município paulista no período de 2009 a 2015, tendo atuado por dois anos no Centro de Referência de Assistência Social e por cinco no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, além de ter participado, neste período, no Conselho Municipal sobre Drogas e na comissão de construção do fluxograma de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Entendo que a experiência prática neste campo das políticas sociais destaca-se por possibilitar a intervenção junto a diferentes formas de expressão das relações de classe, desde a ausência de recursos materiais mínimos à sobrevivência, como alimentos e moradia, até as diversas formas de violência e exclusão.

Frente a esta realidade iniciei, no ano de 2009, a Especialização em Gestão de Políticas Sociais, com intuito de compreender melhor estas políticas públicas. Ao término deste curso, elaborei a monografia intitulada “A concepção dos alunos do 5º ano de Psicologia sobre a utilização da violência física como método educacional”, tendo como objetivo perceber como os futuros profissionais psicólogos que, provavelmente, deparariam com o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, o compreendiam. O tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes também já havia sido estudado por mim em 2008, quando cursei Especialização em Saúde Mental, tendo escrito como trabalho de conclusão de curso o artigo “Saúde Mental e Violência Doméstica – reflexão sobre esses dois fenômenos”.

Entretanto, a maior parte das disciplinas de ambas as especializações foi ministrada por professoras do Serviço Social, motivo pelo qual senti a necessidade de direcionar, a partir de então, os estudos mais especificamente à Psicologia. Como desde a graduação tive afinidade com a Psicologia Histórico-Cultural, em 2013 – após participar do “II evento do Método e Metodologia em Materialismo Histórico-Dialético e Psicologia Histórico-Cultural” realizado pela Universidade Estadual de Maringá-PR –, me inscrevi no curso de Especialização em Teoria

Histórico-Cultural da UEM, cujo trabalho de conclusão de curso foi feito na modalidade de artigo, defendido em fevereiro de 2016.

No início desta Especialização meu objetivo era discutir a prática do psicólogo na Assistência Social, com base na Psicologia Histórico-Cultural, entretanto, durante as orientações realizadas pela orientadora Prf^a Dr^a Marilda Gonçalves Dias Facci e pelo coorientador Prof^o Dr. Herculano Ricardo Campos, consideramos ser necessário, primeiramente, compreender no que consiste a política de Assistência Social a partir da perspectiva da teoria marxiana, o que requer, para tanto, entender o conceito de Estado defendido por Marx e Engels. Assim, no referido trabalho de conclusão da Especialização em Teoria Histórico-Cultural, discutimos o conceito de Estado para teóricos do materialismo histórico-dialético e sua relação com a política de Assistência Social. As principais ideias elaboradas neste artigo (Almeida, 2016) foram retomadas e apresentadas na primeira seção desta dissertação, articulando-se com o percurso histórico da Assistência Social.

Desta forma, é possível afirmar que esta dissertação se constitui como uma continuidade das reflexões desenvolvidas no mencionado curso no qual tiveram início meus estudos sobre a Assistência Social a partir da perspectiva teórica aqui defendida. Além disso, trata-se de um retorno ao objetivo primeiro, ou seja, a discussão sobre a Psicologia na Política de Assistência Social fundamentada na Teoria Histórico-Cultural. Sendo assim, o objetivo geral do presente estudo é: **identificar e analisar como está sendo realizada a atuação do psicólogo na Assistência Social, tendo como referência os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural.** Definimos, para tanto, os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar as abordagens teóricas da Psicologia que embasam as publicações;
- Identificar os modelos de atuação da Psicologia na Assistência Social descritas nas dissertações e teses;
- Discutir os aspectos dificultadores da atuação do Psicólogo na Assistência Social apresentados pelos autores;
- Refletir sobre as possíveis contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a atuação do psicólogo neste campo.

Pretendemos possibilitar a compreensão do que é a Assistência Social e quais as

principais transformações ocorridas nesta área ao longo de sua história no Brasil, além do percurso da Psicologia desde as primeiras expressões do saber psicológico no país, até sua inserção nas políticas públicas sociais, chamando a atenção para a função social desta ciência nos seus primórdios. Por esta razão, além de refletir sobre as categorias que consideramos essenciais para a compreensão da Assistência Social (Estado no modo de produção capitalista e Questão Social), apresentamos um panorama sobre quais abordagens psicológicas estão mais presentes nos trabalhos acadêmicos que discutem esta temática objetivando, assim, entender como o fenômeno “Psicologia e Assistência Social” tem se manifestado no campo acadêmico atual. Também buscamos identificar as principais dificuldades apresentadas por autores que pesquisaram este tema e, além disso, analisar se como as produções que afirmam se embasar na Psicologia Histórico-Cultural compreendem sua contribuição para esta área.

Para tanto, o trabalho foi dividido em três Seções. A primeira, intitulada “Estado, políticas sociais e Assistência Social”, resgata o percurso histórico da Assistência Social brasileira, desde as ações assistencialistas do início do século XX até a apresentação da Política Nacional de Assistência Social hoje vigente, discutindo alguns de seus principais documentos de referência (Brasil, 1988; 2004; 2009). Além disso, pautando-nos nas contribuições de autores como Tonet (2007; 2016); Marx (1843/1989; 2007); Marx & Engels (1933/1982); Engels (1844/2010); Netto (2011); Netto & Braz (2012) e Mascaro (2013), trouxemos à tona a relação entre o Estado no modo de produção capitalista, Questão Social e políticas sociais, nos apoiando em autoras como Behring & Bochetti (2011). Outro importante aspecto discutido nesta seção trata da diferenciação entre Emancipação Política e Emancipação Humana na teoria de Marx, sobre a qual falamos a partir de Tonet (2016) e Marx (1843/1989).

A segunda seção, cujo título é “A Psicologia na Assistência Social”, apresenta as mudanças da Psicologia até sua inserção nas políticas sociais, com base nas contribuições de autores como Kahhale & Andriani (2002); Antunes (2012); Tuleski (2012); Bock (1999); Yamamoto (2007); Oliveira & Yamamoto (2010); Oliveira & Amorim (2012), discutindo as condições concretas dessas mudanças.

Nesta seção também se encontra a apresentação de alguns elementos fundamentais da ontologia do ser social, introduzindo a diferenciação entre atividade animal e atividade vital humana e a importância do trabalho como categoria fundante do ser social, nos fundamentando em algumas contribuições de Facci; Barroco & Leonardo (2009); Márkus (2015); Lukács (1979)

e Tonet (2011; 2013). Na sequência, discutimos os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural sobre o processo de formação humana, iniciando com a contextualização da fundação da Psicologia Histórico-Cultural (Tuleski, 2008) e apresentando seus principais conceitos, com base nas obras de Vigotski (1966; 1995; 2004). Além dos trabalhos deste autor, nos pautamos em Leontiev (2004); Duarte (2013) e Saviani (2012), articulando suas contribuições com as reflexões de Marx (1844/2004); Marx & Engels (1982) e Engels (1896/1999) e Kosik (2002).

Na terceira seção apresentamos os resultados de pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), buscando teses e dissertações que abordassem o tema “Psicologia e Assistência Social” no período de 2004 a maio de 2015, pelos descritores: Psicologia e Assistência Social; Psicologia e Sistema Único de Assistência Social; Psicologia e Centro de Referência de Assistência Social; Psicologia e Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Psicologia e Proteção Social. Os dados da pesquisa contribuíram para a identificação das principais abordagens da Psicologia defendidas nos estudos, bem como a identificação dos principais dificultadores para a prática do psicólogo na Assistência Social.

1. ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para compreender a Assistência Social, atualmente, como importante campo de atuação do psicólogo, é necessário retomar aspectos de sua gênese, buscando identificar elementos essenciais de sua dinâmica. Um ponto fundamental neste processo é a relação intrínseca entre as políticas sociais e as diferentes formas de expressão do Estado diante da chamada “Questão Social” – fenômeno produzido, essencialmente, pelas lutas de classe na sociedade capitalista e indissociável da acumulação de capital, da exploração da força de trabalho, da concentração e centralização da riqueza e da produção de mais valia –, posto que a mesma emerge, justamente, destes pilares do movimento do capital (Netto & Braz, 2012). Discutiremos, portanto, nesta seção, os aspectos que permeiam a política de Assistência Social enquanto política social que se constitui como uma das formas do Estado enfrentar a referida Questão Social e a pobreza, fenômenos sobre os quais discorreremos aqui.

1.1. Estado e modo de produção capitalista

A compreensão acerca das políticas sociais e, neste caso, da Assistência Social, requer a definição do conceito de Estado e de sua função social – neste trabalho esta discussão ocorre da perspectiva do materialismo histórico-dialético, na concepção marxiana. Verifica-se, segundo Almeida (2016), em estudos anteriores à concepção do materialismo histórico-dialético acerca do Estado, que não há uma obra específica direcionada ao tema, mas é possível apresentar alguns aspectos fundamentais que o permeiam. Nesse sentido, Tonet (2007) assevera que a questão do Estado na obra do pensador Karl Marx pode ser sintetizada em quatro teses: 1º: Há uma relação Ontológica do Estado para com a sociedade civil; 2º: O Estado é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classes; 3º: O Estado é impotente para alterar a sociedade civil; 4º: A tese da extinção do Estado.

Sobre a *1ª tese*, pode-se encontrar nas obras iniciais de Marx, como na “Crítica da filosofia do direito de Hegel” (1843/2010), os elementos que compõem sua defesa (Almeida, 2016). Neste trabalho, Marx já apresentava importantes críticas a Hegel, principalmente no que se referia à sua abordagem idealista de dialética e de Estado, defendendo uma concepção

materialista, diferenciando-se de Hegel, para quem o Estado seria um órgão superior à sociedade civil e esta seria resultante dele. Marx (2010), entretanto, demonstra que esta compreensão encontra-se invertida, tratando-se de uma concepção idealista.

Opondo-se à ideia do Estado separado da sociedade civil, Marx (2010) demonstra que o mesmo se constitui a partir das condições objetivas da própria sociedade civil e se expressa a partir delas, principalmente no que diz respeito aos interesses antagônicos nela existente:

Em total oposição às teses vigentes do liberalismo, que vê no Estado o resultado de um pacto social e à concepção hegeliana, para a qual o Estado é o princípio superior de ordenamento da sociedade civil, Marx afirma que o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil (Tonet, 2007, p. 64).

Esta relação ontológica entre Estado e Sociedade civil também é defendida por Engels (1844/2010), segundo Almeida (2010), na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, na qual o autor explicita como a organização social da humanidade é constituída pelas necessidades produzidas a partir do modo de transformação da natureza e de produção de sua existência. Engels (2010) demonstra que a passagem da vida nômade à sedentária só foi possível a partir da dominação de técnicas de pescaria e agricultura, por exemplo, pois permitiram ao homem o domínio sobre as adversidades da natureza. O maior aprimoramento da agricultura, somado a técnicas que possibilitaram a domesticação de animais, o fabrico e manuseio de instrumentos que passaram a ser utilizados como armas e o desenvolvimento da escrita permitiram ao homem se estabelecer em determinadas regiões e, com isso, também a forma de se organizar socialmente e de se reproduzir – as relações culturais relacionadas aos diferentes tipos de casamento – se modificou.

Além disso, Engels (2010) defende a ideia de que nos estágios pré-históricos de nossa cultura (estados selvagem e barbárie), os grupos humanos organizavam-se por meio de um comunismo primitivo e que as relações de casamento não eram ainda monogâmicas, apresentando diferentes constituições (família consanguínea; família punaluna¹; família

¹ Nesta forma de organização familiar ocorre a exclusão dos irmãos uterinos e posteriormente a proibição dos irmãos colaterais (primos em seus diversos graus) das relações sexuais recíprocas. As mulheres ou grupos de irmãs formavam um núcleo de uma comunidade e seus irmãos carnais um outro. (Engels, 2010)

sindiásmica² e, por último, a monogâmica). Nos primeiros tipos as relações se organizavam por meio do direito materno, ou seja, do matriarcado, porém, com o desenvolvimento das técnicas acima referidas, que permitiram, além do sedentarismo, um elevado crescimento populacional e o aumento na produção dos meios de subsistência, estas relações foram sendo substituídas pelo direito paterno, que se expressa principalmente pelo casamento monogâmico:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje, posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Engels, 2010, p. 87).

Neste contexto, Almeida (2016) destaca, em relação à discussão do antagonismo de classes e à questão do Estado trabalhada por Engels (2010), que a divisão e a opressão de uma classe dominante sobre outra, bem como a violência e avassalamento do homem não são inerentes à humanidade, mas produtos das condições históricas e econômicas, advindas da possibilidade da acumulação de bens e da necessidade de mantê-los. Disto decorre que o Homem deixa de se organizar pelo comunismo primitivo passando, então, às relações de exploração, o que incorre na necessidade de uma instituição que a legitime:

a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentilícia, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco

² Tipo de família matriarcal segundo o qual o vínculo conjugal dissolve-se facilmente (a infidelidade e/ou o divórcio são tolerados) e os filhos continuam a pertencer à mãe. (Engels, 2010).

estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às suas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras - a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas -; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado (Engels, 2010, p. 137).

A partir desta concepção não se pode partir do ponto de vista da neutralidade do Estado, uma vez que o mesmo, desde sua origem, expressa e legitima os conflitos de interesses entre classes dominantes e dominadas representando, prioritariamente, as primeiras. Em relação ao Estado moderno, é possível compreender que, segundo Marx & Engels (1933/1982), é do desenvolvimento da propriedade privada e da consolidação da classe burguesa que o mesmo é estabelecido, representando os mecanismos que a sociedade burguesa adota para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses:

[...] Como o Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política (Marx & Engels, 1982, p. 98).

Compreendemos a afirmação de Tonet (2007, p. 65), na 2^o tese sobre o conceito marxiano de Estado: “O Estado é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classes”, o que implica afirmar que, em nossa sociedade atual, o Estado corresponde aos interesses burgueses, não sendo possível depositar exclusivamente no discurso deste Estado burguês, ou seja, na defesa da democracia e da garantia de direitos, a possibilidade de uma intervenção comprometida com uma transformação efetiva de nossa realidade corroborando, assim, a 3^o tese de Tonet (2007) sobre a concepção de Marx acerca do conceito de Estado: “O Estado é impotente para alterar a sociedade civil”.

Também encontramos elementos que corroboram a 3^o tese na afirmativa de Marx

(1844/2007, p. 08), na obra “Glosas críticas marginais ao artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’ - De um Prussiano”:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder.

Em relação à quarta tese sintetizada por Tonet (2007), que remete à extinção do Estado, encontramos correlação com as ideias defendidas por Lenin (1917/2007) sobre o processo de transição da sociedade capitalista para a comunista, que perpassaria a tomada do Estado pela classe proletária e, posteriormente, após estabelecidas as condições necessárias, o Estado seria, então, extinto. Lenin (2007) defende, portanto, que não é possível a transformação da sociedade capitalista por meio de modificações no Estado burguês e que é igualmente impossível se esperar que a dissolução imediata deste Estado aconteça.

Outro autor que traz importantes contribuições para a compreensão do Estado a partir do materialismo histórico-dialético é Alysson Leandro Mascaro que na obra “Estado e forma política” (2013), discute os aspectos essenciais do Estado como se apresenta na atualidade. Para ele, o Estado se constitui, como já afirmava Engels (2010), pelas transformações que tornaram necessária a exploração de uma classe sobre outra, entretanto, há no Estado burguês uma especificidade, qual seja, a separação entre o poder econômico e o poder político. Esta separação é fundamental para a manutenção da dinâmica do modo de produção capitalista, pois possibilita uma dissociação aparente do Estado em relação à classe trabalhadora e à dominante.

Em outras formas de organização do modo de produção, como as com base no trabalho escravo ou servil, o poder político coincidia com o econômico e as relações de dominação se davam de forma imediata. Porém, com a possibilidade de acumulação do capital e a transformação na forma da mercadoria, de valor de uso para o valor de troca – essência do modo de produção capitalista –, as relações de trabalho tornam-se mediadas, assim como a troca

de mercadorias que, por sua vez, passa a ser mediada pelo dinheiro. Essa nova dinâmica na forma de produção, que inaugura o trabalho assalariado, torna necessário um “terceiro” que legitime essa nova expressão da exploração do trabalho. É, portanto, com base no modo de produção, que o Estado burguês se constitui:

[...] nas relações de produção capitalista se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessária de trabalho assalariado. A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direitos e a garantia de contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados (Mascaro, 2013, p. 18).

O Estado, portanto, se configura como um terceiro, uma vez que não é diretamente representante da classe burguesa nem da explorada, entretanto, é justamente este distanciamento das classes que permite a continuidade das formas de produção sobre as quais a sociedade se organiza, pois legitima um dos aspectos imprescindíveis do capitalismo, que é a centralidade em um indivíduo livre para vender e comprar mercadorias – dentre elas, a força de trabalho – que se traduz, no campo jurídico do aparato estatal, como o indivíduo (singular) sujeito de direitos. Assim, não há uma ação consciente e voluntária de dominação do Estado por uma classe determinada, porém, é o Estado que permite que a relação de exploração entre as classes continue existindo e, neste sentido, ele é a forma política do capitalismo (Mascaro, 2013).

Ou seja, é possível afirmar que o Estado é estruturalmente capitalista e seu caráter burguês não decorre de suas instituições serem ou não ocupadas por representantes da classe burguesa, mas do fato de possibilitar sua dinâmica, como um terceiro necessário. Em síntese,

afirma-se que

[...] deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais. Em vez de se apresentar como instrumento político neutro, então ocasionalmente dominado pelas classes burguesas, o Estado é um elemento necessário nas estruturas da reprodução capitalista. (Mascaro, 2013, p. 59).

O Estado, por meio de formas específicas, dentre elas a forma jurídica, garante a continuidade da relação essencial ao modo de produção capitalista, legitimando a relação de trabalho baseado na exploração e no valor de troca da mercadoria garantindo, portanto, o direito subjetivo e universal de vender e comprar a mercadoria força de trabalho. Entretanto, o Estado também responde, ainda que em menor proporção, às demandas da classe trabalhadora e a maneira como isso se manifesta transforma-se de acordo com as condições concretas, as quais envolvem os ciclos de crise inerentes ao capitalismo e o caráter da luta de classes de cada tempo. Dessa forma, presenciamos manifestações de governos de extrema direita, nas quais os direitos do trabalhador são reduzidos ao limite, bem como governos que investem mais em direitos sociais e às demandas da classe proletária, ambos mantendo, sempre, o direito fundamental de compra e venda do trabalho assalariado (Mascaro, 2013).

Além disso, destaca-se que a democracia não é característica apenas do modo de produção capitalista, como defende o senso comum, ao contrário, estados ditatoriais demarcam maiores períodos na história desta organização social que aqueles que possibilitaram maior abertura democrática (Mascaro, 2013). Em relação à democracia, o autor afirma:

É preciso, então, desvendar a especificidade estrutural e funcional da democracia no capitalismo. Ela se assenta sobre bases jurídicas e políticas bastante estabilizadas, como a defesa intransigente da propriedade privada, e também sobre bases sociais de alto teor opressivo, como o patriarcalismo, o racismo ou a xenofobia. Nesse sentido, não está em jogo a deliberação sobre as mudanças do modo de produção, nem se vota acerca da flexibilização do princípio da propriedade privada ou de sua socialização, nem se permite juridicamente a alteração de regras estruturais do sistema econômico.

Também assentada num amálgama cultural e social específico, a estrutura democrática tem muita dificuldade em aceitar pacificamente o respaldo político à vanguarda dos costumes em termos sexuais, por exemplo (p. 86).

Não pretendemos, com esta discussão, negar a inquestionável importância da democracia, porém é preciso compreender a maneira como se manifesta na sociedade capitalista, na qual é restrita, sustentando-se sobre o pilar da forma jurídica e política pelo qual estrutura-se o Estado, sendo, ao mesmo tempo, por ele limitada, uma vez que, apesar de representar um espaço de liberdade e de representação, configura-se, também, como interdição de lutas:

[...] a democracia representa o bloqueio da luta dos trabalhadores mediante formas que não sejam aquelas previstas nos exatos termos jurídicos e políticos dados. Exclui-se, com isso, a possibilidade de luta que extravase o controle e o talhe do mundo estatal e de suas amarras jurídicas. A ação revolucionária é interdita (Mascaro, 2013, p. 87).

Retornamos, assim, às raízes do próprio discurso da garantia de direitos e da promoção da democracia pois, mesmo que sejam fundamentais, não podem ser postos como objetivo final de uma transformação social. Limitar-se à defesa da garantia de direitos individuais como ponto de chegada significa reiterar a compreensão de que a desigualdade social é inerente à natureza humana e de que as relações materiais de produção são inalteráveis (Tonet, 2007; 2016). Se partimos do pressuposto de que o que torna necessário o Estado é a própria dinâmica do capital, concordamos com Tonet (2007, p. 26) ao afirmar que:

Na medida em que o horizonte maior é a plena democratização da sociedade, como espaço de resoluções dos problemas sociais, estamos de volta, quer queiramos quer não, aos pressupostos do bom e velho liberalismo. Com efeito, o que se pressupõe ser a sociedade nessa perspectiva? Um conjunto de indivíduos e de grupos sociais, com interesses diversificados, mas não tão radicalmente distintos que não possam ser resolvidos através de mecanismos de participação democrática.

Restringir-se à defesa da garantia de direitos, promoção da cidadania e da democracia significa, conforme explica o autor acima, compreender o Estado enquanto instância neutra, o que

[...] supõe entender o Estado como uma instituição resultante do consenso dos cidadãos, encarregado de velar para que seus direitos sejam respeitados e que as regras do jogo democrático sejam por todos acatadas. Nesta suposição, o Estado seria uma entidade neutra face os conflitos sociais (Tonet, 2007, p. 26).

Com as discussões realizadas até aqui, pretendemos deixar clara a concepção de Estado adotada, a qual fundamenta a compreensão sobre as políticas sociais, dentre elas a Assistência Social, que norteia este estudo, como será demonstrado a seguir. Partindo, assim, da exposição de alguns aspectos centrais da dinâmica e contradições do Estado na organização social capitalista, que perpassa, segundo Netto e Braz (2012), três estágios – o capitalismo comercial, o industrial e o financeiro ou monopolista –, será dada ênfase neste último, cuja última fase corresponde aos dias atuais.

São três as fases do capitalismo monopolista: a clássica (1890 a 1940), que se modifica com a crise econômica de 1929; os “anos dourados”, que têm início após a Segunda Guerra Mundial e vão até o período da crise de 1970 e o capitalismo contemporâneo, que engloba a década de 1970 até os dias atuais. Sobre “os anos dourados”, é importante salientar que foi nesta fase que houve uma tendência em ampliar a intervenção do Estado no campo econômico, o que contribuiu para a expansão do capital, mas também possibilitou respostas às reivindicações e pressões do movimento operário e sindical, que era fortalecido por partidos comunistas e socialistas. Logo, somado às ideias democráticas de resistência ao fascismo, tais movimentos possibilitaram a incorporação de demandas populares às ações do Estado, por meio do reconhecimento dos direitos sociais, resultando em diversos modelos de política que compuseram o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* (Netto & Braz, 2012).

Com a crise de 1970, ocorre o fim dos “anos dourados” e, com isto, o desenvolvimento de medidas de reestruturação financeira que culminaram no fortalecimento da agenda neoliberal. Nos anteriores anos dourados, as crises foram de menor período e de menos impacto ao desenvolvimento do capital, com estabilidade de crescimento (“longa onda expansiva”), entretanto, na transição da década de 1960 para 1970 a crise do petróleo e a

desestabilização do modo de produção baseado no modelo taylorista-fordista provocam a queda na taxa de lucro, conduzindo ao fim da “ilusão do capitalismo democrático (Netto & Braz, 2012, p. 225).

Nos anos seguintes, principalmente entre 1974-1975 e 1980-1982, há um declínio ainda maior na taxa de lucro e, assim, “A *onda longa expansiva* é substituída por uma *onda longa recessiva*: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas” (Netto & Braz, 2012, p. 225. Grifos dos autores). Esse contexto econômico teve como resposta a restrição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora nos anos anteriores, em governos que implantaram o *Welfare State*, por meio de medidas legais que, dentre outras coisas, diminuíram o poder de intervenção dos sindicatos.

Destaca-se que houve, então, o esgotamento da acumulação rígida do modelo taylorista-fordista e a transição para a acumulação flexível, denominada por alguns autores de pós-fordismo. No que se refere ao modo de produção e às relações de trabalho, as principais características desse novo tipo de estruturação são: a reestruturação produtiva (na qual é mantida a produção em larga escala, mas há uma ampliação na variabilidade da produção, atendendo a especificidades culturais mais diversificadas) e a desterritorialização da produção (deslocamento das indústrias para outros locais, principalmente países periféricos, nos quais há uma intensificação na exploração da força de trabalho). Outra diferença significativa é que nestes novos moldes, a qualificação da mão de obra passa a ser importante, pois há um maior desenvolvimento de tecnologias aplicadas à produção e, com isso, aumenta o quadro do exército industrial de reserva (Netto & Braz, 2012; Mascaro, 2013).

O cenário atual das relações de trabalho é marcado, assim, por uma maior vulnerabilidade dos trabalhadores, uma vez que a mão de obra da maior parte da população torna-se precarizada diante de uma pequena parcela extremamente qualificada. Outro aspecto importante é a flexibilização da hierarquia e o incentivo à comunicação, visando desenvolver no trabalhador o sentimento de pertencer à equipe e à empresa, não mais como empregado, mas como colaborador resultando, dessa forma, no enfraquecimento da consciência de classe (Netto & Braz, 2012; Mascaro, 2013).

A flexibilização econômica, das relações de trabalho e a destruição das regulamentações conquistadas pelos trabalhadores que correspondem à desmontagem do *Welfare*

State compõem as estratégias atuais do capital para romper com as barreiras que dificultam sua dinâmica. Tais estratégias são legitimadas pela ideologia da agenda neoliberal, que, segundo Braz & Netto (2013, p. 238):

[...] compreende uma concepção de homem (considerada atomisticamente como possessivo, competitivo, calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função de liberdade de mercado).

Tal ideologia defende uma suposta intervenção menor do Estado, justificada pela redução de seus gastos e a neutralidade do mesmo sobre a economia. Entretanto, é clara a necessidade de continuidade de intervenção do Estado a favor dos grandes monopólios, seja pelo desenvolvimento da indústria bélica e de outros setores importantes ao desenvolvimento, como a alta tecnologia, por exemplo. O que se pretende, portanto, é apenas a redução de gastos com os direitos da classe trabalhadora, ou seja, defende-se, na realidade, “**um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (Netto & Braz, 2012, p. 239; grifo nosso).

No contexto brasileiro, é logo após a redemocratização do país, no final da década de 1980, que as medidas correspondentes à agenda neoliberal passam a ser implementadas. Após um período de intensos movimentos sociais pela abertura política, melhores condições de trabalho, acesso universal à saúde, dentre outras lutas que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, o país, após suas primeiras eleições abertas depois do regime ditatorial militar, sofre significativos impactos da implementação das medidas neoliberais, tendo como principal consequência, a precarização do trabalho. Sobre esta questão, Alves (2009) afirma que, além da conjuntura internacional que propiciou o enfraquecimento da consciência de classe, como o fracasso das experiências ditas socialistas – cujo principal símbolo fora a queda do muro de Berlim –, os movimentos sindicais brasileiros, tão importantes até o início da década de 1980, vinham perdendo força na transição para os anos de 1990 e, assim, o país, que vivenciava uma intensa recessão econômica tem, na derrota, em 1989, da Frente Brasil Popular, representada pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva, para Fernando Collor de Melo, um momento crucial no cenário da luta de classes:

Abriu-se espaço para o avanço do receituário neoliberal em 1990, implementando políticas que impulsionaram a reestruturação capitalista no país. Para o mundo do trabalho, tornou-se bastante adverso o cenário social e político devido à política autocrática do governo Collor visando destruir o sindicalismo, principalmente de categorias organizadas que resistiam a medidas drásticas que atingiam direitos do trabalho (no caso de empresas estatais e setor público) (Alves, 2009, p. 190).

As medidas neoliberais no país inauguradas, definitivamente, com o Plano Real modificam, portanto, o caráter de luta de classes, pois as greves, que antes eram gerais e apresentavam reivindicações do conjunto da classe trabalhadora, passam a se configurar como greves de grupos menores, corporativistas e empresariais, os quais lutavam, a partir de então, para evitar a perda de direitos já conquistados e por melhorias pontuais. Essa reconfiguração dos movimentos sociais e o enfraquecimento da luta de classe intensifica-se com a redução da indústria nacional em detrimento da entrada de indústrias internacionais (próprio da lógica instaurada) ocasionando, também, um aumento significativo no desemprego do país (Alves, 2009).

Outro aspecto da precarização do trabalho neste período foi a política de privatização, que transferia o patrimônio social para o privado, provocando a degradação do estatuto salarial de diversas categorias, como bancários e operários, precarizando sobremaneira o trabalho assalariado do setor público. Além disso, o crescimento do desemprego na década de 1990 foi dando espaço a contratações sem carteira de trabalho, inclusive no setor público (Alves, 2009).

As diversas transformações das características do Estado, de acordo com as condições do capital, principalmente em resposta aos períodos de crise afetam, como vimos acima, diretamente as relações de trabalho, modificando também a relação do Estado com as políticas sociais, a Questão Social e a pobreza: o desmonte das políticas dos estados de bem-estar social demonstra este fato. Nesse sentido, antes de discutir a política de Assistência Social contemporânea propriamente dita, é preciso discutir a visão dessas categorias (Questão Social, pobreza e política social), tendo como ponto central a relação entre Estado e capital.

1.2 Questão Social e políticas sociais

Sobre a Questão Social, Almeida (2016) afirma que o termo é utilizado em diversos trabalhos que discorrem sobre as políticas sociais porém, muitas vezes, não se observa nos textos discussões que abranjam sua complexidade. Assim, baseando-se em Netto & Braz (2012), a autora expõe a relação entre Questão Social e o modo de produção capitalista sob uma perspectiva marxiana, segundo a qual a Questão Social tem relação direta com a acumulação do capital, a exploração da força de trabalho, a concentração e centralização da riqueza e a produção de mais valia. Tais aspectos têm como uma de suas consequências a pauperização do trabalhador, que se expressa de duas maneiras – a pauperização absoluta, que diz respeito à degradação geral da vida do trabalhador (diminuição salarial, inferiorização nos padrões de alimentação e moradia e aumento do desemprego); e a relativa, que se refere ao fato de que, independentemente das condições gerais da vida do trabalhador, grande parte daquilo que foi por ele produzido não lhe é acessível (Netto & Braz, 2012).

Ou seja, o modo de produção capitalista não modifica apenas a relação entre mercadoria e trabalho, mas também as relações sociais entre os homens, que passam a ser compostas por dois sujeitos: aquele que possui as condições para comprar as mercadorias e a força de trabalho e aquele que possui apenas a própria força de trabalho como mercadoria a ser vendida, o que implica dizer, nas palavras de Netto & Braz (2012, p. 149) que “a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põe frente a frente capitalistas e proletários” (Netto & Braz, 2012, p. 149). É esta relação, portanto, que compõe a complexidade do conceito de Questão Social, e que “[..] se manifesta de diferentes formas, a exemplo da fome, da pobreza, da miséria, do desemprego, da violência, etc. (Oliveira & Amorim, 2012, p. 560)”.

Sendo assim, compreende-se que tais fenômenos que deixam clara a contradição essencial do capitalismo – a de quanto mais riqueza produzida, mais miséria se produz – compõem a Questão Social, mas esta não se limita a eles, abrangendo o papel da classe trabalhadora que, com o capitalismo dos monopólios, principalmente, passa a ampliar a organização de suas lutas e demandas. Diante da luta de classes transforma-se, também, o papel do Estado, pois diferentemente das fases iniciais do capitalismo ou de outras organizações sociais, o Estado dentro do capitalismo monopolista pode atender, também, as demandas do proletário, sendo permeável aos interesses de ambas as classes, em um processo composto por tensões e conflitos (Netto, 2011).

Sobre a gênese da Questão Social, Guerra; Ortiz; Valente e Fialho (2007) asseveram que para compreendê-la, é preciso retornar ao século XIX, quando o pauperismo alcança dimensões mais amplas, atingindo outros grupos de indivíduos, incluindo aqueles que não eram aptos ao trabalho. Segundo estes autores, em séculos anteriores, o pauperismo já existia, porém não se configurava como um problema para a classe burguesa, ou seja, não colocava em risco suas instituições sociais e, dessa forma, não havia nenhum desdobramento político decorrente da miséria. É somente quando a classe trabalhadora, cuja força de trabalho é essencial ao capital, começa a desenvolver uma organização de caráter revolucionário, que há a modificação do pauperismo para a Questão Social:

O protagonismo dos atores sociais, o proletariado pauperizado, no cenário da época, altera, portanto, o estatuto do pauperismo para “questão social”. Isso põe no centro a luta de classe como fator determinante do surgimento da “questão social” enquanto tal e a necessária consciência política da classe trabalhadora de que somente a superação da sociedade capitalista permite a supressão da “questão social” (Guerra et al., 2007, p. 04).

Ressalta-se que em organizações sociais anteriores à capitalista a pobreza era generalizada, ou seja, a produção de riqueza não era suficiente para ser apropriada por todo o gênero humano e existia a pobreza absoluta, entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo possibilitou uma produção de riqueza passível de ser apropriada por todos, porém, em decorrência da propriedade privada e das relações de exploração do trabalho, tal apropriação não acontece, resultando na desigualdade de classes, como afirma Tonet (2007, p. 2):

Com a revolução industrial, a humanidade viu abrir-se, pela primeira vez na sua história, a possibilidade de produzir riqueza suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens. Contudo, foi exatamente o enorme desenvolvimento das forças produtivas, que se iniciou a partir dela, que tornou claro, desde então, que a desigualdade social, com todo seu cortejo dos chamados “problemas sociais”, já não era uma questão de escassez de conhecimentos, de recursos, de tecnologia ou de bens, mas um problema de exclusiva e total responsabilidade das relações entre os próprios homens.

Sendo assim, é imprescindível a compreensão da Questão social em suas raízes, entendendo que tal conceito não é sinônimo de miséria e pauperismo, mas representa um aspecto social e político fundamental, que é justamente a indignação e a conscientização da classe trabalhadora sobre as consequências da exploração do trabalho pelo capital e sobre a necessidade transformar tal realidade. Além disso, a Questão Social abrange a função que o Estado passou a desempenhar frente a essa transformação, concretizando-se no desenvolvimento das políticas sociais. Neste sentido, Behring & Boschetti (2011) asseveram a importância da desnaturalização do conceito de Questão Social, trazendo à tona sua historicidade e a compreensão de seus nexos causais (as formas de produção e reprodução sociais capitalistas), compreendendo que “[...] esse conceito está impregnado de luta de classes” (Behring & Boschetti, 2011, p. 53).

Em relação às formas de resposta do Estado diante da Questão Social, embora tenham apresentado algumas diferenças importantes – da repressão no final do século XIX para o chamado Estado Social do século XX, este assumindo um caráter mais democrático e com investimento em políticas sociais –, reconheceram os direitos sociais sem desestruturar os fundamentos do capitalismo. Sem dúvida, a mobilização da classe trabalhadora determinou mudanças significativas na natureza do Estado, conquistando direitos políticos, os quais, apesar de não modificar a relação do indivíduo e propriedade privada, passaram a ter um caráter universal, como ocorreu com o direito ao voto, à organização partidária e à livre manifestação (Behring & Boschetti, 2011).

Assim, a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (Behring & Boschetti, 2011, p. 64).

É, portanto, no século XX, que o Estado passa a investir nas políticas sociais, cada país vivenciando tais transformações de acordo com suas especificidades. No tópico seguinte, discutiremos as características históricas do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, buscando esclarecer a maneira como se constituíram no cenário social estabelecendo, neste

processo, as bases para a recente política de Assistência Social.

1.3. Políticas sociais no Brasil e a Assistência Social

O desenvolvimento das políticas sociais no Brasil ocorre de acordo com suas características específicas diferenciando-se, apesar de manter seus aspectos essenciais, dos países da Europa ou dos Estados Unidos. Um ponto importante é o próprio perfil da burguesia nacional, formada por uma oligarquia agrária, que se organizou durante muitos anos pela base do trabalho escravo e que tinham como traço cultural o uso do Estado para interesses particulares, fazendo com que poder econômico e político fossem coincidentes. Estes elementos deixaram resquícios de relações autocráticas, as quais foram adaptadas pela burguesia nacional:

Em linhas gerais, no Brasil, assiste-se a um processo tardio de construção de uma nova ordem sob a égide do capital, mantendo as mesmas bases de sustentação política (as oligarquias dos grandes proprietários de terra) aliadas ao uso particularista da máquina estatal, dependente em todas as fases de expansão do capital estrangeiro, com forte repressão do movimento sindical (Dantas, 2013, p. 67-68).

Tais características influenciaram a maneira como as políticas sociais se desenvolveram, pois as ações do Estado foram permeadas por arranjos políticos que favoreciam a classe dominante, mesmo havendo conflito de interesses, principalmente após a década de 1930, quando se fortalece a luta por direitos sociais. É, portanto, somente a partir deste período que se estabelece a Questão Social no Brasil, pois a miséria e o pauperismo eram antes tratados por meio da caridade e benevolência, principalmente por parte de instituições católicas (Dantas, 2013).

Sobre as medidas do Estado sobre a Questão Social, Dantas (2013) destaca que as mesmas apresentavam uma discriminação entre aqueles que trabalhavam (os quais tinham acesso aos direitos sociais garantidos pelas mudanças na legislação) e os que não trabalhavam, para quem restavam as ações de filantropia. Este tipo de organização, segundo a autora, deixou marcas, inclusive, na configuração das políticas sociais atuais, pois àqueles que estão fora do mercado de trabalho formal, bem como aos trabalhadores do campo, ainda são oferecidos

serviços com menor investimento do Estado. Neste contexto:

[...] as políticas sociais foram avançando lentamente no país, marcadas pela instabilidade, pela fragmentação e, especialmente, pelo distanciamento entre os direitos sociais estabelecidos por lei e a implantação da política. Ademais, ao acompanhá-las cronologicamente, percebe-se que houve avanços e retrocessos a depender dos diferentes interesses das classes dominantes, expressos nos caminhos assumidos por governos de características mais ou menos conservadoras (Dantas, 2013, p. 69).

Até a década de 1930, as respostas do poder público diante da Questão Social e a pobreza misturavam-se com atividades de caráter higienistas e de institucionalização dos sujeitos e a miséria era compreendida enquanto uma disfunção do indivíduo. Foi no período ditatorial do Estado Novo (1937-1945) que aconteceram duas importantes ações, inaugurando, definitivamente, dentre as políticas sociais, a Assistência Social como campo de ação governamental: a criação, em 1938, do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e, em 1942, o surgimento da Legião Brasileira de Assistência Social - LBA (Brasil, 2004). A história da LBA é marcada, principalmente, por seu caráter filantrópico e clientelista e suas atuações eram desenvolvidas pelos governos dos Estados e municípios, por meio de ações complementares de entidades filantrópicas e do terceiro setor, coordenadas pelas primeiras-damas. A esse respeito, Oliveira e Yamamoto (2010, p. 27), afirmam que

Sob a lógica da tutela, do favor e do clientelismo, a mais conhecida instituição representativa da assistência social brasileira, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942, fornecerá as bases para o desenvolvimento de todas as ações assistenciais ao longo de mais de 40 anos.

Importa ressaltar que as ações da LBA, devido seu caráter pontual, ainda não podiam ser caracterizadas como política pública, mas não deixam de ser um marco histórico nas ações de assistência à pobreza no Brasil, mesmo que suas práticas mantivessem o caráter assistencialista e filantrópico, centradas no primeiro-damismo, traço ainda muito presente em diversos municípios

do país (Dantas, 2013).

As décadas seguintes (1950 e 1960) são marcadas por um desenvolvimento industrial, no qual houve abertura para o mercado externo e o investimento em infraestrutura urbana e, embora a distribuição de benefícios sociais ainda fosse restrita a alguns grupos, houve uma ampliação para novos grupos sociais. O processo desenvolvimentista resulta em uma piora nas condições de vida da população, culminando em um acirramento de movimentos sociais e reivindicações:

No início de 1960, com João Goulart na presidência, o Brasil assiste de forma inédita uma eclosão de greves, movimentações e paralisações por parte dos trabalhadores, que pressionam por melhores condições de trabalho, pela manutenção do patrimônio público e pelo bloqueio da entrada do capital estrangeiro no país. É nesse contexto que ocorre o golpe civil-militar de 1964, com objetivo de neutralizar qualquer espécie de resistência ao movimento dos países imperialistas de adequação aos padrões de desenvolvimento e ao projeto de inter-relacionamento capitalista (Dantas, 2013, p. 71-72).

O período do governo militar brasileiro caracterizou-se, principalmente, pela restrição de direitos civis e políticos, em um movimento de contrarrevolução com discurso claramente anticomunista (período da guerra fria), em que houve grande investimento na indústria – principalmente a automobilística – e a inserção cada vez mais ampla do país no capitalismo monopolista, por meio da abertura para o capital estrangeiro (Netto, 2015). O grande desenvolvimento industrial e urbanístico deste período o caracterizou como a fase do chamado “milagre econômico”, que durou até a década de 1970, quando a crise mundial passa a afetar o país (Behring & Boschetti, 2011).

Tal “milagre econômico”, entretanto, beneficiava apenas parte da população, em um processo de crescimento desigual e de grande concentração de renda, culminando na intensificação de movimentos sociais. A resposta do Estado compartilhava grande repressão e restrição de direitos, porém, também apresentou uma expansão de alguns direitos sociais relacionados ao trabalho individual, como a previdência. Sobre as políticas sociais, neste período, Dantas (2013, p. 72) sintetiza:

Inicia no Brasil um período dramático de cerceamento de direitos civis, políticos e sociais, exceção feita apenas aos direitos relativos ao trabalho individual, sendo o campo das políticas sociais marcado pela ausência quase total de movimentos sociais de pressão, absoluta centralização decisória, fragmentação do aparelho do Estado em inúmeros segmentos autônomos e acentuada tendência à privatização. Assim, ocorreu uma combinação entre estatismo, por meio do crescimento generalizado da máquina burocrática do Estado na área social, e privatização das políticas sociais, com adoção de critérios de mercado como parâmetros decisivos de comportamento e transferência da provisão de bens e serviços de natureza social a organizações empresariais privadas.

Com a crise de 1970, o “fim do milagre econômico” e as consequentes dívidas externa e interna, somados a um acirramento da luta por direitos civis e políticos, há a abertura gradual para a redemocratização do país, mas adequada às orientações conservadoras neoliberais (Bhering & Boschetti, 2011; Dantas, 2013). Sobre este processo, as autoras destacam a importância dos movimentos sociais:

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e de uma soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária. [...] todos os movimentos de tensão democrática ao longo da década foram tencionados por essa presença incômoda para as classes dominantes brasileiras e forâneas (Behring & Boschetti, 2011, p. 141).

A despeito dos ganhos desses movimentos, havia interesses conflitantes a favor da agenda neoliberal: esse “jogo de forças” demarcou o fim da década de 1980 para a de 1990, tendo como símbolo, conforme expusemos no início desta sessão, as primeiras eleições presidenciais diretas após o regime militar, nas quais projetos contrastantes estavam em disputa (Behring &

Boschetti, 2011).

No que se refere à política de Assistência Social propriamente dita, Dantas (2013) afirma que a mesma é caracterizada pela predominância do caráter assistencialista e caritativo, ainda que, em alguns momentos, se apresente pela égide da garantia de direitos, com políticas e programas direcionados à população mais pobre. Outro elemento que permeia o histórico da Assistência Social brasileira é a forte presença do terceiro setor em suas atividades.

Além destes aspectos, o processo histórico da Assistência Social brasileira envolve ações de caráter higienista, advindas do início do século XX, com a urbanização do país e o fortalecimento do pensamento médico-higienista, tendo na institucionalização de crianças e adolescentes pobres uma marca de tal modelo (Moreira, 2014). Sobre a institucionalização de crianças e adolescentes de famílias subalternas, Moreira (2014, p. 28) assevera:

Consolidava-se no senso comum a relação entre a existência de crianças e adolescentes em situação de rua e o aumento da criminalidade, de modo que os asilos e educandos espalharam-se por quase todas as capitais com objetivo de garantir a instrução básica, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças abandonadas. O objetivo era o recolhimento das mesmas com o fim de retirá-las da ociosidade por meio do trabalho (...). Assim, a proteção das crianças e adolescentes servia como um véu para acobertar a miséria e a pobreza (...) ao mesmo tempo em que se usufruía de sua força de trabalho gratuitamente.

A despeito das mudanças ocorridas nos modelos de intervenção junto às famílias pobres, principalmente no que se refere à lógica de desinstitucionalização e do discurso da garantia de direitos, tanto o assistencialismo, a caridade e o higienismo e a culpabilização de indivíduos e famílias pela situação de pobreza são características que não foram completamente superados na Assistência Social.

1.3.1 – As transformações nas ações direcionadas à pobreza nas décadas que seguem

a Constituição de 1988

A redemocratização ocorre na segunda metade da década de 1980 com significativa mobilização social reivindicando a universalização dos direitos sociais e a implantação de um Estado de bem-estar social. Foi este discurso que orientou o texto da Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), porém, o contexto socioeconômico é catastrófico pois, além da crise do capital iniciada nos anos de 1970, havia o endividamento do país decorrente das medidas adotadas nas décadas anteriores:

Desse modo, os avanços no campo social são minados pela crise econômica, que abre espaço para a agenda neoliberal – já devidamente implantada nos países centrais e ditadas pelos organismos internacionais – em que sobressai um ataque direto a intervenção do Estado no campo social [...] (Dantas, 2013, p. 73).

Em relação às políticas sociais, Dantas (2013) salienta que nessa nova conjuntura consolida-se o discurso da garantia de direitos, que substitui a “cidadania regulada” (p. 74), na qual os direitos são restritos aos trabalhadores formais, pela universalização das políticas sociais, dentre elas, as que compõem a seguridade social: Previdência, Saúde e Assistência Social. A institucionalização da Assistência Social como política pública, regulamentada pela Constituição e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, visa romper com seu caráter assistencialista no trato com a pobreza, porém, o rompimento definitivo com a filantropia ainda não foi possível, apesar das melhoras significativas que ocorreram nos últimos anos.

A despeito da mudança de paradigma no discurso das políticas sociais e da Assistência Social ocorrida na transição da década de 1980 para 1990, tais transformações não ocorreram na prática, uma vez que a implementação de medidas neoliberais havia iniciado, com ênfase na defesa de um Estado mínimo. Em relação à Assistência Social, a década de 1990 é permeada por algumas mudanças importantes, como a implantação dos conselhos e dos programas de transferência de renda, tais como Bolsa escola, bolsa alimentação, dentre outros (Draibe, 2003). Porém, as ações desta política eram demarcadas pela forte presença do terceiro setor, vinculado à caridade, benesse e trabalho voluntário.

Embora a mudança de paradigma nas políticas sociais e Assistência Social (da caridade à garantia de direitos) tenha iniciado após a Constituição de 1988, decorrente das

condições históricas já discutidas, e com algumas importantes ações na década de 1990, a maior responsabilização do Estado diante da Questão Social e a pobreza ocorre apenas a partir de 2003 e 2004, com a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desde então, passou a haver maior investimento público e responsabilização do governo federal, por meio de transferência de recursos aos estados e municípios e do direcionamento de programas de atendimento centrados na família e no território.

Esta nova proposta também apresentou como diferencial a demanda por profissionais capacitados para compor as equipes de trabalho, caminhando do referido caráter de trabalho voluntariado para a exigência de trabalhadores de carreira objetivando, assim, o fortalecimento da Assistência Social como política pública, a valorização do trabalhador do SUAS e o fortalecimento do compromisso ético dos profissionais que nela atuam (Brasil, 2006).

Outro aspecto positivo, resultante das proposições da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, trata-se da valorização da participação popular, por meio do controle social, o qual se tornou possível, nesta nova perspectiva, pela efetivação das conferências de assistência social e da instituição dos conselhos. Segundo a LOAS - Art. VI (Brasil, 1993) -, as conferências nacionais devem ocorrer a cada quatro anos, tendo a “atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema”. A avaliação das propostas elaboradas nas conferências deve ser realizada pelos conselhos, os quais

[...] têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos ainda normatizam, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos (Brasil, 1993, Art. 18).

Em relação aos conselhos, importa destacar que os mesmos não são compostos somente por representantes do Estado, mas também pelos usuários da política pública, o que significa a possibilidade da participação da população a quem são destinados os serviços de Assistência Social nas ações acima destacadas (deliberações, fiscalizações, etc.). Entretanto, conforme a própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS) adverte, é preciso elaborar metodologias que fomentem a organização e a participação dos usuários, pois

A concepção de doação, caridade, favor, bondade, e ajuda que, tradicionalmente, caracterizou essa ação, reproduz usuários como pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes “*assistiam*” e se pronunciavam em seu nome. Como resultado, esse segmento tem demonstrado baixo nível de atuação propositiva na sociedade [...] (Brasil, 2004, p. 52-Grifo do autor).

Fica claro, portanto, que o principal objetivo defendido pelos pressupostos da vigente política de Assistência Social é a superação do assistencialismo e da caridade para a defesa da garantia de direitos do usuário desta política pública, por meio do incentivo à participação popular e, principalmente, pela maior atuação do Estado frente ao objeto de intervenção da Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social organiza e sistematiza a vigente Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004, p. 27), a qual apresenta as seguintes diretrizes:

- I. Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera do governo, respeitando-se as diferenças e características socioterritoriais locais;
- II. Participação da População, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- VI. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços,

programas e projetos.

A partir dessas diretrizes, a PNAS tem como objetivo (Brasil, 2004, p. 27):

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Para atingir tais objetivos esta política se desenvolve por meio da proteção social oferecida pelo SUAS, dividindo-se em níveis de complexidade: a proteção social básica e a especial, esta, subdividida em especial de média e alta complexidade. A proteção social básica

[...] tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) (Brasil, 2004, p. 33).

Este nível de proteção é efetivado nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que são os equipamentos de referência onde são executadas as ações da proteção básica, subsidiadas pelo financiamento federal do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) e de recursos estaduais e municipais, devendo ser implantados em territórios de maior vulnerabilidade social (Brasil, 2004).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de 2009 - Brasil, 2009, p. 07), os serviços ofertados pelos profissionais dos CRAS são direcionados

a:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes no território de abrangência do CRAS.

O atendimento deve ter foco especial, de acordo com o mesmo documento, para famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais e aquelas que se adéquam ao perfil para recebê-los, porém ainda não foram contempladas pelos mesmos e famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros (pessoa com deficiência, idosos ou que vivenciam outras situações de vulnerabilidade e risco social, como o uso abusivo de álcool e outras drogas). Em suma, é possível afirmar que este nível de proteção social tem como objetivo principal o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações que tenham como foco o acesso da população do território atendido às demais políticas públicas, bem como a prevenção de situações de violação de direitos, principalmente em decorrência de violência intrafamiliar.

Se a proteção social básica tem como característica principal a prevenção de violação de direitos, o segundo nível, ou seja, a proteção social especial deve ser acessada quando tais situações já acontecem, em decorrência de (Brasil, 2009. p. 19):

- Violência física, psicológica e negligência
- Violência Sexual: abuso e/ou exploração sexual
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativas ou medida de proteção
- Tráfico de pessoas
- Situação de rua ou mendicância
- Abandono
- Vivência de Trabalho Infantil
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/ etnia
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a

situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar

- Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em decorrência de violação de direitos

A proteção social especial, como dito acima, divide-se em dois subníveis. O primeiro trata da especial de média complexidade, a qual oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O equipamento responsável por ela é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O PAEFI é descrito pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009, p. 19) como:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condição que as vulnerabilizam e/ou submetem a situações de risco pessoal e social.

A proteção social especial de média complexidade atua, portanto, em situações nas quais há a violação de direito, porém os vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos (Brasil, 2009). Este rompimento está presente quando ocorre o afastamento de algum membro da família, sendo necessária, então, a intervenção de órgãos da proteção social especial de alta complexidade, executada pelas instituições que oferecem o serviço de acolhimento institucional, ou seja,

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual (Brasil, 2009, p. 31).

Ao discutir sobre os diferentes níveis de proteção social, a Política Nacional de Assistência Social visa ampliar a atenção desta política pública para além da questão ligada à renda familiar, abrangendo outras situações ao conceito de vulnerabilidade social buscando, dessa forma, romper com a herança assistencialista de seu processo histórico e possibilitar o enfrentamento de outras problemáticas de nossa sociedade, como a violência intrafamiliar ou outros tipos elencados acima (Brasil, 2004).

1.4 Algumas considerações

Se pensarmos na Assistência Social enquanto política pública cujo objeto primordial de intervenção são as consequências da sociedade de classes fundada pela exploração de trabalho, é preciso ter consciência de que os atores desta política, ao defender *exclusivamente* a garantia de direitos e a promoção da cidadania e da democracia, ignorando a necessidade da mudança na organização social do trabalho, estão apenas almejando a emancipação política que, embora seja fundamental, assim como defendeu Marx (1989), diferencia-se radicalmente da emancipação humana, pois

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiverem em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (Marx, 1989, p. 30).

Assim, concordamos com Tonet (2016), ao asseverar a necessidade de se refletir sobre as limitações da Assistência Social no que se refere à transformação social e ao enfrentamento da pobreza, sob a ótica da diferenciação entre emancipação política e emancipação humana. Baseando-se nas análises de Marx, o autor afirma que a emancipação política decorreu das conquistas da burguesia na transição do feudalismo para a consolidação do capitalismo, na qual foi possível atingir certa liberdade em relação ao controle exercido pelo Estado e da função da religião na dimensão econômica da sociedade burguesa.

Ou seja, esta emancipação consistiu no objetivo máximo correspondente às necessidades das transformações ocorridas ao final do Estado Feudal, quando a religião dissociou-se do Estado e passa para a esfera da vida particular. Contudo, Marx afirma que a passagem do domínio do direito público para o privado consolidou o chamado “Espírito da Sociedade Civil”, que resulta na cisão do indivíduo enquanto ser genérico direcionando-se à esfera do privado e do particular. Deste modo, essa emancipação

Tornou-se o espírito da *sociedade civil*, da esfera do egoísmo e do *bellum omnium contra omnes*. Já não constitui a essência da comunidade, mas a essência da *diferenciação*. Tornou-se o que era *originalmente*, expressão da separação do homem da sua *comunidade*, de si mesmo e dos outros homens. É agora apenas a confissão abstracta da loucura individual, da *fantasia privada*, do capricho (Marx, 1843/1989, p. 15. Grifos do autor).

Ao trazer à tona esta questão, concordamos com Tonet (2016) ao alertar para o fato de que as políticas sociais, bem como os movimentos de lutas sociais na atualidade têm reproduzido os objetivos mesmos da classe burguesa, hoje conservadora. O autor não nega a importância de lutar para que os direitos conquistados sejam assegurados, porém afirma que esta conquista não condiz com a transformação radical da realidade, pois se constitui na mesma relação de trabalho já posta, ou seja, na exploração do trabalho.

Neste sentido, é preciso estar ciente de que a emancipação humana não é possível na organização social capitalista, uma vez que sua base é a exploração do trabalho. Para atingir a verdadeira emancipação proposta por Marx, portanto, como defende Tonet (2016), é fundamental a substituição da exploração do trabalho pelo trabalho associado, o qual

[...] se caracteriza por ser uma forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal. E, por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizar, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades (Tonet, 2016, p. 3).

Compreendidos os limites da Assistência Social no que se refere à emancipação

humana, salienta-se que, na primeira década de implantação do SUAS, houve importantes mudanças objetivas, observadas na melhora dos índices sociais, principalmente na redução da pobreza extrema, conforme Calixtre (2015), que em nota técnica apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre os dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (PNAD 2014), afirma que nos últimos anos, abrangendo os ciclos de 2003 a 2010 e 2011 a 2014, houve um crescimento no padrão de desenvolvimento, referindo-se à diminuição da desigualdade de renda, ao aumento da escolaridade e das condições gerais de vida do brasileiro, além da desigualdade entre gêneros, etnias e trabalhadores rurais e urbanos.

Os dados apresentados demonstram que em relação ao ano de 2004, em 2014 houve a redução da pobreza extrema (famílias com renda per capita de R\$ 77, 00) para 2,48% da população brasileira, representando a diminuição de 63% deste índice de 2004 a 2014. Sobre a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, os dados indicam uma redução de 9,7% desde 2004, acompanhando por um aumento na renda domiciliar per capita real de R\$ 549,83 em 2004 para R\$ 861, 23 em 2014(PNAD, 2014).

Entretanto, nos últimos dois anos o índice de pobreza no Brasil voltou a crescer, e a expectativa, segundo estudo apresentado pelo Banco Mundial, é de um aumento entre 2,5 e 3,6 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza no país. O mesmo documento afirma que diante desta realidade, é fundamental o papel da proteção social e de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que passará a abranger um maior número de pessoas jovens, brancas, de estados do Sul e Sudeste, em decorrência do aumento do desemprego (Welle, 2017).

Neste sentido, concordamos com Dantas (2013) ao compreender que a política de Assistência Social apresenta, em seu processo histórico, uma contradição essencial, que a constitui enquanto política pública cuja função é lidar com a pobreza e a miséria, visando seu enfrentamento, ao mesmo tempo em que só se tornou necessária diante da existência da pobreza funcionando, muitas vezes, a partir de um discurso individualizante, a partir do qual qualquer indivíduo, por seu esforço pessoal, poderia “realizar o sonho burguês de ascensão social” (p. 81). Dessa forma,

[...] a assistência social sofre pelos mesmos motivos que justificam sua existência, pois é colocada como responsável por responder a uma desigualdade estrutural do

sistema nos limites do próprio sistema. Ou seja, a razão de ser da assistência, qual seja a condição de pobreza e miséria da população, é condição estrutural de funcionamento do modo de produção capitalista (Dantas, 2013, p. 80).

Esta é, pois, a contradição fundamental da Assistência Social pois, a ela direcionam-se as expectativas da superação da pobreza, o que não é possível na organização social atual. Entretanto, é importante deixar claro que, apesar das limitações estruturais, ela se caracteriza como um dos únicos espaços destinados à população que mais sofre as consequências do modo de produção capitalista – que são, na política atual, vistos como pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade e risco sociais (Dantas, 2013).

Neste aspecto, ao adentrar o campo da Assistência Social, é fundamental que o psicólogo reflita sobre sua prática e sobre as próprias raízes da ciência psicológica, para que não se limite à reiteração da realidade atual. Para embasar tal reflexão, na seção seguinte serão discutidos elementos centrais no processo histórico da Psicologia e de sua inserção no Brasil, visando compreender como sua atuação pode ser direcionada à transformação social, sem perder de vista as contradições que permeiam o processo histórico da profissão e de sua atuação na política de Assistência Social.

2. A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: contradições e possíveis contribuições

Ainda que regulamentada no Brasil no ano de 1962, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, se aproximou do campo das políticas públicas apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a Seguridade Social passou a ser composta pelas políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Nos anos que sucederam a redemocratização do país, a profissão foi se transformando e se constituindo a partir do processo histórico e das mudanças materiais ocorridas passando a compor, primeiro, a política de Saúde e, posteriormente, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social, a política de Assistência Social. Nos primeiros anos do SUAS, esta classe profissional passou a integrar as equipes multiprofissionais dos serviços oferecidos pelo mesmo, tornando-se obrigatória – em todos os níveis de complexidade – em 2011, após a criação da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 17 de 2011 (CFP, 2016).

Como explicado na seção anterior, a deliberação do SUAS como sistema organizador da Política Nacional de Assistência Social ocorreu 2003, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social e, regulamentada em 2004, iniciou-se no ano seguinte, com a alteração da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei 8.742/1993) pela Lei 12.435/2011. Desde então, a Psicologia passou a ser uma das profissões mais importantes desta política, exigindo novos olhares sobre a profissão e sua relação com o novo campo de atuação.

Na seção anterior, discutimos o processo histórico da constituição da política de Assistência Social e suas categorias fundamentais, como a Questão Social, as políticas sociais e a função social do Estado em nossa sociedade. Nesta seção, objetivamos refletir sobre aspectos fundamentais à constituição da Psicologia e suas especificidades no cenário brasileiro, buscando compreender as condições concretas do processo de sua inserção na Assistência Social, suas contradições e as possíveis contribuições para esta área.

Cientes da complexidade dos fenômenos que envolvem esta área de atuação e, partindo do pressuposto de uma compreensão materialista, histórico e dialética da realidade, defendemos uma concepção de homem que compreenda o indivíduo para além de suas vivências pessoais e interpessoais, mas como ser que se constitui a partir das condições histórico-sociais e que, sendo assim, entenda que as relações de classe são intrínsecas à formação de sua

personalidade. Desse modo, apresentaremos uma discussão sobre a ontologia do ser social na teoria de Marx e Engels e sobre a Psicologia Histórico-Cultural, que se fundamenta no materialismo histórico-dialético. Além dos autores da Teoria Histórico-Cultural, embasamo-nos nas contribuições de Duarte (2013) e Saviani (2012) acerca dos problemas da subjetividade e individualidade na perspectiva de Marx. Por fim, analisaremos, com base nesse enfoque teórico, as consequências da organização da sociedade de classes para o processo de constituição humana, refletindo sobre as possíveis contribuições da Psicologia para seu enfrentamento.

2.1 A trajetória da Psicologia e sua inserção nas políticas sociais

Para Kahhale e Andriani (2002) o desenvolvimento das ideias que fundaram a Psicologia como ciência ocorreu no período feudal, no momento da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. O primeiro fundamentava-se na subsistência e pela relação entre Senhor Feudal e servo, sendo a propriedade de terras o principal fator do poder econômico, dificultando-se a mobilidade entre as classes sociais. A transição desta organização social para o capitalismo pautou-se nas transformações ocorridas no modo de produção, decorrentes de algumas condições, como:

A ativação do comércio facilitado pelas Cruzadas, o aparecimento das cidades e a produção de excedentes agrícolas e artesanais, dado pelo aperfeiçoamento técnico e aumento populacional (devido à diminuição de mortes por doenças); a expansão do comércio, além da exploração colonial, saques, piratarias e empréstimos usurários; a formação de uma classe trabalhadora livre e sem propriedades devido à expulsão dos camponeses das terras, dada pela elevação das taxas de arrendamento, cerceamento das terras comuns e a criação de ovelhas – o que necessitava de um número menor de trabalhadores (Kahhale & Andriani, 2002, p. 79).

Tais condições elencadas pelas autoras possibilitaram o fortalecimento de uma nova classe, a burguesia, trazendo, neste processo, outra organização social, na qual as relações de trabalho entre Senhores e servos, típico da sociedade feudal, já vinham sendo substituídas. No que se refere ao modo de produção, é importante ressaltar que foi neste período que se desenvolveu um elemento crucial: a possibilidade de produzir excedente, transformando

significativamente a relação do homem com a mercadoria – que passa a ter, não mais apenas valor de uso mas, prioritariamente, valor de troca, como explica Tonet (2013, p. 30):

Neste processo, a natureza da riqueza produzida também vai mudar de caráter, pois o objetivo prioritário a que se destina já não é o valor de uso, mas o valor de troca. Deste modo, todo o processo de produção estará voltado para a criação de mercadorias e terá como finalidade última a acumulação de capital.

A complexificação da produção no grande período histórico destacado resultou em um amplo desenvolvimento científico e tecnológico, possibilitando mudanças de paradigmas no campo ideológico e científico: a filosofia medieval, vigente no feudalismo e que tinha como aspecto central o cristianismo e o teocentrismo, vai sendo substituída por paradigmas antropocêntricos, pautados no humanismo, o qual traz como seu objeto de investigação o próprio homem (Chauí, 2000).

Sobre esta mudança, Tonet (2013) explica como as novas formas de relação socioeconômica produzem a necessidade de outra compreensão do indivíduo pois, enquanto no feudalismo o Estado regia todo o processo de produção e de distribuição da riqueza, no capitalismo, regulado pelo mercado:

Os indivíduos devem poder estar livres para buscar a satisfação de seus interesses particulares. Suas qualidades e seu esforço deveriam ser as únicas condições para alcançar esse objetivo. Cada um deles, guiado pela luz da razão, da qual é possuidor desde seu nascimento, orientará as suas atividades no sentido de satisfazer seus interesses. Vê-se, por aí, que não se trata de uma forma universal e abstrata de liberdade, mas de uma forma muito concreta: a liberdade face às ingerências do Estado feudal no novo processo de produção, com todas as consequências que ela acarreta e a liberdade de cada indivíduo singular, como mônada isolada, para buscar a satisfação de seus interesses (p. 31).

Desse modo, o autor acima assevera que tais transformações acarretaram, também, modificações nos diversos campos da atividade humana, como na arte, na política, nas áreas

jurídicas, sociais, filosóficas, educacionais, dentre outras. Ocorre, desta forma, uma importante mudança no padrão de conhecimento que apresenta consequências até os dias atuais, uma vez que as transformações materiais que possibilitaram a organização da classe burguesa modificam também a relação da sociedade com o conhecimento, pois a função deste altera-se a partir da possibilidade de acumulação do capital, resultando no paradigma da ciência moderna.

Assim, no século XIX, no qual a Psicologia se constitui enquanto ciência, a burguesia, já consolidada, passa a ocupar o lugar de classe dominante, pois seu fortalecimento se dá sobre a constituição da classe proletária, sendo esta dominada por aquela. Esta relação se acirra com o maior desenvolvimento das forças produtivas ocasionadas pela Revolução Industrial que provocou, por sua vez, o agravamento da exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, o crescimento da insatisfação da classe explorada, à qual são negadas a liberdade, a fraternidade e a igualdade.

A burguesia passa, então, a ocupar o papel conservador, em um momento histórico no qual as contradições da sociedade burguesa vinham sendo desveladas pelo movimento comunista o qual, neste contexto, mobilizou “mecanismos contrarrevolucionários” (Tuleski, 2012, p. 111).

É neste momento que se constitui a Psicologia científica, trazendo diferentes correntes psicológicas que têm em comum “(...) a negação do homem como ser histórico” (Tuleski, 2012, p. 112). Somam-se a esta característica da Psicologia concepções que naturalizavam diferenças individuais, frutos do desenvolvimento das ciências naturais, que resultaram em teorias que justificariam a naturalidade da divisão social do trabalho (Tuleski, 2012):

A psicologia burguesa, por seu caráter a-histórico, estabelece ou generaliza, por um lado, ao conjunto da sociedade as características psicológicas de uma determinada classe (a burguesa), estabelecendo estágios de desenvolvimento (motores, afetivos, cognitivos) que independem da origem social ou cultural dos indivíduos e, por outro, psicologiza as diferenças originárias das diferenças de classe por meio da ideologia dos talentos e inclinações naturais que justificam, entre outras coisas, a própria divisão do trabalho e as possibilidades de ascensão dos indivíduos na hierarquia social (p. 112).

Entende-se, concordando com estas ideias, que as correntes psicológicas deste período, que predominam até os dias atuais, são compostas por concepções de indivíduo que trazem a marca da contradição da sociedade de classes, expressando a dualidade desta organização social, cujas marcas são a divisão social do trabalho e a desigualdade de classes.

Em relação ao desenvolvimento da Psicologia no Brasil, Antunes (2012) discorre sobre as contradições no processo de constituição desta ciência e traz à tona alguns pontos importantes de seu percurso histórico. A autora inicia a discussão recuperando a realidade do Brasil colonial, associando a Educação baseada em uma pedagogia repressora (cujos objetivos eram a disciplinarização, principalmente dos nativos, uma vez que aos filhos da elite era destinada uma educação que os preparasse para os estudos na Europa) ao que chamou de “Psicologia Moral” (Antunes, 2012, p. 47).

É importante destacar o papel dos jesuítas neste processo que, por meio da catequese, propagavam uma ideologia repressiva, a qual, a despeito do discurso humanizador, era necessária à manutenção e legitimação das relações de trabalho da organização social da época:

A organização da empresa colonial exigia, de um lado, um forte aparato repressivo (seja para a contenção de revoltas internas, seja para a defesa do território contra a invasão de outros países europeus) e de outro lado, um sólido aparato de ordem ideológica, com a finalidade de transmitir, impor e manter ideologias que, em última instância, justificavam e legitimavam a exploração colonial (Antunes, 2012, p. 46).

Embora fosse este o caráter marcante das práticas educativas da época, a autora relata que alguns pensadores eram contrários a tal perspectiva, desenvolvendo estudos que se contrapunham às ideias dominantes defendendo, entre diversos pontos, a educação de mulheres, uma pedagogia sem castigos físicos tão severos havendo, inclusive, os que se posicionavam em defesa de escravos e judeus, a exemplo do Padre Vieira. Segundo a autora, tais ideias poderiam ilustrar as contradições acerca dos saberes psicológicos.

Além da função repressiva e disciplinadora que permeou o início do saber psicológico no Brasil no período colonial, no século XIX (no qual ocorreu a substituição do trabalho escravo pela exploração do trabalhador livre), Antunes (2012) demonstra que o conhecimento acerca do fenômeno psicológico neste período era vinculado ao saber médico, assumindo uma função higienista e racista. Ainda sobre este período, a autora refere-se à

autonomização da Psicologia ocorrida na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos (com as características discutidas acima), destacando que o conhecimento produzido no exterior sobre a Psicologia insere-se no Brasil visando atender à necessidade de um determinado projeto cujos objetivos eram a modernização e a industrialização do país, fazendo-se necessário, portanto, um “novo homem, adequado aos novos tempos” (Antunes, 2012, p. 53).

Esse contexto deixa clara a razão pela qual a Psicologia científica teve grande importância como base para sustentar as ideias pedagógicas do período, que eram baseadas nos ideais escolanovistas, com influência de teorias advindas dos Estados Unidos e da Europa. Além da Educação, a criação de manicômios no século XIX e a expansão dos mesmos no século seguinte criaram condições para o desenvolvimento da Psicologia como ciência autônoma (embora a profissão ainda não existisse como tal) (Antunes, 2012).

Entendemos, desta forma, que o saber psicológico inicia-se no Brasil arraigado de valores liberais e sustentando a ideia de um indivíduo singular e anistórico, trazendo consigo as contradições essenciais de sua gênese somadas às especificidades de um país com histórico de colonização de exploração, de muitos anos do uso da mão de obra escrava, de urbanização não planejada e acentuada concentração de renda.

Além de sua relação com o saber médico e seu caráter higienista, salientamos que a Psicologia se tornou necessária ao país para responder

(...) às demandas oriundas de uma sociedade que se transformava na direção da industrialização e cujas contradições exigiam ações que poderiam ter na ciência psicológica um substrato de natureza científica e técnica (representada especialmente pelos instrumentos de medidas psicológicas). Assim, a Psicologia se desenvolve, se fortalece e se consolida como ciência e profissão, na medida de sua capacidade de responder às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social dirigidos pela nova classe dominante, a emergente burguesia industrial, que tem na modernização a base para suas realizações no campo das ideias e da gestão de seus negócios e da sociedade (Antunes, 2012, p. 58).

Este retorno à gênese da Psicologia e à sua inserção no Brasil nos permite compreender as condições que fundamentaram a profissão que se revelou, inicialmente, como

profissão direcionada à elite, focada no indivíduo singular e no discurso médico, caracterizando-se, prioritariamente, como profissão liberal autônoma. Contudo, ao longo dos anos, tornou-se assalariada, tendo como principal empregador o Estado, por meio das políticas sociais, principalmente após a redemocratização do país (Seixas & Yamamoto, 2012). Por outro lado, expressando a reflexão crítica sobre a prática profissional, já na década de 1970, havia um movimento intelectual por parte dos psicólogos, que alertava para esta problemática da função social e do compromisso social da profissão (Yamamoto, 2007).

Ressalta-se que sua regulamentação ocorreu em um cenário nacional de supressão dos direitos fundamentais sob um período autocrático-burguês da ditadura militar (Yamamoto, 2007). Também sobre esta questão, Oliveira e Paiva (2016) afirmam que a Psicologia se desenvolve, no país, com forte influência da medicina e da clínica psicanalítica, distante do campo social, arraigada de ideias rotulantes e patologizantes, que defendiam um padrão de comportamento tido como normal e um conseqüente padrão desviante contribuindo, dessa forma, para a “psicologização dos sujeitos e dos fenômenos sociais” (Oliveira & Paiva, 2016, p. 226), traço que permeia a profissão nos dias atuais.

Para as autoras, a instituição da Psicologia associada ao saber médico e clínico possibilitou, inclusive, a sustentação de ideias reacionárias que, pautadas em concepções individualistas e subjetivistas, ofereciam base teórica para o projeto desenvolvimentista do governo militar, contribuindo para a estigmatização daqueles que eram contra o regime vigente, por meio da categorização de perfis psicológicos.

A face mais perversa desse modelo é que a Psicologia se desenvolve, portanto, como ideologia – no sentido de consciência falsa, equivocada da realidade (Marx; Engels, 1846/2007) – e responsabiliza os sujeitos pelos seus problemas (materiais, existenciais, psíquicos), cabendo aos mesmos a tarefa para sua superação. Perde-se o contexto histórico, a dinâmica societária, as contradições de classe. O modelo empreendido pela Psicologia voltava-se, portanto, para a elite brasileira, e mesmo para ela, defendia seu condicionamento, sua colonização, renegando a capacidade crucial dos indivíduos de serem agentes reflexivos (Oliveira & Paiva, 2016, p. 226-227).

Em relação ao contexto socioeconômico mundial, importa retomar alguns aspectos acerca do momento da regulamentação da Psicologia no Brasil, destacando que ela ocorre no período em que se inicia o capitalismo contemporâneo decorrente da crise de 1970, quando ocorre o fim dos “anos dourados”, o que resultou em medidas de reestruturação financeira que culminaram, como já vimos, no fortalecimento da agenda neoliberal (Netto & Braz, 2012).

Yamamoto (2007) chama a atenção para o fato de que é neste contexto de consequências da crise de 1970 e das medidas neoliberais que o psicólogo se insere nas políticas sociais pois, além das mudanças ocorridas no próprio discurso da profissão na defesa do compromisso social e de uma Psicologia crítica, que questionava a função social da Psicologia, o contexto econômico também tornou necessária a migração do psicólogo das clínicas para o campo das políticas sociais, constituindo esse movimento uma expressão da perspectiva do assalariamento da profissão.

Também neste sentido, Bock (1999) afirma que, embora a Psicologia tenha sustentado, em seu início, uma concepção de homem dissociada de seu caráter histórico e social, havia movimentos contrários a este pensamento hegemônico e acrescenta:

No final da década de 70, com as grandes greves operárias, a classe média também foi levada às suas organizações. Criou entidades e fortaleceu as já existentes. Nessa época, precisamente em 1970, os psicólogos, inicialmente em São Paulo, mas seguidos pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e, logo depois, Brasília, Ceará, Paraná ocuparam ou criaram seus Sindicatos. Os Conselhos foram em seguida ocupados por grupos mais progressistas, que queriam a entidade trabalhando para que a Psicologia se tornasse um instrumento a serviço da população brasileira. (p. 320)

Ainda de acordo com Bock (1999), a década de 1980 foi de suma importância, tanto para transformações no campo das políticas sociais, quanto para o fortalecimento e organização da Psicologia e, como exemplo, pode-se citar a participação dos psicólogos em movimentos da saúde, como a luta antimanicomial. Além disso, a pesquisadora afirma ter havido, também a partir desta década, a aproximação da Psicologia com a realidade social:

Estava dada a largada para um período em que os psicólogos iriam se perguntar e refletir sobre a relação de seu trabalho e do próprio fenômeno psicológico com a realidade social. A realidade social entrava na Psicologia para remexer tudo o que, durante tantos anos, ficou naturalizado e cristalizado. Estas questões vão tomando formas diferentes dentro da Psicologia, até chegarmos ao momento atual, no qual estamos colocando a questão do compromisso social de nossa profissão e de nossa ciência (pp. 320-321).

Esta conjuntura política e econômica mundial e nacional propiciou a reflexão sobre a função social da Psicologia, contando com significativa participação do Conselho Federal de Psicologia e conduziu ao chamado discurso de compromisso social da profissão, com enfoque na crítica ao elitismo e à prática anistórica e descontextualizada até aquele momento (Oliveira & Amorim, 2012).

A inserção dos psicólogos nas políticas públicas, antes restrita a equipes de hospitais psiquiátricos e ambulatórios de saúde mental, teve início com a implantação do Sistema Único de Saúde, quando a profissão passou a compor equipes de ações integradas de saúde, tendo como característica o discurso de crítica ao modelo médico e à psicologia clínica tradicional, embora na prática, esses modelos não tenham sido completamente superados. Entretanto, este processo não resultou apenas da conscientização da classe profissional, mas da crise socioeconômica que reduziu a possibilidade da atuação liberal e autônoma do psicólogo (Oliveira & Amorim, 2012).

No âmbito da política de Assistência Social, Yamamoto e Oliveira (2010) afirmam que, apesar da atuação do psicólogo na Assistência Social não ser recente, não há registros lineares de como este profissional se tornou fundamental a esta política. Inicialmente, o psicólogo adentrou instituições que tinham como foco a atuação com mulheres, crianças e adolescentes, idosos, além da área jurídica, mas foi somente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social que sua inserção neste campo foi definitiva.

Um aspecto importante que contribuiu para este processo foi a mudança de paradigmas decorrentes da constituição de 1988 e legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei 8742/1993), que passaram a defender a concepção de sujeito de direitos em detrimento de concepções culpabilizadoras, como o antigo código de menores, por exemplo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Concomitante a este movimento, a própria ciência Psicologia questionava suas ações, sob influência de teorias como a Psicologia Social desenvolvida por Silvia Lane e colaboradores, a Teologia da Libertação, a Pedagogia de Paulo Freire e a teoria de Vigotski, por exemplo.

Entende-se, assim, que as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas do século XX, somadas às discussões acadêmicas e à politização da profissão, conduziram o psicólogo para o campo das políticas sociais e, assim, seu objeto de intervenção ultrapassa os limites do indivíduo da clínica tradicional, tornando necessária a reflexão sobre os fenômenos que expressam a questão social, como a miséria, a violência e as diversas violações de direitos:

Os psicólogos lidam agora com processos, contextos e fenômenos complexos e multidimensionais, e mais, essencialmente diferentes daqueles sob os quais se erigiu a profissão no Brasil. Seus “clientes” são grupos espoliados e pauperizados e não mais a classe média que podia pagar por sessões de psicoterapia em consultórios privados. Novas profissionalidades são exigidas ao mesmo tempo que uma leitura da realidade passa a ser requisito para o trabalho (Oliveira & Paiva, 2016, p. 229).

Assim, a Assistência Social caracteriza-se, hoje, como um importante campo de atuação para o psicólogo no qual, de acordo com o Censo SUAS de 2014, trabalham aproximadamente 23.553 profissionais, abrangendo os equipamentos públicos e entidades da sociedade civil. Tais profissionais contam com importantes materiais elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, que desenvolvem estudos e pesquisas visando contribuir para a atuação do psicólogo neste campo. Em linhas gerais, tais referenciais teóricos defendem a necessidade de “Uma Psicologia comprometida com a transformação social (CFP/CRESS, 2007, p. 17)”, que

[...] pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros – contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania. Dessa maneira, as práticas psicológicas não devem

categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Tais processos e recursos devem ser compreendidos de forma indissociada aos aspectos histórico-culturais da sociedade em que se verificam, posto que se constituem mutuamente (CFP/CRESS, 2007, p. 17).

Apresentados alguns aspectos do processo histórico da constituição da Psicologia e o fato de que está claro que a Psicologia clínica tradicional não é suficiente para a compreensão dos fenômenos que constituem a Assistência Social, no tópico seguinte discorreremos sobre a concepção do materialismo histórico-dialético acerca da formação humana, além dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, perspectiva a partir da qual entendemos ser possível uma compreensão da constituição do indivíduo enquanto ser histórico e social, que se constitui em uma relação indissociável das condições concretas de sua realidade.

2.2. Concepção materialista histórico-dialética da formação humana: Psicologia Histórico-Cultural

2.2.1. A concepção ontológica do ser social

A compreensão da Psicologia Histórico-Cultural sobre a constituição do ser humano tem como fundamento a teoria marxista. Desta forma, antes de serem apresentados os pressupostos desta teoria, consideramos importante o retorno à concepção de Marx sobre o homem, pois é a partir dela que se desenvolvem os principais conceitos da abordagem psicológica que defendemos (Facci; Barroco & Leonardo, 2009). Os elementos discutidos neste tópico sobre a concepção de Marx sobre a “essência humana” serão retomados em vários momentos da Seção, associados aos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural visando, dessa forma, demonstrar que a base materialista histórico-dialética está presente ao longo de toda a explicação sobre os processos de constituição e desenvolvimento humano propostos pelos fundadores desta Psicologia marxista.

Começaremos esta discussão com a pergunta com a qual Marx iniciou os questionamentos filosóficos sobre esta temática (Márkus, 2015): “O que é o homem”? Segundo este autor, Marx começa a responder a este questionamento partindo da base materialista do

homem, ou seja, suas características enquanto ser vivo que, assim como os outros animais, é parte da natureza e é dela dependente e, deste modo, os objetos dos quais necessita encontram-se na natureza, existindo fora dele. Outro ponto comum entre o homem e os demais animais é a limitação das forças que, enquanto ser biológico, dispõe para sua sobrevivência. Assim, o processo natural no qual o homem se desenvolve e as leis de evolução às quais se submete enquanto espécie são fatos indiscutíveis. Entretanto, a questão sobre a qual Marx se debruça é o fato de que o homem não é apenas um ser natural, mas possui características especificamente humanas. O que difere, portanto, o ser humano das demais espécies? A resposta a esta questão encontra-se na diversificação entre as atividades vitais da espécie humana em relação às das demais (Márkus, 2015).

Assim, é comum a todas as espécies a satisfação de suas necessidades por meio de sua atividade. Porém, a atividade animal restringe-se à utilização e ao consumo dos objetos naturalmente disponibilizados sendo, portanto, “uma atividade vital limitada” (Márkus, p. 24), que tem relação imediata com aquilo que é existente na natureza e esbarra nas limitações fisiológicas de sua própria espécie. Ainda segundo o autor, o homem, por sua vez, supera tais limitações e o faz por meio de uma atividade que é essencialmente humana: o trabalho. Portanto, é na atividade vital do trabalho que o homem se separa da condição estritamente natural e biológica para a social, ou seja, é por meio dela que o ser humano se torna ser social, sendo sua categoria fundante (Tonet, 2011). Neste sentido, ao explicar a ontologia marxiana, o autor afirma que Marx, em “O capital”,

[...] explicará que trabalho é um intercâmbio entre o homem e a natureza através do qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana. E que este intercâmbio, uma necessidade eterna da humanidade, é uma síntese entre subjetividade e objetividade, vale dizer, entre consciência e realidade objetiva natural. Segundo Marx, projetando antecipadamente na consciência o fim a ser atingido e agindo de modo intencional sobre a natureza, o homem produz uma nova realidade, radicalmente diferente daquela natural. Trata-se da realidade social. Observa Marx, também, que, ao transformar a natureza, o homem se transforma a si mesmo (p.05).

Esta tese de Marx, de que ao transformar a natureza o homem transforma a si mesmo,

amplamente conhecida, resulta em mudanças radicais para a espécie humana, pois a partir desta atividade fundante, sua relação com a natureza torna-se mediada, os seja, os objetos da natureza passam a ser os meios de satisfação da necessidade humana e, nesta relação, o homem torna-se capaz de agir intencionalmente sobre a natureza, subordinando-a a ele e tornando seus objetos úteis à sua atividade, inaugurando um processo teleológico que implica, segundo a teoria marxiana, a objetivação de algo que estava idealizado na consciência humana e retorna, como objeto transformado, à realidade objetiva (Lukács, 1979).

Para o autor, o caráter teleológico do trabalho é o ponto inicial da ontologia do ser social, possibilitando a superação da concepção de homem da filosofia burguesa, que apresenta uma visão dicotomizada entre ser da natureza e ser social como categorias excludentes, por uma compreensão dialética que não considera o ser social como independente da natureza, mas que também refuta a explicação simplista da sociedade pelas mesmas leis naturais:

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explica a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com um pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza. O fato de que esse processo, na realidade, seja bastante longo, com inúmeras formas intermediárias, não anula a existência do salto ontológico. Com o ato de posição teleológica do trabalho, temos em-si o ser social (Lukács, 1979, p. 17).

O ser social, portanto, é a síntese entre subjetividade e objetividade, sendo esta relação mediada pelo trabalho consciente e direcionado a um fim na ação sobre a natureza. Com essa nova relação entre homem e natureza, que se torna cada vez mais complexa, novas leis são produzidas, as quais têm agora um caráter histórico-social, resultando na realidade social, cuja base são os atos teleológicos, mas que se tornam independentes da vontade do indivíduo (Tonet, 2013). E é nesta realidade social já constituída que nascem os homens, os quais deverão apropriar-se dos elementos desta realidade para humanizar-se, pois o indivíduo se constitui enquanto ser humano:

[...] somente através do, e devido ao, fato de que ele se apropria, incorpora em sua

vida e atividade (em maior ou menor extensão) habilidades, carências, formas de comportamento, ideias etc., que foram criadas e objetivadas por outros indivíduos de gerações anteriores ou contemporâneos a ele. Assim, o indivíduo humano em sua personalidade concreta é, ainda que tomado isoladamente, um produto das relações históricas e sociais (Márkus, 2015, p. 53).

Entende-se, assim, que a transformação do homem decorre do processo de apropriação do conteúdo objetivado de todo o gênero humano e da objetivação, uma vez que este indivíduo é também ativo. E neste processo, o indivíduo caracteriza-se como universal. Para Facci, Barroco e Leonardo (2009), a universalidade também se constitui como uma categoria do conceito de Marx sobre a essência humana e esta universalização acontece à medida que o homem deixa sua condição natural e torna-se um ser genérico, a partir das condições reais instituídas.

É, pois, tendo como pressuposto esta concepção de homem e de sociedade que a Psicologia Histórico-Cultural foi desenvolvida, como veremos no próximo item, no qual buscaremos demonstrar como as categorias fundamentais da ontologia marxiana se relacionam com seus conceitos. É também partindo desta compreensão que buscaremos refletir sobre as possíveis contribuições desta perspectiva de ser humano e de Psicologia para a atuação do psicólogo na Assistência Social.

2.2.2. A formação do homem a partir da Psicologia Histórico-Cultural

A Psicologia Histórico-Cultural foi desenvolvida a partir dos trabalhos Lev Semenovich Vigotski (1896-1934), Aleksei Nikolaevich Leontiev (1903-1979), Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e colaboradores, na então União Soviética, após sua revolução proletária. Iniciar uma reflexão sobre esta teoria implica o conhecimento de alguns aspectos daquele período, tendo como objetivo salientar a importância da historicidade do pensamento do autor pois, conforme afirma Tuleski (2008, p. 71):

Recuperar a historicidade do pensamento de Vygotski significa, antes de tudo, pensar sua concepção teórica à luz da história, ou seja, como projeto coletivo pós-

revolucionário, tal como se fez, sem julgar os acontecimentos como produto de boas ou más intenções dos homens, ou como fruto de equívocos teóricos ou práticos. Neste sentido, Vygotski não se adiantou à sua época, apenas lançou seu olhar perscrutador sobre as necessidades da Rússia, buscando respostas aos problemas com que se deparavam os homens daquele período.

Desta forma, é possível considerar que a Psicologia Histórico-Cultural foi elaborada pelos autores como proposta resultante das contradições vivenciadas à época e da necessidade, observada a partir da análise das mesmas, da transformação das relações humanas existentes, superando características burguesas para a construção de um novo homem, cuja consciência coletiva tornaria possível a concretização da sociedade comunista (Tuleski, 2008).

A economia soviética passava por uma reestruturação e se encontrava multifacetada, pois apesar da fase inicial do socialismo, ainda havia fortes resquícios de relações burguesas demarcadas pelo capitalismo privado e pelo capitalismo de Estado, além da economia campesina patriarcal. Portanto, era necessário um acelerado avanço tecnológico no país, o qual possibilitaria a concretização do socialismo, mas que culminou, contraditoriamente, na utilização de mecanismos capitalistas, institucionalizados pelo governo através dos planos quinquenais – aumento da hierarquia e de relações autoritárias por parte de diretores de fábricas e empresas, presença de coerção externa, permanência da divisão de trabalhos e ênfase na produtividade (Tuleski, 2008). Neste sentido, a autora afirma que

A ênfase na produtividade, o recurso ao salário por empreitada, aos estimulantes materiais e às diferenciações de salários contribuía para reproduzir as divisões internas no interior das fábricas, consolidando o individualismo e a competição entre os trabalhadores por melhores salários. Ao mesmo tempo crescia a distinção entre atividades técnicas qualificadas e aquelas que não exigiam qualificação específica (p.135).

Tuleski (2008) esclarece que embora tais posturas tenham possibilitado o desenvolvimento industrial da União Soviética, resultaram em aspectos que trouxeram dificuldades para tal empreitada, como a ruptura entre classe operária e camponesa, gerando

uma grave crise agrícola a qual, por sua vez, tornou necessário o desenvolvimento de aparelhos de coerção. Neste contexto, assistia-se à dificuldade de transformações radicais nas relações de trabalho e produção, evidenciando-se a importância dos desenvolvimentos científico, tecnológico e cultural como fundamentais para a superação das relações burguesas e do seguimento da sociedade do socialismo em fase inicial para o comunismo, culminando na necessidade de uma ciência que compreendesse o ser humano como passível de transformar-se, assim como a realidade concreta, superando características e comportamentos burgueses, os quais também foram produzidos a partir da realidade da sociedade.

É claro, portanto, que o cenário socioeconômico soviético possibilitou condições para o desenvolvimento da psicologia proposta por Vigotski. Para ele, a construção do ser comunista somente seria possível por meio da superação das relações burguesas e isto deveria ocorrer também no desenvolvimento da ciência psicológica, através da compreensão mais ampla do indivíduo, o que implicava na superação das concepções de homem defendidas até então.

Para Vigotski (1996), as concepções hegemônicas de psicologia não compreendiam o homem em sua complexidade e apresentavam concepções reducionistas, ora restringindo-se à comparação do comportamento do homem ao do animal, como se respondêssemos apenas às leis naturais, ora baseando-se em conceitos dicotomizados e idealistas. Para ele, os paradigmas psicológicos existentes apresentavam uma visão fragmentada do ser humano e dele retiravam a historicidade e a possibilidade de transformação.

Em sua análise dos sistemas psicológicos até então produzidos (em sociedades capitalistas), Vigotski (1996) propõe críticas sobre os mesmos, apontando para o que chamou de “crise da psicologia” e evidenciando a necessidade do desenvolvimento de uma Psicologia Geral, que seria capaz de superar problemas epistemológicos e entender o homem em sua totalidade. Propôs, nesta perspectiva, uma psicologia que compreendesse o homem enquanto ser sociocultural, a partir de uma análise complexa do mesmo, pautada no método materialista histórico-dialético, desenvolvendo uma nova Psicologia, a qual, no estudo do indivíduo e do desenvolvimento da criança, abrangia sua natureza filogenética e ontogenética em relação às condições concretas da sociedade:

Se desejamos estudar a psicologia do homem cultural adulto, devemos ter em mente que ela se desenvolveu como resultado de uma evolução complexa que combinou

pelo menos três trajetórias: a da evolução biológica desde os animais até o ser humano, a da evolução histórico-social, que resultou na transformação gradual do homem primitivo no homem cultural moderno, e a do desenvolvimento individual de uma personalidade específica (ontogênese), com que um pequeno recém-nascido atravessa inúmeros estágios, tornando-se um escolar e a seguir um homem adulto cultural (Vygotsky & Luria, 1996 p. 151).

Para ele, o homem moderno, diferentemente do primitivo, passa a responder, prioritariamente, a leis culturais, uma vez que a cultura modifica qualitativamente seu comportamento, possibilitando novas formas de atividade das funções psicológicas, elevando o comportamento humano a outro nível de desenvolvimento, no qual as estruturas funcionais são modificadas de inclinações naturais para comportamentos especificamente culturais. Isto seria possível, pois a partir do momento em que o homem passa a fazer uso do emprego de ferramentas, sua adaptação deixa de ser essencialmente orgânica e passa a fazer parte de um processo de desenvolvimento próprio e diferenciado, ou seja, o cultural (Vygotski, 1995).

Segundo Vygotsky & Luria (1996), o desenvolvimento humano ocorre a partir de três linhas evolutivas: a filogenética, a ontogenética e a cultural. A primeira corresponde às transformações biológicas pelas quais a espécie humana passou, correspondendo às mudanças fisiológicas e morfológica do *homo sapiens*, transmitidas de uma geração para outra pela hereditariedade:

A filogênese se refere aos aspectos biológicos comuns a uma espécie de seres vivos, que são transmitidos de geração para geração pela hereditariedade; isto é, aspectos que diferem o homem (e outros seres vivos) de qualquer outro. Esses aspectos determinam o modo de vida do ser vivo, portanto, determina também o modo de ser deste (Silva, 2007, p. 31).

Sobre a filogênese, algumas diferenciações entre nossos ancestrais mais primitivos devem ser ressaltadas, pois foram de grande relevância para a evolução humana. Dentre elas, destaca-se a passagem ao bipedismo, que propiciou algumas vantagens em relação aos animais quadrúpedes, pois o apoio em quatro membros resultava em movimentos mais lentos,

dificultando as fugas de predadores, além de um dispêndio maior de energia na obtenção de alimentos que não estivessem a seu alcance (Silva, 2007).

Em relação aos primitivos, Engels (1999) afirma que o processo de hominização é intrínseco ao desenvolvimento das mãos. Segundo ele, macacos antropomorfos do período terciário, que viviam em árvores, precisaram diferenciar as funções das mãos e dos pés devido ao seu modo de vida e isso os capacitou a caminhar sem auxílio das mãos, que, conseqüentemente, ficaram livres e passaram a desempenhar diversas funções, como coletar alimentos, arremessar objetos, construir proteções rudimentares contra as intempéries climáticas, por exemplo. Embora as funções executadas pela mão humana sejam muito mais complexas que as de nossos ancestrais, sua liberação foi um fato decisivo para a formação humana, pois a partir deste momento, a diversidade de funções das mãos possibilitou cada vez mais destreza e flexibilidade, que foram transmitidas hereditariamente para as gerações seguintes. Sobre este processo, Engels (1999, p. 08) afirma:

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida [...] aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini.

Engels (1999) acrescenta que o desenvolvimento da mão e a passagem à posição ereta influenciaram outras partes do organismo (obedecendo a um processo natural que já havia sido estudado por Darwin em outros mamíferos), possibilitando a complexificação do trabalho e novas descobertas sobre os objetos. Estas mudanças resultaram também no fortalecimento do já existente comportamento gregário da espécie, uma vez que as atividades realizadas coletivamente eram vantajosas para o indivíduo e, deste processo, outras transformações fundamentais ocorreram, como a evolução dos órgãos de comunicação como a laringe e os órgãos da boca, possibilitando as condições objetivas para o aparecimento da linguagem.

Do aparecimento do trabalho e suas conseqüências para o corpo e o desenvolvimento

da linguagem articulada foram possíveis transformações essenciais no cérebro da espécie, que superou o cérebro do macaco, tanto em tamanho quanto em perfeição, culminando no desenvolvimento dos órgãos dos sentidos, chamados por Engels (1999, p. 12), de “[...] instrumentos mais imediatos”, cujo aperfeiçoamento é acompanhado pelo desenvolvimento geral do cérebro. A esse respeito, Engels (1999) destaca que a produção de instrumentos demarca o aparecimento do trabalho propriamente dito e que o desenvolvimento de ferramentas para a caça e a pesca, que ampliou as possibilidades de alimentação do homem também contribuiu para a evolução do cérebro humano, pois além de resultar em um maior acesso aos alimentos, forneceram novas substâncias que beneficiaram a constituição física cerebral.

O consumo da carne, além dos benefícios fisiológicos, possibilitou novos comportamentos, também essenciais à vida da espécie: a domesticação dos animais e o uso do fogo que, por sua vez, resultaram em novas atividades e novos instrumentos, em um processo sem fim que afastava cada vez mais o homem dos demais animais, como sintetiza Engels (1999):

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se a alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e se aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências. Das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião (p. 18).

Este foi o percurso explanado por Engels (1999), no qual as transformações proporcionadas pelo trabalho no modo de vida humano resultaram na superação das limitações naturais e em mudanças que não eram mais transmitidas pela via genética, mas pela comunicação e apropriação da cultura e, a partir de então,

[...] as dimensões filogenéticas da espécie humana passam a ser modificadas pelas descobertas e criações do homem, durante toda sua evolução histórica. Quando o homem passa a produzir os meios para essa satisfação, por meio de descobertas e de

criações voltadas para a satisfação de suas necessidades (que agora não estão subordinadas apenas ao que natureza lhe oferece) é que a dimensão ontológica humana começa a se desenvolver e a interferir na dimensão filogenética (Silva, 2007, p. 33).

A respeito da diferenciação do homem em relação às demais espécies, ou seja, do processo de hominização, Leontiev (2004), corroborando as ideias de Engels (1999), demonstra que ele é marcado pela passagem à vida em uma sociedade organizada pelo trabalho, a qual perpassou diferentes estágios. O primeiro deles é “a preparação biológica do homem” (Leontiev, 2004, p. 280), que tem início no final do período terciário e início do quaternário, tendo como representante os australopitecos, aos quais já era possível a posição vertical e a utilização de utensílios rudimentares. Sobre este período, Leontiev (2004) destaca que, embora os australopitecos levassem uma vida gregária, sua comunicação ainda se dava por meios muito primitivos.

O segundo estágio descrito pelo autor corresponde à “passagem ao homem” (Leontiev, 2004, p. 280) e engloba diversas etapas, tendo como representantes desde o pitecantropo ao homem de Neanderthal. Neste estágio iniciou-se o fabrico de instrumentos e as primeiras relações de trabalho e sociedade, assim, ainda que a formação do homem estivesse estritamente submetida às leis biológicas e que modificações anatômicas fossem transmitidas às gerações seguintes pela hereditariedade, já ocorria uma certa dependência do desenvolvimento humano em relação à produção, pois o desenvolvimento do trabalho culminou em um maior desenvolvimento da comunicação e da linguagem e tais transformações resultaram em alterações na própria constituição anatômica dos homens, em seu cérebro e nos órgãos do sentido:

Assim, se desenvolvia o homem, tornado sujeito do processo social do trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais os órgãos se adaptaram às condições e às necessidades da produção; em segundo lugar às leis sócio históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra (Leontiev, 2004, p. 281).

No estágio seguinte ocorrem novas mudanças na formação humana, no qual o mesmo

autor afirma ter acontecido a “viragem”. Esta etapa é essencial ao processo de desenvolvimento humano e corresponde ao aparecimento do *Homo Sapiens*, momento em que o homem se liberta da dependência restrita das leis biológicas e passa a ser regido prioritariamente pelas leis histórico-sociais. Ou seja, as transformações biológicas já possibilitaram ao ser humano todas as características necessárias a um desenvolvimento social e histórico ilimitado e, a partir de então, foram poucas as mudanças biológicas hereditárias. Fica claro, assim, que a partir deste terceiro estágio da formação humana as aquisições do homem não foram mais limitadas às transmitidas pela via da hereditariedade, mas por uma forma especificamente humana que é a apropriação daquilo que foi produzido pelas gerações anteriores, o que só se tornou possível porque as experiências sócio-históricas do homem se acumulam no mundo objetivo das produções humanas materiais e intelectuais (Leontiev, 2004).

Este processo de apropriação daquilo que foi produzido precedentemente é, segundo Leontiev (2004), ativo, pois para se apropriar da produção histórica anterior, é preciso que se desenvolva uma atividade que reproduza os traços essenciais da atividade objetivada. Para esclarecer esta ideia o autor demonstra o exemplo da relação do homem com os instrumentos, que se difere da forma com que o animal se relaciona com os mesmos. Os animais também fazem uso de instrumentos, mas esta utilização não é incorporada no instrumento utilizado, ou seja, o animal realiza algumas operações com o mesmo, mas não generaliza seu uso para outras situações e, sendo assim, não transmite tais operações às gerações seguintes, nem tampouco forma novas operações motoras a partir do emprego deste instrumento. O humano, por sua vez, subordina sua morfologia à utilização do instrumento, desenvolvendo novas funções motoras a partir dela, assim como explicou Engels (1999).

Também concordando com esta concepção, para Duarte (2013), a compreensão de homem baseada na teoria marxiana parte da ideia fundamental da diferenciação entre o ser humano e as demais espécies animais. Enquanto estas se desenvolvem obedecendo às leis estritamente biológicas, sendo submetidas aos limites impostos pela natureza, ao ser humano tais limitações foram superadas ao longo de sua história e isto só ocorreu a partir do momento em que ao homem foi possível agir ativamente sobre as condições da natureza, como afirma Marx e Engels (1982, p. 27):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por

tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (grifo dos autores).

Assim, compreende-se que a superação dos limites da natureza, que permitiu ao ser humano tornar-se um ser social, só foi possível porque o desenvolvimento biológico da espécie ofereceu as condições concretas para que pudesse produzir instrumentos capazes de transformar a natureza e, por consequência, modificar radicalmente a maneira de se relacionar com ela, pois insere-se, neste momento, a dinâmica entre objetivação e apropriação, fundando a diferença essencial da atividade humana em relação à atividade animal. Nesta nova dinâmica, desenvolve-se o chamado primeiro ato histórico, ou seja, o momento em que, por meio da produção de instrumentos, o homem passou a satisfazer suas necessidades apropriando-se dos elementos da natureza, mas, diferentemente dos animais, objetivando nos instrumentos sua própria atividade, o que culmina na produção de novas necessidades e novas formas de satisfazê-las, complexificando cada vez mais as formas de produção (Duarte, 2013).

Neste processo, ao produzir os instrumentos necessários à satisfação de suas necessidades, a relação do homem com a natureza e com os objetos produzidos modifica-se, pois objetiva neles sua atividade, humanizando-os, por meio da relação dialética entre objetivação e apropriação, conforme explica Duarte (2013, pp. 26-27):

Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, o ser humano objetiva-se nesta transformação. Por sua vez, esta atividade humana objetivada nos produtos e fenômenos culturais passa a ser ela também objeto de apropriação, isto é, o ser humano deve se apropriar daquilo que de humano ele criou. Tal apropriação gera nele necessidades humanas de novo tipo, que exigem nova atividade, num processo sem fim. No meu entender, esse é o significado da expressão “um ato humano que se supera”.

A expressão destacada por Duarte (2013) remete à discussão realizada por Marx e Engels (1982), em “A Ideologia Alemã”, na qual expõem a compreensão da história em uma

perspectiva materialista e dialética (diferenciando-se das concepções filosóficas especulativas da época), segundo a qual, o primeiro ato histórico é justamente a produção da vida material. É neste momento, com a elaboração de instrumentos para satisfação das necessidades, resultando em necessidades novas, como dito anteriormente, que se inicia o processo da constituição histórica e social da humanidade (Marx & Engels, 1982).

Sobre as relações sociais, Marx e Engels (1982) afirmam que a produção da vida material, bem como as novas necessidades produzidas, modificam as relações entre os homens, inclusive o próprio ato de procriar, uma vez que, neste processo histórico, a procriação também deixa de ser elemento puramente natural, de procriação da espécie humana, tornando-se social, pois já não é possível a relação exclusiva de um homem com a natureza (como nas espécies animais), mas do conjunto de homens, cuja atividade coletiva é necessária à satisfação das novas necessidades. Pode-se compreender, portanto, que o domínio de ferramentas, cujo desenvolvimento foi possível a partir de condições orgânicas do homem, possibilitou que o ser humano deixasse de ser passível à natureza e exercesse um papel ativo em relação a ela e, através deste domínio, passou a ser capaz de modificá-la e transformá-la de acordo com suas necessidades. Ou seja, é a partir deste momento da história da espécie que o homem deixa de responder, exclusivamente aos estímulos como o animal, pelo esquema estímulo-resposta, e passa a desenvolver uma resposta mais complexa, pois se torna possível a utilização de meios artificiais (estímulos mediadores) para a solução de seus problemas.

Vygotski (1995) explica como as funções psicológicas elementares, como percepção, movimentos e reações do homem primitivo são semelhantes às do homem cultural. Entretanto, o mesmo não acontece com as funções psicológicas superiores, como defende o autor:

Durante o processo do desenvolvimento histórico, as funções psicofisiológicas elementares poucos se modificam, enquanto que as funções superiores (pensamento verbal, memória lógica, formação de conceitos, atenção voluntária, etc.) experimentam profundas mudanças desde todos os pontos de vista (p. 33).

A compreensão do desenvolvimento das funções psicológicas superiores é um tema central na obra de Vigotski, que afirma que se trata de um aspecto importantíssimo do desenvolvimento cultural do comportamento humano, mas que é negligenciado ou erroneamente explicado por outras abordagens. Uma das ideias a que o autor se opõe é a de que a ontogênese

imita a filogênese. Para ele, o desenvolvimento cultural possui características peculiares e o fato principal é a relação com a ferramenta no decorrer da ontogênese. Vigotski diferencia os processos do comportamento natural e os do comportamento cultural. Em relação aos primeiros, afirma que se desenvolveram ao longo da história da espécie humana e são comuns a todos os animais superiores. Os processos do comportamento cultural, por sua vez, são produtos da evolução histórica e especificamente humanos (Vigotski, 1996).

Para explicar a diferenciação existente no comportamento cultural humano, Vigotski (1996) retoma as principais teses da psicologia de sua época que se empenhavam em estudar os processos psicológicos, que denominou de “velha psicologia”, demonstrando que todas acabavam por reduzir a estrutura do comportamento humano ao esquema “estímulo-resposta”. Para ele, entretanto, esta tese simplificaria o processo de desenvolvimento do homem, ignorando suas novas transformações qualitativas. Segundo ele, essa nova qualidade no desenvolvimento humano

[...] não se esgota com a simples complexidade das relações entre estímulo e respostas, que já conhecemos na psicologia animal. Tampouco vai pelo caminho do aumento quantitativo e o incremento de suas relações. Há em seu centro um salto dialético que modifica qualitativamente a própria relação entre o estímulo e a resposta (Vigotski, p. 62).

No entanto, essa mudança qualitativa não seria compreensível utilizando-se dos métodos da “velha psicologia” sendo necessário, portanto, a utilização de um método histórico-dialético, para o qual, o comportamento também deve ser estudado em seu processo histórico, e, no que diz respeito especificamente aos processos psicológicos, das funções psicológicas elementares para as superiores. O método histórico-dialético de investigação dos processos psicológicos, portanto, permite explicar no que consiste a mudança qualitativa que possibilita ao homem ampliar seu comportamento para além das funções elementares.

Essa mudança qualitativa reside no fato de que o homem incluiu em sua relação com a natureza um estímulo mediador e artificial, criado por ele, que é o instrumento psicológico, o signo, instrumento este que permite ao homem dominar a si mesmo “de fora para dentro”. Essa ação mediadora propicia ao homem o desenvolvimento de uma nova gama de transformações

qualitativas em sua estrutura psíquica que é modificada ao mesmo tempo em que modifica a natureza para a contínua satisfação de suas necessidades, sendo estas fisiológicas ou culturais. Compreende-se, assim, que o comportamento humano se torna mediado por instrumentos que transformam a natureza e, a partir do desenvolvimento dos signos, seu comportamento interno é também mediado, transformando-se.

Neste sentido, Vigotski propõe uma analogia entre o emprego do signo na transformação do comportamento humano com o da ferramenta no processo de transformação da natureza, à medida que afirma sua função instrumental na atividade humana. Assim,

A cada etapa determinada no domínio das forças da natureza corresponde sempre uma determinada etapa no domínio do comportamento, na submissão dos processos psíquicos ao poder do homem. A adaptação ativa do homem ao meio, a transformação da natureza pelo ser humano não pode estar baseada na sinalização que reflita passivamente os vínculos naturais de toda sorte de agentes [...] O homem introduz estímulos artificiais, confere significado ao seu comportamento e cria, com ajuda dos signos, atuando desde fora, novas conexões no cérebro (Vygotski, 1995, p. 85).

Assim, o comportamento do homem passa a ser regulado por um novo princípio, o “princípio da significação”, o que faz, portanto, da linguagem, um mediador fundamental da atividade humana, que vai sendo cada vez mais elaborado, desde mecanismos rudimentares até a linguagem escrita. E é esta a diferença fundamental do homem, pois é a partir do desenvolvimento da linguagem que se torna possível o pensamento que, interligado à linguagem, pelo pensamento verbal que ocorre através do processo de formação de conceitos, constitui a formação da consciência humana, na qual as funções passam a ser intelectualizadas, permitindo ao homem o autodomínio de seu comportamento (Vygotski, 1995).

Neste sentido, compreende-se que o caráter essencialmente humano tem como cerne este processo, sendo ele a base para a produção da consciência humana, pois, a partir do referido primeiro ato histórico, torna-se necessária a complexificação da comunicação entre os homens possibilitando, a partir das condições biológicas do organismo humano, o desenvolvimento da linguagem:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real,

prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com os outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim: o animal não se “relaciona” com nada, simplesmente não se relaciona. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação. A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens (Marx & Engels, 1982, p. 43).

Dessa forma, o aparecimento da linguagem relaciona-se com a necessidade, produzida pelo trabalho, de comunicação entre os homens. Isto porque o ato de produzir possui, além da função produtiva propriamente dita, a função de comunicação. Para o autor, no início, a comunicação tem relação direta com o ato de produzir, mas com a complexificação dos processos de produção, sua função separa-se da atividade prática imediata, passando a existir como consciência. Compreende-se, portanto, que a consciência possui uma dependência em relação ao modo de vida, sendo determinada pelas relações sociais e, sendo assim, transforma-se no processo do desenvolvimento histórico-social, por meio de mudanças qualitativas (Leontiev, 2004).

A consciência é um fenômeno especificamente humano, pois implica uma relação mediada entre a ação do indivíduo e o objeto desta ação e, sendo assim, o reflexo psíquico do homem difere do animal, pois o homem não responde imediatamente aos estímulos e aos objetivos de uma ação, mas tem consciência dos mesmos, ou seja, o objetivo da ação é mediado pela significação:

A significação é aquilo que num objeto ou fenômeno se descobre objetivamente num sistema de ligações, de interações e de relações objetivas. A significação é refletida e fixada na linguagem, o que lhe confere sua estabilidade. Sob a forma de significações linguísticas, constitui o conteúdo da consciência social; entrando no conteúdo da consciência social, torna-se assim a “consciência real” dos indivíduos, objetivando em si o sentido subjetivo que o refletido tem para eles (Leontiev, 2004, p. 100).

A significação, segundo o autor, consiste na representação ideal dos objetos reais de

uma sociedade, compondo o conjunto de fenômenos objetivos acumulados na história da humanidade. Por outro lado, a significação também faz parte da consciência do indivíduo, relacionando-se com o processo de apropriação individual da produção e experiência da humanidade em geral. É importante salientar que a significação não se caracteriza como algo puramente subjetivo, posto que só existe nos processos cerebrais concretos, exercendo a função de mediação entre a realidade externa e o reflexo psíquico do indivíduo:

A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação. O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu assimilo e também o que ela se torna para mim, para minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim (Leontiev, 2004 p.102).

Ou seja, enquanto a significação diz respeito à realidade externa ao indivíduo e à maneira pela qual esta é representada, a partir da linguagem socialmente desenvolvida, para o indivíduo, o sentido pessoal se relaciona com o processo psíquico de um indivíduo singular e em sua relação com os fenômenos objetivos, agora, conscientizados (Leontiev, 2004). O que se pretende demonstrar a partir da discussão sobre a relação entre significação e sentido é que ambos são constituintes da consciência humana e que é por meio desta relação que ocorre a dinâmica entre apropriação e objetivação, na qual o indivíduo se constitui de maneira ativa, apropriando-se daquilo que foi produzido e objetivando-se, por meio de sua atividade (Duarte, 2013).

Esta concepção da relação dialética entre indivíduo e sociedade oferece bases para, assim como argumenta Saviani (2012), contrapor-se a críticas que afirmam que a teoria marxiana é determinista, reduzindo a subjetividade humana a um simples produto das determinações sociais, o que não é verdadeiro, uma vez que o problema da subjetividade ou da individualidade (utilizadas como terminologias análogas no referido texto de Saviani) constitui um elemento central na obra de Marx, que defende justamente uma relação recíproca e dialética entre indivíduo e sociedade.

Assim como Duarte (2013), Saviani (2012) retorna às análises de Marx acerca do que seria, portanto, a especificidade do gênero humano, concluindo que a realidade estritamente humana se desenvolve por meio da transformação da natureza pela ação do homem, por sua produção, ou seja, pelo trabalho:

Deixado a si mesmo, submetido ao jugo da natureza, o homem perece. Diferentemente dos outros animais, que têm sua existência garantida pela natureza, bastando-lhes adaptar-se a ela para sobreviver, o homem necessita fazer o contrário. Precisa agir sobre a natureza transformando-a e ajustando-a às suas necessidades. Em lugar de adaptar-se à natureza, tem de adaptar a natureza a si. E esse ato de agir sobre a natureza transformando-a é o que se chama trabalho. Portanto, é pelo trabalho que os homens produzem a si mesmo. Logo, o que o homem é, o é pelo trabalho. O trabalho é pois a essência humana (Saviani, 2012, p. 25).

Portanto, com base nos elementos aqui discutidos, compreendemos que é pela possibilidade da realização do trabalho que o homem se torna humano, libertando-se da subordinação à natureza. Entretanto, na sociedade de classes, esta liberdade não é permitida a todos os homens uma vez que, inaugurada a relação de exploração, quando a força de trabalho se transforma em mercadoria, há a cisão da maior parte dos indivíduos do gênero humano propriamente dito e, neste processo, o trabalho, antes possibilitador de liberdade, torna-se causador de sofrimento e adoecimento, reduzindo o homem à limitação de suas necessidades biológicas. Assim,

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano e o humano, animal (Marx, 2004, p. 83).

Caminhamos, dessa forma, para a discussão das consequências deste tipo de organização social para a constituição da consciência humana, a qual se altera, qualitativamente, pelo processo de alienação do trabalho, como discutiremos no próximo item.

2.2.3. Formação humana e o processo de alienação

Ao discutir o processo de alienação, é preciso ressaltar que o mesmo não se caracteriza como elemento essencial à constituição do ser humano, como o trabalho, mas é intrínseca à atual organização social e às relações de produção vigentes sendo, portanto, passível de superação (Duarte, 2013; Saviani, 2012).

A esse respeito, Duarte (2013) afirma que a análise materialista histórica e dialética da dinâmica entre apropriação e objetivação na sociedade de classes apresenta elementos específicos, que não existiam em modos de socialização e produção anteriores a esta divisão social pois, no período em que os homens viviam sob o comunismo primitivo, era possível a todos os membros de uma comunidade se apropriar de toda a produção de seu grupo e, ao objetivar-se, por meio de seu trabalho, era possível também a apropriação daquilo que ele mesmo produziu, ou seja, o resultado de seu trabalho. Entretanto, isto não ocorre na sociedade de classes, pois sabe-se que com a complexificação dos modos de produção no capitalismo, estruturado pelo valor de troca (e não mais valor de uso), a força de trabalho do homem torna-se também uma mercadoria.

Neste processo, o trabalho deixa de ter seu significado social inicial, ou seja, o da satisfação das necessidades do homem e de humanização e torna-se sofrimento, estranhamento do homem em relação a seu trabalho e à produção humana como um todo:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (Marx, 2004, p. 84).

Ao discutir o caráter genérico da atividade humana, Marx (2004) afirma que esta não possui uma relação imediata com a natureza, como ocorre com os animais, sendo mediada pela consciência do homem e possibilitando a objetivação da apropriação do gênero humano no produto de seu trabalho, entretanto, à medida que no trabalho estranhado esta relação é

interrompida, interrompe-se também o caráter genérico de sua atividade, e seu trabalho, que antes era uma atividade livre, transforma-se em um meio de vida individual. Neste sentido, quanto às consequências do processo de alienação e sua relação com a subjetividade do homem, Saviani (2012) destaca:

- a) os produtos de seu próprio trabalho são vistos como objetos estranhos, alheios;
- b) o trabalho, apesar de ser sua própria atividade, é considerado algo externo no qual ele encontra não a sua realização mas sua perdição, um fator de sofrimento e não de satisfação;
- c) em relação aos outros homens o trabalho alienado torna cada homem alienado por outros, os quais, por sua vez, são alienados da vida humana (pp. 30-31).

Observa-se, assim, que a individualidade dissociada da coletividade se desenvolve a partir do trabalho alienado, fruto da divisão social do trabalho e da sociedade de classes, produzindo a pauperização do trabalhador, o qual se torna também uma mercadoria. Sendo assim, nesta organização social, cujo trabalho tem como cerne a mercadoria, as relações sociais são por ela mediadas, tendo como consequência uma naturalização aparente das relações sociais, pois mascara-se as relações de trabalho individual e o gênero humano (Saviani, 2012).

Ou seja, a sociedade passa a se organizar pelas relações de trabalho pautadas no valor de troca de mercadorias e torna-se uma sociedade de relação entre coisas rompendo-se, assim, a identificação natural entre indivíduo e comunidade, exteriorizando as relações sociais que, na aparência, passam a ser compreendidas como naturais e imutáveis. Sobre este aspecto, Duarte (2013) sintetiza a contradição denunciada por Marx, no conjunto de sua obra, sobre o modo de produção capitalista, afirmando que este tipo de organização produtiva gerou as condições da universalização da produção humana (superando os limites geográficos) universalizando, também, as relações sociais mediadas pelo valor de troca. Por outro lado, este processo também resultou na universalização da alienação e, conseqüentemente, da pauperização humana.

Em relação à sociedade de classes e suas consequências para a formação do homem, Vigotski (2004) afirma que, assim como a sociedade, no modo de produção capitalista, é dividida em diferentes classes, a composição das personalidades humanas também não correspondem a algo homogêneo, o que para a Psicologia significa

[...] confirmar o caráter de classe, a natureza de classe e as distinções de classe como responsáveis pela formação de dois tipos humanos. As várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado (Vigotski, 2004, p. 02).

Assim, ao recuperar a discussão de Marx sobre a corrupção da personalidade humana decorrente da divisão social do trabalho e da sociedade de classes, Vigotski (2004) chama a atenção para a impossibilidade do desenvolvimento pleno e livre do homem, ou seja, para a degeneração das capacidades humanas e para o desenvolvimento unilateral ao qual o ser humano é submetido em uma sociedade organizada pela exploração do trabalho. Essa contradição entre a liberdade conquistada pela espécie humana em relação às limitações da natureza e a subordinação e dependência das relações sociais baseadas no trabalho alienado só poderia ser solucionada a partir da existência de uma nova forma de organização social, o que conduziria a um novo tipo de homem.

No entanto, essa transformação só é possível a partir de “três fontes fundamentais” (Vigotski, 2004, p. 05). A primeira delas é a destruição do modo de produção capitalista e das formas de vida social que se desenvolvem a partir dela, pois

Junto ao esfacelamento da ordem capitalista, todas as forças que oprimem o homem e que o mantêm escravizados pelas máquinas – que interferem em seu livre desenvolvimento – também desaparecerão, serão destruídas. Junto com a libertação dos muitos milhões de seres humanos [da opressão], virá a libertação da personalidade humana dos grilhões que restringem seu desenvolvimento. Essa é a primeira fonte [da transformação] – a libertação do homem (Vigotski, 2004, pp. 05-06).

A segunda fonte destacada pelo mesmo autor trata da transformação das forças produtivas desenvolvidas no modo de produção capitalista, caracterizadas pela grande indústria, em forças positivas que, por meio do trabalho associado (e não mais fragmentado e explorado), possibilitariam uma promoção do desenvolvimento humano.

A terceira fonte, por fim, decorreria das transformações das relações sociais entre as pessoas, que culminariam na transformação do homem em si, de sua consciência, pois à medida que se modificam as bases materiais que constituem sua consciência, conseqüentemente, ocorrem mudanças significativas no comportamento humano.

Neste processo de transformação, a educação desempenharia um importante papel social para o desenvolvimento das novas gerações. Por meio da educação politécnica seria possível a superação da divisão entre trabalho intelectual e físico, possibilitando o domínio dos princípios científicos gerais de todo o processo de produção. Assim, “A coletivização, a unificação do trabalho físico e intelectual, uma mudança nas relações entre os sexos, a abolição da separação entre desenvolvimento físico e intelectual [...] (Vigotski, 2004, p. 06) conduziriam a um processo real de emancipação humana.

Considerando a discussão sobre o conceito de emancipação humana feita na seção anterior, fica claro que o desenvolvimento humano livre e universal, direcionado à emancipação humana no sentido proposto por Marx só seria possível se transformada definitivamente a organização social com a superação do modo de produção capitalista. Isto, considerando que quando Vigotski (2004) elaborou a obra “A transformação socialista do homem” as condições concretas da União Soviética possibilitaram o desenvolvimento de tais ideias, pois o autor vivenciava um processo real de revolução socialista; cabe-nos refletir, nesse sentido, sobre como os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural podem contribuir para uma atuação profissional crítica em nossas condições atuais.

Neste âmbito, Newton Duarte e Dermeval Saviani muito contribuiriam por meio do desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica, que dá ênfase à função de mediação exercida pelo educador no processo de máximo desenvolvimento das capacidades humanas, com vistas à diminuição entre o desenvolvimento do indivíduo singular e o desenvolvimento do gênero humano.

Inspirando-se nas contribuições desta teoria, porém considerando as especificidades da Assistência Social, consideramos que a Psicologia Histórico-Cultural também pode contribuir para a atuação do psicólogo nesta política social, pois esta teoria, conforme vimos, possibilita uma visão de homem que objetiva a superação de uma compreensão puramente empírica de indivíduo, como assevera Saviani (2012, p. 40):

Entendo, pois, que colocando-se numa perspectiva marxiana, a psicologia devia tomar como seu objeto não o indivíduo empírico, como ocorre predominantemente, mas o indivíduo concreto. O empírico é aquilo que cai sob o campo de nossa percepção sensível; é o aparente, aquilo que aparece diante de nós. É, portanto, de certo modo, uma abstração, pois nossa percepção sensível não alcança as múltiplas conexões e relações que o configuram. [...] assim, apreender o indivíduo em termos concretos significa considerá-lo síntese de múltiplas determinações, síntese de relações sociais [...].

Neste sentido, consideramos que a Psicologia, partindo de uma perspectiva materialista, histórico e dialética, pode contribuir no sentido de romper com a ‘pseudoconcreticidade’ que muitas vezes impera na atuação do psicólogo na Assistência Social, objetivando superar explicações baseadas apenas no conteúdo aparente dos fenômenos com os quais trabalha, tanto no que se refere à compreensão da constituição dos indivíduos, quanto dos fenômenos próprios da Assistência Social, como a miséria, a pobreza, a dificuldade de acesso a serviços públicos e às diversas violências presentes neste cotidiano. Ou seja, tomando como base o trabalho de Kosik (2002), a partir desta compreensão, o psicólogo deve orientar sua prática profissional visando a superação de análises que se pautam apenas nos fenômenos empíricos que compõem a pseudoconcreticidade, conforme explica Kosik (2002, p. 13): “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que com sua regularidade, imediatismo e evidência penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*”.

Cabe, pois, ao psicólogo, o pensamento dialético, que visa à compreensão da realidade concreta da “coisa em si” (Kosik, 2002, p. 13), que corresponde ao verdadeiro conceito do objeto a ser conhecido.

Em outras palavras, ao estudar o sujeito psicológico atuando na Assistência Social, o profissional da Psicologia deve ir além daquilo que está imediatamente posto sobre o fenômeno, que é sua forma fenomênica, analisando sua historicidade e sua constituição processual, buscando aquilo que há de essencial em seu objeto de estudo. Assim, deve atentar-se para a relação entre essência e aparência uma vez que, para o autor, a realidade se constitui na relação e na unidade entre fenômeno e essência. Nesta relação, é possível à Psicologia contribuir para a

desnaturalização dos fenômenos, por meio da atividade dialética de conhecimento superando, como dito, o pensamento comum:

O conhecimento se realiza como separação do fenômeno e essência, do que é secundário do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa (Kosik, 202, p. 18).

Esta posição diante dos fenômenos do cotidiano profissional consiste na diferença entre as chamadas práxis utilitária e a práxis revolucionária. A primeira pauta-se no pensamento comum, na experiência imediata com o fenômeno e em sua forma empírica; a segunda compreende a primeira, porém, conforme expusemos, desvela seus aspectos secundários e capta sua estrutura processual e histórica, trazendo à tona sua essência: desta forma, é revolucionária, pois demonstra a possibilidade de transformação da realidade social, uma vez que esta é produzida pelo homem e, sendo assim, passível de mudança (Kosik, 2002).

O psicólogo, portanto, ao compreender o indivíduo como sujeito concreto, analisando as relações sociais que o constituem, pode buscar superar a pseudoconcreticidade dos fenômenos com os quais se depara no cotidiano profissional, ou seja, pode propiciar a compreensão e o enfrentamento dos processos que dificultam a apropriação da produção humana, afastando os indivíduos de sua humanização. Entendemos que a Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada nos pressupostos da ontologia do ser social marxiana, pode contribuir para este processo de superação tendo como princípio norteador não apenas a emancipação política, mas a emancipação humana.

Sabe-se que a emancipação humana propriamente dita só seria possível em uma sociedade construída sobre diferentes relações de trabalho, porém o psicólogo pode orientar sua atuação para esse objetivo final, compreendendo as possibilidades reais que consiste, em primeiro lugar, fundamentar-se em uma concepção teórica que explique radicalmente o indivíduo concreto em sua relação com a totalidade da sociedade, por meio do que Kosik (2002) denominou de práxis revolucionária. Ou seja, o psicólogo, a partir deste ponto de vista, teria a função primordial

de desmistificar, em sua atuação, a naturalização da realidade social, que é predominante não só no senso comum, mas em muitas abordagens da Psicologia, como bem explicou Vigotski (1996).

Este autor demonstrou que a crise da Psicologia permanece enraizada em teorias psicológicas tradicionais, as quais explicam o indivíduo dissociado da realidade concreta, perpetuando a dicotomização entre indivíduo e sociedade que resulta, por sua vez, na visão abstrata do indivíduo, o que significa permanecer na pseudoconcreticidade do fenômeno da subjetividade humana. Sendo assim, consideramos que a Psicologia Histórico-Cultural nos oferece, por meio do método materialista histórico-dialético de análise, os princípios norteadores para a superação desta visão abstrata.

Esta superação sustenta-se na dinâmica defendida pela Psicologia Histórico-Cultural sobre a constituição social e histórica da consciência humana e, sendo assim, não se pode compreender o homem sem entender a sociedade que o constitui – uma sociedade alicerçada sobre a exploração de uma classe sobre a outra, sobre o distanciamento entre a riqueza produzida pela classe trabalhadora e o acesso que tem a esta produção. Historicamente, a Psicologia se constitui como teoria que sustenta e naturaliza esta relação, como vimos ao longo da seção e a limitação desta visão pseudoconcreta do ser humano já vem sendo denunciada e criticada nas últimas décadas, com indiscutível contribuição da Psicologia Histórico-Cultural.

3. PANORAMAS DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na primeira seção discorreremos sobre o processo de constituição da Assistência Social, sua relação, enquanto política social, com o Estado no capitalismo contemporâneo e sua ação frente a questão social. Na segunda, buscamos compreender a gênese da Psicologia e sua função social como teoria desenvolvida na consolidação da sociedade capitalista. Discutimos as transformações nesta ciência enquanto produto das condições materiais de nossa sociedade, retomando o percurso de sua inserção na Assistência Social, sob a orientação do materialismo histórico-dialético, defendendo a concepção de Homem da Psicologia Histórico-Cultural.

A Seção que segue tem como objetivo apresentar as principais ideias contidas nas publicações acadêmicas que versam sobre a Psicologia na Assistência Social, buscando identificar quais abordagens psicológicas têm sido defendidas pelos autores que analisaram esta temática ao longo dos seus primeiros anos de vigência, bem como as dificuldades da Psicologia na Assistência Social e possibilidades de enfrentamento mencionadas pelos autores estudados. Com isto, pretendemos refletir sobre os caminhos que a Psicologia vem traçando em sua inserção no campo da Assistência Social, buscando elementos que possam auxiliar na compreensão das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para esta área.

Atingir este objetivo, devido à sua complexidade, não se esgota com este trabalho, mas consideramos ser possível identificar as principais perspectivas teóricas que têm oferecido embasamento para a compreensão deste fenômeno, entendendo tal informação como fundamental, pois partimos do pressuposto de que a produção científica não é neutra, mas responde a uma visão determinada de homem e de mundo (Bock, 2015).

Neste sentido, consideramos que recuperar parte da produção científica sobre determinado tema pode ser importante ferramenta para compreender o desenvolvimento da área de estudo, pois possibilita acompanhar seu movimento, transformações, identificando possíveis aspectos predominantes (Costa, 2014). Optamos, então, pela realização de uma pesquisa bibliográfica, por considerar que este instrumento, por meio da análise de produções acadêmicas possibilitaria um maior contato com a realidade deste tema enquanto objeto acadêmico na atualidade e uma compreensão mais próxima de sua totalidade, considerando que

Apropriar-se do objeto em sua dinâmica é basilar no método materialista histórico-dialético. Para tanto, constitui-se como fulcral o estudo do fenômeno articulado aos fundamentos ontológico-históricos que sustentam tal prática, indo além, portanto, do imediatamente presente. Embora a apreensão do objeto deva partir da *forma* como se expressa na realidade, isso só se torna relevante na medida em que possibilita a apreensão do *conteúdo* da essência do objeto estudado, possível somente à luz da totalidade da realidade (Silva, 2015, p. 88. Grifos da autora).

Pela articulação entre as três seções do presente estudo, buscamos recuperar o processo histórico da Assistência Social e da Psicologia, observando suas relações e dinâmicas a partir da realidade concreta, para possibilitar assim, maior compreensão da forma como a Psicologia na Assistência Social se manifesta enquanto um novo campo que se constitui. Pretendemos, portanto, associando a leitura dos estudos encontrados em nossa pesquisa às discussões realizadas nas sessões anteriores, atingir maior contato possível com o objeto de estudo – a Psicologia na Assistência Social – visando tornar “[...] conscientes seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais”. (Netto, 2011, p. 18. Grifos do autor).

3.1. Procedimentos adotados para o levantamento de dados

Para a realização da pesquisa, inicialmente, optamos pela análise de artigos indexados no *Scielo* e dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), entretanto, devido ao caráter objetivo e sintético dos artigos, consideramos que a substituição desta modalidade pela busca de outras dissertações e teses na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) contribuiria mais com o objetivo da pesquisa, pois possibilitaria o acesso a discussões mais aprofundadas que conduzissem à identificação das abordagens adotadas pelos autores. Sobre tal alteração, concordamos com Costa (2014) ao afirmar que, embora os artigos sejam um dos mais importantes meios de divulgação científica, atualmente, seu formato mais objetivo

[...] impossibilita a expressão de todo o processo envolvido na construção do conhecimento e dificulta a apresentação detalhada dos pressupostos teóricos, epistemológicos, metodológicos, entre outros aspectos, necessários para um debate amplo e aprofundado acerca da produção científica a respeito de certo tema (Costa, 2014, p. 47).

As teses e dissertações, em contrapartida, de acordo com Costa (2014), possibilitam análises mais complexas, além de reunir considerações de pesquisadores mais experientes, como os orientadores e membros das bancas. Uma vez que o foco da presente seção consiste em identificar as abordagens que apoiam os autores na análise da relação entre Psicologia e Assistência Social, consideramos que as teses e dissertações poderiam trazer mais elementos para atingir os objetivos almejados.

Para a pesquisa, utilizamos os seguintes descritores:

- Psicologia e Assistência Social;
- Psicologia e Sistema Único de Assistência Social;
- Psicologia e CRAS;
- Psicologia e CREAS;
- Psicologia e Proteção Social.

O recorte temporal estipulado (2004-2015) foi delimitado por corresponder ao período de vigência do SUAS, já que é a partir de sua implantação, como vimos, que o psicólogo passa a ser profissional requisitado, definitivamente, como membro da equipe mínima dos serviços oferecidos pelo Sistema.

No portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), inserindo os descritores em “Todos os campos” localizamos 306 publicações, porém, devido ao tempo para elaboração do trabalho, refinamos para o campo “Assuntos”. Para delimitar o estudo, adotamos como critério a escolha de trabalhos publicados em português, que discorressem especificamente sobre a Psicologia e a política de Assistência Social, excluindo, portanto, publicações que abordassem somente a prática do assistente social ou que apresentassem apenas a análise de outras políticas públicas, como Saúde, por exemplo. Na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), inserimos os descritores no campo

“Resumos que contêm”, refinando, utilizando as opções do próprio portal, excluindo os termos “Nursing, HIV/AIDS; enfermaria; Salud Mental e Mental Health.

Após os procedimentos de busca relatados, foram lidos os resumos das publicações, pelos quais elegemos aqueles que se referiam à temática de nosso interesse. Seguimos, assim, com a leitura de 06 teses e 21 dissertações, cujos títulos e referências encontram-se nos apêndices.

A leitura das teses e dissertações buscou, inicialmente, identificar as principais abordagens teóricas utilizadas pelos autores, porém, no processo de estudo das publicações, constatamos que os autores também apresentavam principais dificuldades encontradas pelos psicólogos no campo da Assistência Social e alguns direcionamentos para enfrentá-las, por isso, também discorreremos, mesmo que brevemente, acerca destes pontos.

Destacamos que as citações literais retiradas das teses e dissertações utilizadas para exemplificar alguma análise ou observação foram escritas em itálico ao longo da seção, para melhor diferenciá-las daquelas em que nos embasamos teoricamente.

3.2. Resultados e Discussão

Dentre as abordagens e campos teóricos que embasaram as teses, encontramos: Psicologia Histórico-Cultural - Macêdo, (2014) e Urnau (2013); Psicologia Social Crítica, pautando-se no conceito de Identidade de Ciampa (Souza, 2011); Psicologia Social, apresentando, principalmente, as contribuições de Silvia Lane, Pedro Guareschi e Ana Bock – Motta (2015); Psicologia Social Comunitária, sob orientação do Materialismo Histórico-Dialético (Dantas, 2013) e Psicologia Social Comunitária, pautando-se nas contribuições de Martín-Baró, Ana Bock e Pedro Guareschi, principalmente (Senra, 2013). Sobre a tese de Motta (2015), ressalta-se que tivemos acesso apenas ao texto parcial desta sua tese, pois à época em que a busca de nossa pesquisa foi realizada o trabalho integral não estava disponível.

Em relação às dissertações, constatamos a presença dos seguintes campos teóricos - Psicologia Social Comunitária e Psicologia Social Crítica baseadas, principalmente, nas contribuições de Martín-Baró, Paulo Freire, Ana Bock e Silvia Lane. Além disso, quatro trabalhos (Macedo, 2007; Diettmann, 2013; Quintão, 2015; Oliveira, 2015) embasaram-se nas contribuições de Deleuze e Guattari, com referência ao pensamento de Foucault. Observou-se,

ainda, a presença de uma dissertação (Silva, 2012) que se pautou no conceito de identidade de Eric Erickson e duas (Susin, 2012; Mariano, 2011) que discutiram as possíveis contribuições da psicanálise, a partir de Freud e Lacan. Dentre as dissertações, (Menz, 2012) afirma ter como base a Psicologia Histórico-Cultural e outra (Melo, 2011) parte da Psicologia Social do Trabalho de Yves Clot, relacionando tal teoria com contribuições de Vigotski.

Destaca-se que a maioria dos trabalhos, em seu referencial teórico, aborda as contribuições do movimento do chamado “Compromisso Social da Psicologia”, cujos principais representantes – como discutimos na segunda seção – foram Ana Bock e os fundamentos da Psicologia Social proposta por Silvia Lane, além das influências da pedagogia de Paulo Freire e da Teoria da Libertação de Martín-Baró.

Tais teóricos tiveram grande importância no movimento de mudanças no campo da Psicologia latino-americana e brasileira, contribuindo para uma perspectiva mais crítica de Psicologia, visando o rompimento com seu caráter anistórico e a superação da dicotomia indivíduo-sociedade, a partir da influência do materialismo histórico-dialético e contraposição à visão positivista do fenômeno psicológico. Bock (2015), ao defender os fundamentos da Psicologia Sócio-Histórica como uma perspectiva crítica em Psicologia, afirma que, enquanto que para a Psicologia hegemônica há a cisão entre indivíduo e sociedade, a Sócio-Histórica considera que

[...] falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem (Bock, 2015, p. 30).

Entretanto, chamamos atenção para o fato de que algumas pesquisas abordam tal movimento como fruto, apenas, da conscientização dos psicólogos sobre a necessidade do desenvolvimento de uma Psicologia crítica e implicada com a transformação social, porém, sem discutir as condições concretas que conduziram tal movimento, como apresentamos nas seções anteriores. Os estudos relacionam tal movimento com as lutas políticas das décadas de 1970 e

1980, mas não mencionam a crise econômica que restringiu o campo de atuação do Psicólogo como trabalhador autônomo e sua relação com o capitalismo mundial.

Outros autores, como Ribeiro (2013), defenderam uma perspectiva da Psicologia associada ao seu compromisso social abrangendo a Psicologia Crítica, a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Social da Libertação, afirmando que

A Psicologia pode ser uma ferramenta de conscientização e mobilização das pessoas, contudo tem servido mais como instrumento paliativo do que questionador e transformador da realidade. E é justamente a partir da crítica a serviço do quê e de quem a Psicologia tem se dedicado, enquanto ciência e profissão, é que surgem a Psicologia Crítica, a Psicologia Social da Libertação e a Psicologia Comunitária, como movimentos contra hegemônicos dos saberes teóricos e práticos legitimados na Psicologia (p. 54 – Grifo nosso).

Sobre tais perspectivas, o mesmo autor, que afirma adotar o Materialismo Histórico-Dialético, baseia-se em Marx e Engels (2003/1848) e também em Paulo Freire (1979), para indicar a compreensão de ser humano das teorias por ele defendida:

Segundo Paulo Freire, a característica principal do ser humano, que o diferencia de outros animais é sua capacidade de agir conscientemente sobre a realidade objetivada: “É precisamente isso, a 'práxis humana', a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo” (Freire, 1979, p. 15). No entanto, a tomada de consciência não representa em si a conscientização, pois, para Paulo Freire, a conscientização é um processo de tomada de consciência que envolve uma reflexão crítica sobre a realidade percebida e sobre si mesmo. (Ribeiro, 2013 p. 57 – Grifo nosso).

Com base nesta afirmação e na sequência que o autor dá ao texto, observa-se que o mesmo apresenta alguns elementos que compõem sua concepção de Homem – um sujeito capaz de ter consciência sobre o mundo e que é ativo na transformação de sua realidade. Outro aspecto sobre a visão de Homem que o autor atribui às teorias defendidas, com base nas contribuições de Freire (1979), é a possibilidade de transformação social com vistas à libertação de sua classe, por meio da ação coletiva dos homens. Identifica-se a questão da teleologia como característica

essencialmente humana e a possibilidade de transformação da realidade, indicando, portanto, seu caráter processual, que são aspectos que fundamentam as correntes teóricas que defende. Partindo desses pressupostos, Ribeiro (2013, p. 58 – Grifo nosso) define a Psicologia Crítica como:

[...] um movimento de resistência à Psicologia tradicional, com intuito de construir uma análise ante as práticas dominantes e legitimadas pela Psicologia, e buscar as contradições das ideias que são propagadas como naturais (Parker, 2007). Trata-se de um movimento dialético que não visa explicações subjetivas, mas levantar as contradições e revelar as táticas políticas e ideológicas obscurecidas, que permeiam a prática dos psicólogos. A principal crítica feita à Psicologia Tradicional é de que ela tem servido como ferramenta ideológica para a manutenção do modo de produção capitalista e a favor da classe dominante, contribuindo para a discriminação, opressão e negligência das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade (Markad, 2007; Norman, 2007).

Outra abordagem teórica discutida neste estudo e em outros encontrados em nossa pesquisa (Janieke, 2012; Moreira, 2014; Senra, 2009) é a Psicologia Social da Libertação, desenvolvida por Ignacio Martín-Baró, que discutiu o caráter individualizante das práticas psicológicas, afirmando que as mesmas eram direcionadas para as classes ricas e que desconsideravam os fatores sociais dos problemas dos indivíduos, denunciando que a Psicologia tradicional funcionava como aparato de repressão e controle social, reforçando, portanto, o sistema de produção capitalista.

Importante aspecto desta teoria reside no fato de que Martín-Baró defendia a necessidade da Psicologia (no caso, a latino-americana) direcionar-se às especificidades de sua realidade e não importar o arcabouço teórico de outros países, como faziam as práticas tradicionais:

Cada realidade traz uma especificidade cultural e social e, nesse sentido, importar práticas tradicionais desenvolvidas em outros contextos tem como consequência práticas desvinculadas da realidade e não correspondem às reais necessidades da população atendida. Por isso, o conhecimento que vem sendo reproduzido pela Psicologia não pode contribuir para a transformação e melhoria das condições de

vida dos povos latino-americanos. (Ribeiro, 2013, p. 60.- Grifo nosso)

Frente a estes questionamentos, Martín-Baró propõe, com influência da pedagogia de Paulo Freire, da Teoria da Libertação, a Psicologia Social da Libertação, que traz como premissas a primazia da realidade concreta sobre o idealismo ou verdade teórica, o direcionamento à transformação social das classes subalternas e, por fim, a substituição de teorias e metodologias importadas pelo conhecimento construído com base na realidade da América Latina (Ribeiro, 2013).

Outra abordagem presente nos estudos (Motta, 2011; Dantas, 2013; Ribeiro, 2013) é a Psicologia Social Comunitária. Ribeiro (2013), afirma que a Psicologia Social Comunitária se caracterizou, inicialmente, como uma vertente mais prática da Psicologia Social, direcionada a problemas sociais e melhora das condições de vida de comunidades, buscando a solução de suas problemáticas em detrimento de questões individuais objetivando, inclusive, diminuir o distanciamento entre a academia e o campo de atuação. Conforme constatamos no trabalho de Ribeiro (2013), a Psicologia Social Comunitária apresenta diferentes vertentes – um modelo norte-americano, com maior enfoque no campo da Saúde Mental; um modelo cognitivista, direcionada ao desenvolvimento social e, por último, a vertente comunitária, que adota com base os fundamentos da teoria marxista, o qual é defendida em seu estudo. Este modelo

é baseado no materialismo histórico-dialético e visa necessariamente à mudança social. Tal concepção refuta uma visão de sujeito passivo, que é mero receptor das interferências externas e se adapta a uma sociedade posta, e defende uma concepção de sujeito ativo, que é constituído socialmente, mas não está predestinado a se adaptar, pelo contrário, tem possibilidades de mudá-la a partir da consciência que desenvolve de si, do outro, do seu papel na sociedade e na comunidade em que vive. (p. 63 – Grifo nosso)

Em relação à Psicologia Social Comunitária, Dantas (2013), em seu estudo sobre a Psicologia na Assistência Social – com ênfase nas ações da Proteção Social Básica direcionadas ao enfrentamento da pobreza em equipamentos do interior do Rio Grande do Norte – destaca que tal perspectiva caracteriza-se como uma das “fissuras” na Psicologia, ou seja, uma possibilidade de inserção de uma Psicologia que não coadune com práticas individualizantes, sendo importante

para o rompimento com o modelo clínico, a autora afirma que

Em meio aos conflitos, a Psicologia brasileira, como ciência e profissão, também possui fissuras que podem alinhar-se com um projeto de resistência para a assistência social. Neste caminho, destacam-se as experiências e produções que compõem o campo denominado de Psicologia Social Comunitária, cujo olhar é direcionado para as necessidades de libertação e transformação das condições de vida do povo oprimido latino-americano; que propõe a produção de uma prática atenta às singularidades encontradas no cotidiano das populações pobres em territórios específicos [...] mas sem perder de vista as determinações macroestruturais que incidem sobre a vida e a subjetividade (Dantas, 2013, p. 164. – Grifo nosso).

No estudo realizado por Dantas (2013) destaca-se a orientação marxiana no que se refere à discussão sobre o processo de constituição da pobreza, da ciência psicológica e da Assistência Social, enfatizando o compromisso de uma Psicologia orientada para a transformação concreta de nossa sociedade, ainda que dentro dos limites das condições atuais. Outro elemento que evidencia a orientação marxiana de seu estudo é a discussão sobre os conceitos de vulnerabilidade social, matricialidade familiar e território, são pilares da atual política de Assistência Social. A autora chama a atenção para a necessidade de uma leitura que supere a aparência dos mesmos, uma vez que, se não analisados em sua radicalidade, podem resultar na culpabilização das famílias e restringir análises e ações aos limites dos territórios, afastando-se da totalidade (sociedade de classes do modo de produção capitalista) que produz as expressões da questão social no cotidiano dos territórios.

Outros autores que predominaram nas dissertações foram Deleuze, Guattari, sob influência de Foucault, ora associados à Psicologia Social, ora à Análise Institucional. Devido aos limites deste trabalho, não tivemos o objetivo de descrever os pressupostos teóricos da teoria destes autores, porém, a despeito das possíveis contribuições dos mesmos para a análise de elementos de nossa sociedade, principalmente no que diz respeito à teoria proposta por Foucault, de acordo pensadores marxistas, como Nagel (2010), os pressupostos de tais teóricos considerados da chamada pós-modernidade acabam por fomentar o individualismo e a perda de

valores éticos fundamentais à vida coletiva, uma vez que supervalorizam a experiência individual e, neste sentido, também limitam as possibilidades de transformação social, uma vez que centram-se na verdade individual.

Sobre as teorias do pós-modernismo, concordamos com Nagel (2010), ao analisar as consequências da influência das mesmas para a Educação e argumentar que suas perspectivas resultam na desvalorização da historicidade dos fenômenos, ignorando a processualidade que os constitui, o que resulta na ignorância sobre as raízes dos mesmos, como argumenta a autora:

convém observar que as **discussões sobre a pós-modernidade**, principalmente na Educação, **não revelam inquietações sobre sua fundamentação de origem econômica**. Da mesma forma, o enfoque dado ao neoliberalismo, mesmo quando identificado como a fase de concentração máxima de propriedade privada, nem sempre registra as mudanças no trabalho que, se reconhecidas tornam possível a compreensão do *ser social* enquanto histórico (Nagel, 2010, p. 58 – Grifos da autora).

Isto posto, ainda que não seja almejada, neste trabalho, a análise aprofundada das teorias identificadas nas produções acadêmicas, chamamos a atenção para a necessidade de estudos que reflitam sobre seus fundamentos tendo em vista que, na atualidade, as mesmas são amplamente difundidas na Psicologia como perspectivas críticas, no entanto, em essência, podem resultar no fortalecimento das condições atuais.

Por outro lado, é preciso salientar que as dissertações e teses que se baseiam nesta perspectiva teórica apresentam importantes reflexões sobre a função social tanto da Assistência Social enquanto instrumento do Estado, quanto da inserção da Psicologia nesta política pública. Os autores evidenciam, com base em conceitos da teoria de Foucault, que a Assistência Social assume a função de vigilância e controle das famílias e indivíduos e que a Psicologia, ainda impregnada de preceitos individualizantes e rotuladores, ao adentrar o campo da Assistência Social, contribui com esta função controladora.

Em relação às teses que afirmam ter como base a Psicologia Histórico-Cultural, localizamos os trabalhos de Urnau (2013) e Macedo (2014). Quanto às dissertações, temos o trabalho de Menz (2012). Além desta, consideramos importante discutir o estudo de Melo (2012) que, apesar de não partir da Psicologia Histórico-Cultural propriamente dita, tendo como base uma corrente da Psicologia do Trabalho denominada “Clínica da Atividade” – cujo fundador é Yves Clot. Melo (2012) apresenta a relação da “Clínica da Atividade” com a teoria de Vigotski (em seu trabalho, utilizou a escrita Vygotsky):

Filiada, deliberadamente à teoria histórico-cultural, fundada por Vygotsky, a Clínica da Atividade, ao assumir tal posição epistemológica, tem como objeto a atividade como tal, e não o seu desenrolar e os obstáculos a ela colocados (CLOT, 2007). Ademais, nesta perspectiva, o desenvolvimento de um sujeito não é uma corrida em direção a uma meta previamente conhecida, ou seja, seu modelo não é embriológico. “O desenvolvimento só é unidirecional e predeterminado fora das relações reais. O real se encarrega de transformar o desenvolvimento esperado em história não realizada (CLOT, 2007, p. 13). (Mello, 2012, p. 18 – Grifo nosso).

Na sequência de seu texto, citando Van der Veer e Valsiner (2001), Melo (2012) afirma:

Vygotsky vê o homem contemporâneo como um ser racional, que se origina ao assumir o controle do seu próprio destino, libertando-se dos limites impostos pela natureza, a partir do domínio e da transmissão dos produtos de uma cultura. Tais produtos são adquiridos através da interação social com os outros (Van Der Veer; Valsiner, 2001).

Melo (2012) apresenta a importância da elaboração de instrumentos e do desenvolvimento do trabalho para a diferenciação do homem das demais espécies animais, discutindo o conceito de signo e sua função mediadora nos processos psicológicos e também apresenta a tese de que é a aprendizagem que promove o desenvolvimento, fundamentando-se em

Colaço et al (2007):

Portanto, segundo Colaço et al (2007) Vygotsky apresenta uma concepção de desenvolvimento humano baseado na compreensão do mesmo como derivado do envolvimento da pessoa com o outro e com seu meio, num processo de alterização e constituição mútua. Dessa feita, há uma transformação dialógica do mundo e de si por meio de fecundas mediações em diferentes contextos sócio-histórico-culturais, de forte e múltiplas constituições em que desenvolvimento e aprendizagem entrelaçam-se, ganhando contornos e significados na cultura e na sociedade (Melo, 2012, p. 19).

Após a discussão sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, Melo (2012), quando afirma que o desenvolvimento psicológico é eminentemente cultural, discute o conceito de “trabalho”, caracterizando-o como atividade simbólica, genérica e social, que permite a libertação humana a partir da transmissão às outras gerações de sua produção:

Para Clot (2007), a função social do trabalho realiza, ao mesmo tempo, a produção de objetos e de serviços, bem como a produção de trocas sociais que dão ao objeto seu valor numa determinada sociedade. No entanto, a função psicológica, no desenvolvimento dos sujeitos, não está contida, em sua potência, na função social. Esta última pode ser considerada um recurso para o crescimento do homem, ou mesmo, em alguns casos, apresenta-se nociva a este (Melo, 2012, p. 20 – Grifo nosso).

O mesmo autor continua discorrendo sobre a função do trabalho, a partir das contribuições de Yves Clot, mencionando a necessidade de se refletir sobre a questão da divisão do trabalho, que, para este autor, seria fundamental:

Assim, a função psicológica do trabalho reside, ao mesmo tempo, no patrimônio cultural que ele fixa e na atividade exigida para a conservação, a transmissão e a renovação desse patrimônio. Cada ser humano vê-se por meio de suas próprias atividades no interior da divisão do trabalho, simultaneamente como sujeito e objeto dessa conservação e invenção. Por isso, para Clot (2007), o exame da divisão do trabalho é decisivo no que diz respeito à

análise das atividades profissionais, pois é, de alguma forma, seu fundamento (Melo, 2012, p. 20 – Grifo nosso).

Sobre a conceituação de trabalho exposta pela autora, observamos que a mesma considera a função social do trabalho e sua importância para o desenvolvimento humano, inclusive associando-o à possibilidade de libertação ou adoecimento. Entretanto, tal análise aproxima-se mais de uma possibilidade ou impossibilidade individual, dependente da maneira o indivíduo relaciona-se com sua própria atividade laboral do que em função das relações de trabalho constituídas na sociedade de classes, afastando-se da concepção marxiana de trabalho e, logo, da de Vigotski.

No referido estudo não há a discussão sobre como o modo de produção capitalista constitui as relações sociais e como tal processo relaciona-se com o desenvolvimento da consciência humana, fundamental à perspectiva de Vigotski. Desse modo, apesar de a autora trazer elementos de teoria Histórico-Cultural, há uma dissociação entre seus conceitos e os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural.

Sobre o estudo de Menz (2012), ressalta-se que o mesmo afirma basear seus estudos na Psicologia Histórico-Cultural, mas a define como sinônimo da Psicologia Sócio-Histórica. Assim, ao fundamentar seu referencial teórico, o faz com base em trabalhos de Bock (1997) e colaboradores, além de Gonzalez Rey (2009), como é possível observar no trecho que segue:

A concepção de homem e mundo que orienta esta dissertação sedimenta-se na abordagem sócio histórica (Bock, 1999; Aguiar & Ozella, 2006) ou histórico cultural (Gonzales Rey, 2009), neste texto estes termos são utilizados como sinônimos. (Menz, 2012, p. 31 – Grifo nosso)

Em seguida, define (Menz, 2011, p. 21 – Grifo nosso):

Esta concepção se opõe aos pressupostos que afirmam existir uma “natureza humana”. Para ela o homem é concebido como “condição humana”, sendo a realidade social o espaço onde esta “essência”, a condição humana, se desenvolve. O homem é compreendido como um sujeito situado na história, e por sua condição sócio-histórica, é construído e construtor dela. O caráter naturalizante do homem é criticado pela concepção histórica cultural, pois

esta “naturalização” aponta para um caráter ideológico que camufla sua determinação social, descolando-o da realidade, daquilo que lhe constitui e lhe dá sentido. (Bock, 1997).

Além disso, a autora, ao definir subjetividade, baseia-se em Gozales Rey (2003):

[...] um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social. Neste sentido compreender o homem é compreender seus processos de subjetivação, entendendo a subjetividade como “um conceito orientado para gerar visibilidade sobre as formas da realidade que o conceito delimita” (p. XIX, 2003). (Menz, 2012, p. 22 – Grifo nosso).

Quanto às teses que afirmam ter como base a Psicologia Histórico-Cultural - Urnau (2013) e Macedo (2014) -, constatou-se que ambas apresentam os principais conceitos da teoria, fundamentando-os no método materialista histórico-dialético, considerando, de acordo com Yamamoto (2016), que o mesmo se orienta sobre a teoria social marxiana, que

[...] está fundada em três pilares: o método dialético – ou seja, o entendimento de que o ser social é processualidade, é autoestruturado e dinamizado pelos vetores críticos de suas contradições internas; a teoria do valor-trabalho (resultado de suas investigações, de sua análise do real); e pela perspectiva da revolução (Yamamoto, 2016, p. 28. Grifos do autor).

Macêdo (2014) apresenta a discussão de Vigotski sobre as principais teorias da Psicologia na obra o “Significado Histórico da crise da Psicologia” (Vigotski, 1996) e a conclusão a que chegou da necessidade de uma Psicologia geral fundamentada no método materialista histórico-dialético:

Vigotski (1996) considerava que a Psicologia se definia com estudo da consciência e que tal campo do saber era estéril em referência à produção de conhecimento sobre seu objeto. O que ele justificava por considerar que a consciência humana estava

sendo vista pelas leis físicas e biológicas estreitas ou por leis transcendentais e metafísica inapreensíveis. Tal análise possibilitou que o teórico russo considerasse haver, no início do século XX, uma crise instalada na Psicologia. O que o levou a demonstrar a necessidade de uma nova Psicologia unificada e uma nova metodologia a ela integrada. (p. 99)

Na sequência, demonstra que a solução para tal crise, proposta por Vigotski, foi a compreensão da consciência humana a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Marx e Engels:

Recebendo influência da história materialista de Marx e Engels, considerava que os processos psicológicos superiores não podiam ser explicados pela lei da natureza nem por leis do espírito, mas que suas raízes deveriam ser procuradas nas leis da história. Propondo, portanto, pensar a consciência e os outros constructos psicológicos a partir dessa perspectiva histórica. Tal concepção articulada com a busca por uma metodologia mais integral e adequada à sua proposta de Psicologia geral fez Vigotski procurar “(...) aprender na globalidade do método de Marx como se constrói a ciência, como enfocar a análise da psique. (Vigotski, 1999) (p.135 – grifo nosso).

Após esta conceituação, Macêdo (2014) discute alguns conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, como Consciência e atividade, tendo como fonte os escritos dos próprios fundadores da teoria. Em seu texto, discute o processo histórico de constituição da Assistência Social e da Psicologia em relação com a totalidade do modo de produção capitalista, identificando a importância da politização da Psicologia e sua orientação para a transformação da realidade.

Urnau (2013), assim como Macêdo (2013), também apresenta os pressupostos teóricos fundamentais da Psicologia Histórico-Cultural, tendo como foco os conceitos de linguagem, sentido e significado, tomando como base, além de Vigotski, as contribuições de Bahktin/Volotchínov. Esta autora também realiza sua análise compreendendo a constituição histórica da Assistência Social e da Psicologia, afirmando a necessidade de superação de práticas

tradicionais e a orientação para transformações reais na sociedade. Em relação à Psicologia Histórico-Cultural, apresenta a fundamentação marxiana na obra de Vigotski:

A prática do psicólogo numa perspectiva histórico-cultural exige levar à última instância o entendimento vygotkiano do método, pautado no materialismo histórico-dialético. Ou seja, entendê-lo como um processo em construção permanente, como ferramenta e produto do investigar e do fazer, que se (re)cria a partir do movimento da realidade. Nesta perspectiva implica ao psicólogo assumir-se como autor/pesquisador, que a partir de seus recursos técnicos e epistemológicos olha, analisa, constrói instrumentos e procedimentos, volta a analisar os dados encontrados e cria novos caminhos (Urnau, 2013, p. 259 – Grifo nosso).

Assim como Macêdo (2014) e Urnau (2013), Dantas (2013) também expõe a Assistência Social e a Psicologia a partir da orientação do método materialista histórico-dialético, apresentando sua processualidade e constituição a partir da realidade concreta, orientando-se para a necessidade de uma Psicologia crítica que vise à mudança das condições reais da sociedade, compreendo que as mesmas são passíveis de transformação, defendendo, dentre outras coisas, a:

Construção de projetos ético-políticos que, conquanto não tenham a pretensão de eliminar a heterogeneidade da profissão, possam se tornar referência às decisões ético-profissionais, alinhados com projetos societários de transformação estrutural da sociedade capitalista (Yamamoto, 2012). (Dantas, 2013, p. 165 – Grifo nosso).

Com base no exposto, observamos que a maior parte dos autores dos estudos localizados se embasa em perspectivas teóricas críticas, que defendem a necessidade de superação de uma visão de Homem dicotomizada e anistórica, compreendo-o como ser que se constitui em relação com a sociedade. Todos os trabalhos discutem o caráter elitista com o qual a profissão se desenvolveu no país e, mesmo que tal discussão parta de aportes teóricos diferentes, é unânime a defesa de uma Psicologia que se oriente para um “compromisso social”.

Entretanto, apesar das publicações fundamentarem-se em referenciais teóricos críticos, não é possível afirmar que a prática profissional nesta área também apresenta este

movimento, pois, constatamos, a partir da leitura destes estudos, que a maioria dos psicólogos que participaram de tais pesquisas, ainda reproduz um modelo clínico de intervenção e que a impossibilidade deste tipo de atendimento (uma vez que as resoluções que orientam a prática da Psicologia nesta política pública deixam claro que o atendimento psicoterapêutico não deve ser realizado nos serviços da Assistência Social) resulta em sofrimento e na dificuldade de compreensão sobre qual seria, portanto, a função do psicólogo nos equipamentos do SUAS.

A predominância de práticas orientadas pelo modelo clínico e individualizante é recorrente nas pesquisas encontradas, sendo relacionada aos seguintes aspectos: a inadequação da formação profissional na graduação; a despolitização da Psicologia e a necessidade de formação continuada.

Em relação à formação profissional na graduação em Psicologia, Frare (2013) destaca, a partir da análise de entrevistas realizadas em sua pesquisa, que os cursos de graduação ainda mantêm uma perspectiva individual e clínica, não oferecendo formação adequada para que os psicólogos possam atuar de forma crítica no âmbito do SUAS. A pesquisa de Motta (2011) também traz a questão da formação como uma problemática a ser discutida, de acordo com os dados obtidos em entrevistas com psicólogas atuantes nos serviços do SUAS:

foi possível observarmos, durante as narrativas, questões referentes ao descompasso entre a formação e a inserção no campo. Além disso, dos fatores que atravessam uma escolha pelos apoios teóricos e a possibilidade de agregar e pensar alternativas, estratégias para a prática profissional no que diz respeito às questões teórico-metodológicas, visto às vicissitudes das práticas do psicólogo na Assistência Social (Motta, 2011, p. 76 – Grifo nosso).

A questão da formação profissional também é discutida na dissertação de Araújo (2014) que salienta o fato de que, embora tenha havido uma ampliação no campo de atuação dos psicólogos, direcionando-o às camadas mais pobres, a mesma pouco se alterou nos cursos de graduação, pois os modelos teórico-metodológicos que distanciam indivíduo e sociedade ainda estão cristalizados no processo de formação, permanecendo o predomínio de áreas como a psicanálise e a psicologia cognitiva, por exemplo. Trazendo as contribuições de Maria Helena de Souza Patto, Araújo (2014) destaca, como característica da formação em Psicologia, que há “[...]

uma primazia da emoção que atrapalha discussões epistemológicas, éticas e politicamente fundamentadas (p. 105 – Grifo nosso)”.

A discussão sobre a formação subjetivista da Psicologia também é apresentada por Silva (2012):

A maneira como se dá a formação em nosso país sobre a representação social da profissão e a população que se insere nos cursos de Psicologia no Brasil indicam que os cursos de Psicologia desprivilegiam aspectos que determinam a prática e a realidade em que o Psicólogo atua sem considerar a importância dos conhecimentos sociais, históricos, políticos e ideológicos, o papel do profissional se esvazia. A psicologia ensinada nos cursos de graduação está marcada pela ideologia dominante e conservadora das relações sociais e reproduz um modelo hegemônico de atuação profissional, baseado no clínico liberal privatista (p. 49 – Grifo nosso).

Dantas (2013) também faz discussão acerca da formação do psicólogo identificando, na fala de suas entrevistadas, fragilizações relacionadas ao processo formativo. Chama a atenção, entretanto, para o fato de que houve mudanças no direcionamento do currículo dos cursos de Psicologia e de que as próprias Leis de Diretrizes e Bases de 1996 defendem uma formação mais crítica para os cursos. Ressalta, também, que o conhecimento acumulado da Psicologia, nas últimas décadas propiciou linhas teóricas que visam romper com o caráter individualizante e elitista da profissão rumo ao compromisso social do psicólogo. Entretanto, constata haver a necessidade de uma maior sustentação teórico-política para a atuação profissional em políticas públicas. A autora afirma

É necessário, portanto, investir em momentos formativos que ofereçam pelo menos um conhecimento básico sobre a política e sobre o fazer psicológico nas políticas públicas e na assistência social, não como garantia de uma prática mais adequada ou diferenciada, mas como um suporte para o movimento profissional no campo (Dantas, 2013, p. 201).

Refletindo sobre a questão da formação do psicólogo apresentada nos trabalhos,

compreendemos que tal dificuldade no processo de inserção na Assistência Social relaciona-se com outros pontos dificultadores, como a despolitização da Psicologia e a predominância de práticas orientadas pelo modelo clínico, evidenciada nos estudos. Sobre isto, percebemos que a crítica ao modelo clínico é predominante no conjunto das produções localizadas, com exceção apenas dos dois trabalhos que se orientaram pela Psicanálise, mas é justamente este modelo que aparece enraizado, tanto nas práticas descritas nas pesquisas, quanto na visão de usuários entrevistados, conforme evidenciaram Urnau (2013) e Dantas (2013).

Destaca-se, aqui, Urnau (2013) que, a partir da Psicologia Histórico-Cultural analisou, dentre outros elementos, os sentidos que os usuários da Assistência Social em uma região de garimpo na Amazônia atribuíam à prática do psicólogo, demonstrando que os sentidos que permeiam a profissão relacionam-se, prioritariamente, à solução de conflitos pessoais ou familiares ou dificuldades de aprendizagem, com foco na patologização do aluno ou na alteração de problemas comportamentais. Alguns trechos de seu trabalho exemplificam:

O relato de Marli demonstra a intervenção do psicólogo pautada na adaptação/ajustamento dos alunos às perspectivas e normas escolares, tal como esperado por seus agentes, mantendo os padrões de responsabilização individual da criança e de sua família.” O foco de atendimento foi de orientação da mãe de acordo com esquemas de reforço ou punição de condutas tidas como adequadas ou não ao bom desempenho escolar do aluno (Urnau, 2013, p. 227 – Grifo nosso).

Ao analisar os sentidos atribuídos por outro entrevistado, Urnau, (2013, p. 228) destaca seu conteúdo adaptacionista, trazendo a transcrição de sua fala, quando questionado sobre qual seria a demanda pelo psicólogo em seu território:

Gerson: É a pessoa que estuda a natureza do cidadão, né? Para observar se ele tem problema mental, como se diz, se ele é uma pessoa da mente bem elevada, e daí por diante. Isso aí por causa das perguntas que foram feitas para mim há anos atrás. Quando existia trabalho em algum departamento, era obrigado a passar por entrevistas com psicólogos. Porque se você tinha uma falha mental, ou às vezes corporal, mesmo, não podia exercer trabalho em local alto. Foi o que passaram para mim (Urnau, 2013, p. 228 – Grifo nosso).

Diante deste relato, a autora chama a atenção para a prática direcionada à Psicologia como instrumento de seleção e adaptação, coadunado com o discurso do “homem certo para o lugar certo”, que discutimos na seção anterior demonstrando, também, que o sentido atribuído pelo sujeito da pesquisa em relação à prática do psicólogo relaciona-se com a Psicologia hegemônica.

Percebe-se, assim, que a questão da formação do psicólogo e da prevalência da identificação da profissão com o modelo clínico, tanto por parte dos profissionais quanto dos usuários da Assistência Social, entrevistados nas pesquisas empíricas, ainda representa uma dificuldade a ser superada, se considerarmos a necessidade de transformação da realidade e a necessidade de uma práxis revolucionária, conforme discutimos na seção anterior, baseando-nos em Kosik (2002), o que implica, por sua vez, na discussão acerca da despolitização profissional, considerada uma dificuldade no conjunto de trabalhos selecionados para esta pesquisa.

Para discutir tais aspectos, recorreremos às reflexões de Yamamoto (2012) sobre os cinquenta anos da profissão no Brasil e o questionamento sobre a possibilidade ou não da Psicologia contribuir para a transformação social. O autor retoma dois estudos sobre o perfil profissional, um de 1988, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1988) e outro, realizado nos anos 2000, cujo resultado foi, segundo Yamamoto (2012, p. 07), a publicação do livro “O trabalho do psicólogo no Brasil” (Bastos & Gondin, 2010).

Nesta comparação, Yamamoto (2012) constata ter ocorrido um crescimento significativo da profissão e demonstra:

A comparação dos resultados desses dois estudos evidencia um crescimento extraordinário da profissão. Dos 15 psicólogos registrados no MEC em 1962, passamos para aproximadamente 54 mil no estudo de 1988 e para 236 mil em 2010. O número de agências formadoras também cresceu de forma espetacular: no período compreendido pelos dois estudos nacionais, o sistema cresceu 300%, assim como o processo de privatização, que passa de aproximadamente 70% em 1988 para 90% em 2010 (Yamamoto, 2012, p. 08).

Yamamoto (2012), além de chamar a atenção para a possível desqualificação da

profissão em consequência da ampla privatização de seus cursos de graduação, apresenta algumas mudanças qualitativas. Sobre estas, destaca a consolidação da profissão, verificada pelo aumento de profissionais que atuam na área, porém, ressalva que as condições de trabalho e baixa remuneração da classe profissional evidenciam a desvalorização da profissão.

Sobre transformação na prática profissional, Yamamoto (2012) destaca que a área clínica continua predominante (53% dos participantes atuam nela, mesmo que não com exclusividade). O setor público segue como o segundo campo de inserção profissional (40% dos profissionais), o privado conta com 35% dos psicólogos e o terceiro setor, com 25%. Tais dados indicam que o psicólogo passa a ser acessível à população mais pobre, entretanto, o autor questiona: “E o que os psicólogos estão fazendo nesses espaços de inserção profissional? No setor público, a principal atividade é a aplicação de testes psicológicos (32,9%), seguida de psicodiagnóstico, com 29,6% e, aplicação de testes psicológicos, com 23,5% (Yamamoto, 2012, p. 8)”. Sobre este fato, o autor afirma que, apesar da ampliação da população atendida pelos psicólogos (não é mais restrito às elites), sua atuação não tem se direcionado para as demandas sociais da população, mas somente pela oferta de serviços.

Yamamoto (2012) defende, neste sentido, que a mera inserção de práticas tradicionais da Psicologia em campos que atendem a população subalterna não significa, necessariamente, contribuir para a transformação social. Não se trata, também, de apenas analisar as demandas explicitadas pela população acerca da atuação do psicólogo, mesmo porque tais demandas podem estar associadas à visão que tem sido construída acerca do saber psicológico, ou seja, seu foco no indivíduo com recursos da clínica privada.

Das contribuições do referido artigo de Yamamoto (2012), ressaltamos que no setor público, o campo das políticas sociais é a principal de atuação do psicólogo, entretanto, é notável a predominância de atividades de caráter patologizante e clínico do psicólogo:

Atentando especificamente para os profissionais que trabalham nas políticas sociais, as respostas dos psicólogos nos estudos de 2010 replicam, em linhas gerais, o resultado da amostra maior: o psicodiagnóstico é a atividade mais frequente, seguido da aplicação de testes psicológicos e de atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem. Assistência psicológica a pacientes clínicos e cirúrgicos e psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente) estão, igualmente entre as atividades mais

citadas. [...] As respostas à questão das abordagens teórico-metodológicas que informam a prática também são esclarecedora: psicanálise em primeiro lugar, cognitivo comportamento e humanista-existencial (Yamamoto, 2012, p. 10).

Em relação à transposição de práticas tradicionais ao campo social, asseveramos, ainda de acordo com Yamamoto (2012), a necessidade da reflexão sobre a dimensão política da Psicologia, para além da questão técnica. Lembremos, assim, da discussão realizada na seção anterior sobre a constituição da Psicologia enquanto ciência nas condições concretas do modo de produção capitalista.

Consideramos que os elementos identificados nas publicações permitiram-nos compreender alguns aspectos que compõem o processo de inserção da Psicologia na Assistência Social, identificando que o principal desafio é uma atuação orientada para a transformação social, por meio do fortalecimento de perspectiva crítica e política. A crítica ao modelo clínico e individual já faz parte do arcabouço teórico da Psicologia brasileira, porém, nem sempre tal modelo é superado na atuação profissional. Desta forma, destacamos que, dentre os trabalhos localizados, as contribuições de autores que analisaram este fenômeno em coerência com o método materialista histórico-dialético, destacando: Macedo (2007), Ribeiro (2010), Urnau (2013), Dantas (2013) e Moreira (2014), oferecem contribuições mais concretas para a superação das dificuldades (historicamente produzidas) da inserção da Psicologia neste campo.

Neste contexto, chamam a atenção para a necessidade de práticas diferenciadas, que possibilitem o resgate de um conhecimento crítico da Psicologia e da Assistência Social, que possam contribuir para ações que promovam a conscientização acerca das relações sociais que permeiam a desigualdade social e as consequentes violações de direitos presentes no cotidiano das famílias atendidas, conforme propõe Ribeiro (2010) em sua dissertação.

Também neste sentido Senra (2009) assevera ser necessário ao psicólogo ir além do olhar para a história de indivíduos singulares, direcionando sua prática à coletividade, evidenciando a necessidade de um posicionamento político e ativo deste profissional que, a partir de seu conhecimento teórico-metodológico configure espaços de reflexão sobre as condições objetivas que se relacionam com as vivências dos indivíduos singulares, possibilitando a conscientização acerca da necessidade de transformação das forças produtivas vigentes, conforme defende, também, Urnau (2013).

Compreende-se, a partir da leitura das referidas publicações, que a Psicologia se insere no campo da Assistência Social arraigada por uma visão liberal de Homem, o que pode resultar na reiteração de uma perspectiva também liberal da pobreza, fortalecendo, dessa forma, as relações sociais vigentes. Entretanto, os autores também chamam a atenção para a possibilidade de práticas diferenciadas que podem contribuir para o rompimento com o modelo direcionado à psicoterapia. Tais práticas relacionam-se a novas formas de intervenção, abrangendo ações interdisciplinares, principalmente junto a profissionais do Serviço Social, incorporando procedimentos como visitas domiciliares, participação em conselhos de direitos, trabalho junto a organizações comunitárias, além da primazia de intervenções coletivas, conforme especificam os Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social (CRESS, CFP, 2007).

Considerando tais aspectos, entendemos que no contexto da Assistência Social o psicólogo pode contribuir por meio de uma atuação direcionada a processos de conscientização, por meio de ações que não estejam pautadas em psicodiagnósticos e no ajustamento de indivíduos e famílias, mas na reflexão sobre a gênese dos fenômenos de seu cotidiano profissional, inclusive do próprio Estado, das políticas públicas e suas limitações, tendo como objetivo uma prática é direcionada a um determinado projeto de sociedade. Na perspectiva que defendemos, portanto, é imprescindível que se direcione para “a transformação estrutural da sociedade capitalista – e não sua manutenção.” (Yamamoto, 2012, p. 15).

Assim, com base na perspectiva adotada neste trabalho e nas contribuições presentes nas dissertações e teses encontradas, defendemos, portanto, a necessidade de se compreender que se a Psicologia adentrar o campo da assistência social embasando-se em paradigmas psicológicos hegemônicos, centrados no indivíduo e no discurso médico, desconsiderando os aspectos históricos e culturais que constituem o ser humano, é possível que apenas reforce a lógica atual, resultando na patologização da pobreza e na culpabilização de indivíduos e famílias. É necessário, portanto, que o psicólogo compreenda que o indivíduo, mais que resultado das experiências pessoais e de suas relações familiares, constitui-se enquanto ser social, cujas relações de classe são intrínsecas à formação de sua personalidade.

Vale ressaltar a importância da produção teórica realizada pelos membros do “Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenado por Oswaldo Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira e Ilana Lemos Paiva, cujos

estudos oferecem importante base para a compreensão do processo histórico da inserção da Psicologia no campo das políticas sociais, sendo seus trabalhos as principais fontes teóricas para a discussão do tema na maioria dos estudos localizados em nossa pesquisa, mesmo naqueles que não se orientam pelo referencial marxista.

Considerações finais

Com o presente trabalho objetivamos identificar e analisar como está sendo realizada a atuação do psicólogo na Assistência Social, tendo como referência os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, cujo fundamento é a ontologia do ser social de Marx. Para tanto, realizamos o estudo buscando entender o fenômeno estudado a partir da compreensão de seu processo histórico e das condições concretas que o constituíram, visando identificar suas transformações, contradições e elementos essenciais e, assim, refletir sobre a maneira com a qual os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural podem contribuir para a atuação do psicólogo neste campo. Consideramos que a relação entre as três seções possibilitou a compreensão deste processo, bem como ofereceu elementos para refletir sobre as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural no trabalho do psicólogo na Assistência Social.

A partir deste estudo, consideramos ter contribuído para a compreensão das principais características do Estado no modo de produção capitalista, apresentando sua função social enquanto instância necessária à manutenção da organização vigente e a necessidade de se analisar a política de Assistência Social enquanto política pública cujo principal objeto de intervenção resulta da sociedade de classes, fundamentada sobre as relações de exploração do trabalho. Deste modo, destacamos ser fundamental que o psicólogo entenda a necessidade de modos de ação que se orientem para uma perspectiva direcionada à emancipação humana defendida por Marx.

Partimos do princípio de que se orientar para a emancipação humana requer, primeiramente, superar a visão de Estado enquanto agente neutro e pacificador, mas como instância necessária para dar continuidade às relações de classe, sendo, em essência, burguês, uma vez que garante a possibilidade de reprodução da força de trabalho e um dos caminhos para contribuir para a exploração do trabalhador é, justamente, a política de Assistência Social, com ações compensatórias à sua pauperização (Oliveira & Paiva, 2016).

Consideramos que as discussões teóricas possibilitaram esclarecer que as políticas

sociais são constituídas na relação entre Estado e a Questão Social, ou seja, a partir do movimento da luta de classes frente as consequências sociais do capitalismo, caracterizando como mecanismos desenvolvidos pelo Estado para a continuidade da exploração da força de trabalho. Porém, conforme expusemos, é também por meio das políticas sociais que algumas reivindicações da classe trabalhadora passaram a ser atendidas e, neste sentido, é imprescindível que o psicólogo entenda as contradições que são parte deste campo.

As constatações sobre o processo de constituição da Psicologia no Brasil possibilitaram compreender a que se relaciona a predominância do modelo clínico que permeia a profissão até os dias atuais, mesmo que atualmente, conforme discutimos, o psicólogo esteja presente em outros campos, dentre eles, a Assistência Social. Sobre este fato, consideramos que o presente estudo ofereceu elementos para esclarecer as condições econômicas, políticas e sociais que conduziram o psicólogo ao campo das políticas públicas, principalmente Saúde e Assistência Social, entretanto, identificamos que há ainda a necessidade de refletir sobre as possibilidades reais da Psicologia contribuir para a transformação social, tendo como base as reflexões debatidas acerca da diferença entre emancipação política e emancipação humana, defendendo que a ação do psicólogo deve se orientar para a última, mesmo que, atualmente, não haja condições concretas para tal.

Partindo deste pressuposto, identificamos na Psicologia Histórico-Cultural a fundamentação teórica que possibilita compreender a constituição humana a partir desta visão, pois entende o Homem para além de suas vivências pessoais e interpessoais, mas como ser que se constitui a partir das condições histórico-sociais e cujo processo de formação é indissociável das relações de classe.

Neste sentido, explicamos a visão de Homem da Psicologia Histórico-Cultural, com base no materialismo histórico-dialético, relacionando o processo de constituição dialética da subjetividade, pela dinâmica entre apropriação e objetivação com os pressupostos de Marx sobre a ontologia do ser social, apresentando que a essência do ser social reside no trabalho, como possibilidade de transformação da natureza. Assim, buscamos demonstrar como Vigotski, Luria e Leontiev desenvolveram a Psicologia Histórico-Cultural com base nestes pressupostos, por meio da análise histórica do processo de humanização, evidenciando como a sociedade de classes e o processo de alienação, consequência da divisão social do trabalho, culminam na cisão entre o Homem genérico e o indivíduo singular.

Defendemos tal perspectiva por entender que a mesma possibilita a superação de explicações aparentes dos fenômenos, possibilitando, também, por meio do método marxiano, a compreensão da realidade, não só da constituição do indivíduo, mas dos fenômenos próprios da Assistência Social, como a miséria, pobreza, a dificuldade de acesso a serviços públicos e às diversas violências presentes neste cotidiano. Justificamos tal afirmação pautando-nos nos trabalhos de Kosik (2002), defendendo que o psicólogo deve orientar suas análises e ações buscando a superação da mera descrição de fenômenos empíricos, indo além da pseudoconcreticidade (Kosik, 2002). Este tipo de análise, que é dialética, é fundamental para o que Kosik (2002) chamou de práxis revolucionária, a qual difere da prática utilitária, pois evidencia a possibilidade de transformação da realidade social.

Com os resultados da pesquisa bibliográfica, constatamos que as publicações acadêmicas nesta área têm se embasado, em sua maioria, em perspectivas teóricas críticas, defendendo o rompimento com o modelo clínico e com a noção dicotômica entre indivíduo e sociedade, mas que, apesar disso, as práticas e a visão atribuída à Psicologia neste campo demonstram que este modelo ainda é predominante na prática profissional. Por fim, constatamos que as dificuldades que permeiam a atuação do psicólogo na Assistência Social relacionam-se com seu processo de formação e com a despolitização da profissão, o que pode ser compreendido pelo processo de constituição da Psicologia, discutido nas seções anteriores.

Entendemos que, em relação às primeiras décadas, a profissão já avançou quanto ao elitismo profissional e que o conhecimento acumulado desta ciência incorporou a crítica ao modelo clínico e individual, porém, o desafio atual consiste em possibilitar uma atuação orientada para a transformação social real. Sobre tal desafio, consideramos que o presente estudo ofereceu discussões que podem ampliar as reflexões sobre o mesmo, posto que, ao defender a Psicologia Histórico-Cultural e os preceitos da teoria de Marx orientamo-nos para a emancipação humana, compreendo só ser possível a libertação real e o pleno desenvolvimento humano a partir das mudanças das relações de trabalho e o fim do trabalho explorado.

O presente estudo também evidenciou que no atual cenário das políticas públicas brasileiras o psicólogo tem grande representação como profissional atuante junto às classes mais pobres e que tal fato tem sido objeto de estudo da Psicologia, por outro lado, a perspectiva da psicoterapia e de um indivíduo descontextualizado ainda permeia a prática de muitos profissionais, além de compor o significado social da profissão para os usuários.

É importante contextualizar a profissão enquanto inserida da dinâmica da divisão social do trabalho, compreendendo suas limitações, decorrentes, de seu próprio processo histórico e das especificidades do local onde o psicólogo está inserido, porém, não se pode perder de vista que qualquer ação profissional envolve uma dimensão política, que nos remete ao tão discutido compromisso social o que, na perspectiva que adotamos, nos direciona à necessidade da construção de um projeto ético-político profissional. Entretanto, esta não é uma tarefa fácil, devido à diversidade de linhas teóricas que compõem a profissão, cada qual partindo de uma compreensão de homem e de mundo (Yamamoto, 2012). Por outro lado, é possível que entendamos a Psicologia como uma unidade de diversos e, desse modo

Um projeto ético-político para a profissão não suprime, portanto, as divergências, mas deve ser construído, se possível, apesar da existência dessas diferenças e das suas contradições internas. Como se trata de uma proposta coletiva, construída por um sujeito coletivo (com a heterogeneidade que lhe é própria, como afirmamos acima), o projeto ético-político visa atingir toda a categoria profissional. E, sendo construído por uma unidade de diversos, o projeto é, igualmente, não uma unicidade, mas uma unidade (possível) (Yamamoto, 2012, p. 14).

Sobre a construção de tal projeto ético-político, Yamamoto (2012), chama a atenção para a possibilidade de uma concorrência entre diferentes projetos éticos-políticos, direcionados a determinados projetos de sociedade, defendendo, portanto, a

[...] proposição de um projeto ético-político para a Psicologia, crítico e *progressista*, que possa de uma parte, dar suporte às decisões ético-profissionais de ordem individual do psicólogo [...] e para além da sua (indispensável) ação política como cidadão, ser coparticipante de um projeto ético-político que se articule com projetos societários mais amplos. E, nesse caso, evidentemente, estamos nos referindo a projetos societários que apontem para a transformação estrutural da sociedade capitalista – e não a sua manutenção (Yamamoto, 2012, p. 15).

Para tanto, chamamos a atenção para a necessidade de práticas efetivamente novas,

que compreendam as especificidades da Assistência Social como parte da totalidade de nossa sociedade, buscando ações que se orientem pela perspectiva da emancipação humana, tendo em vista que

Na perspectiva da emancipação humana, a tarefa passa a ser a análise do mundo social. Não há como alcançá-la sem a destruição das barreiras sociais ao livre desenvolvimento do indivíduo em relação consciente com o gênero humano. Assim, a crítica marxiana, por almejar a emancipação humana, supõe a análise dos fundamentos da sociedade burguesa, revelando que o ser humano é o principal demiurgo de sua própria história e que, no atual momento histórico, as únicas barreiras ao seu livre desenvolvimento são barreiras específicas que foram produzidas pelos próprios homens (Lacerda, 2015, p. 261-262).

Desta forma, ao concluir o presente estudo, entendemos que a Psicologia Histórico-Cultural e seu fundamento no materialismo histórico-dialético tem muito a contribuir, teoricamente, para a construção de um projeto ético-político da profissão, uma vez que se orienta para a emancipação humana, pois compreende as consequências da sociedade de classes na constituição do indivíduo e defende a necessidade da apropriação daquilo que foi produzido por ele e pelo gênero humano para sua humanização e liberdade real. Sendo assim, pode embasar práticas que promovam ações reflexivas, críticas e questionadoras acerca da realidade, compreendendo que a mesma está em constante transformação e que esta se dá pela ação dos homens.

A realização deste trabalho possibilitou entender que, apesar de sua função compensatória, a política de Assistência Social também oferece espaços de participação popular, nos quais o psicólogo pode fomentar embates políticos e promover a desnaturalização dos fenômenos com os quais se depara em seu cotidiano profissional, por meio de ações direcionadas à coletividade e à promoção de uma consciência crítica. Deste modo, pautando-se na Psicologia Histórico-Cultural, a ação do psicólogo se direcionaria mais a uma função educativa e mediadora entre o conhecimento dos usuários com os quais trabalha acerca de seu cotidiano e a radicalidade de seus fenômenos (como parte em relação com totalidade) do que a um papel de avaliador, a quem é atribuída a função de diagnosticar, rotular e tratar.

Concluimos também que a política de Assistência Social, inserida na relação entre Estado e Questão Social, tem como limitação estrutural as contradições de classe, sendo imprescindível à manutenção das relações de exploração. Nesta relação, o Estado burguês legitima a concepção de um indivíduo supostamente livre e naturalmente competitivo e possessivo, inserido em uma sociedade também desigual e, neste contexto, a Psicologia hegemônica fortalece tal concepção de Homem, podendo, dessa forma, contribuir para a manutenção da atual dinâmica de sociedade. Sendo assim, consideramos ser de suma importância uma Psicologia que se contraponha a esta visão, como a Psicologia Histórico-Cultural.

Devido ao tempo para a elaboração do presente estudo não nos foi possível discutir as matrizes filosóficas e epistemológicas que embasam as linhas teóricas da Psicologia encontradas nas publicações, o que consideramos importante para compreender que visões de Homem e de mundo as fundamentam. Deste modo, entendemos que estudos neste sentido trariam muitas contribuições à área pesquisada. Também se relaciona à limitação de tempo para construção do trabalho a ausência de discussões sobre as consequências do acirramento da crise econômica e política brasileira nos últimos dois anos para a política de Assistência Social, uma vez que estamos vivenciando um período de restrição de direitos e ampliação da função repressora do Estado, além da fragilização de nossa democracia e dos direitos trabalhistas conquistados.

Outro aspecto a ser mencionado trata-se da complexidade da política de Assistência Social, a qual abrange diversos fenômenos que, por si só, poderiam ser objetos de investigação, como as especificidades de cada nível de proteção social, a importância dos conselhos para o controle social, dentre outros temas que são parte desta política pública.

No que se refere a temáticas mais delimitadas, chamamos a atenção para a necessidade de estudos sobre as diferentes formas de violação de direitos, como a violência doméstica (física, sexual e psicológica) contra a crianças e adolescentes e contra a mulher, pois fazem parte do cotidiano profissional do psicólogo, principalmente na proteção social especial, e, de acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, são poucas os trabalhos que abordam tais fenômenos.

A realização deste estudo também despertou o interesse para pesquisas empíricas que investiguem os sentidos e significados da Psicologia, tanto para os profissionais quanto para os usuários da Assistência Social, bem como para investigações sobre a questão da consciência de classe entre os psicólogos e sobre as condições atuais do movimento e luta de classes no Brasil.

Concluimos, por fim, que a gama de estudos possíveis que se enquadram no campo da Psicologia na Assistência Social é muito ampla, abrangendo diversos fenômenos que podem ser estudados em sua singularidade, mas sem perder de vista que são partes que se relacionam e que compõem uma totalidade, a qual está em constante processo. Sendo assim, é fundamental que o psicólogo, seja enquanto pesquisador ou como profissional de campo, compreenda que é ativo neste processo, bem como são ativas as pessoas com as quais trabalha e, partindo deste entendimento, sempre questione para que direção se movimenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, N.B. (2016). *A concepção de Estado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Algumas reflexões*. 29 fls. Monografia (Especialização em Teoria Histórico-Cultural) - Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá.

Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal. Precarização do trabalho e redundância salarial. *Rev. Katálises*. 12 (2). 188-197. Jul/dez. Recuperado em 14 outubro, 2016 de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200008>;

Antunes, M.A.M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32 (número especial); pp. 44-65.

Barone, A.M.V.B. (2012). *A inserção do psicólogo nas políticas sociais: uma análise da atividade de trabalho de psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social*. Dissertação de mestrado, Gestão Social, Educação e Desenvolvimento local. Centro Universitário Una. Belo Horizonte –MG;

Barreto, D.F.(2015) *Entre cartilhas metodológicas e inventividades dos técnicos dos CRAS: A prática do fortalecimento de vínculo*. Dissertação de mestrado. Psicologia Social - UFS – São Cristóvão – SE;

Behring, E.R.; Boschetti (2011). *Política Social: fundamentos e história*. (9ed). São Paulo – Cortez;

Bock, A. M. A (1999). Psicologia a caminho de um novo século: Identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), pp 315-329.

Bock, A. M. B. (2015). A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: Bock, A.M.B; Gonçalves, M.G.; Furtado, O. (Orgs.). *A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. (6 ed). São Paulo – Cortez;

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília-DF.

Brasil (1993) *Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS/1993*. Brasília-DF.

Brasil (2004a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social. PNAS/2004*. Brasília-DF:MDS.

Brasil (2006a), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, DF: MDS.

Brasil (2009a), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: MDS.

Calixtre, A. (2015). Nota técnica PNAD 2014 – breves análises. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015). Recuperado em 20 de dezembro de 2016 de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_notatecnica_pnad2014.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: Autor;

Conselho Federal de Psicologia. (2016). Nota Técnica 001/2016. *Orientações sobre documentos elaborados por psicólogas e psicólogos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília. Autor;

Costa, A.L.F (2014). *A produção científica de Psicologia e o debate sobre política social*. Tese de doutorado, Psicologia – função social – UFRN. Natal – RN;

Cunha, M.M & Soares, E.P. (2013). Política de Assistência Social e coordenação federativa no Brasil. *Serviço Público Brasília* 67 (1) 85-108. Recuperado em 24 de julho de 2014 de <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/viewFile/1360/752>.

Dantas, C.M.B. (2013). *A ação da Psicologia na Assistência Social: “Interiorização da profissão” e combate à pobreza*. Tese de doutorado, Psicologia. UFRN. Natal – RN;

Dettmann, A.P. S. (2013). *Psicologia, Política e Ética: histórias e personagens da política pública de Assistência Social*. Dissertação de mestrado, Psicologia Institucional. UFES – Vitória-ES;

Draibe, S. (2003). A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, 15(2), 63-101. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200004>

Engels, F. (1999). *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. (e-book) Recuperado em 23 de agosto de 2016 de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>

Engels, F. (2010) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular.

Facci, M.G.D; Barroco, S.S. & Leonardo, N. S.T. (2009). A historicidade na constituição do sujeito: Considerações do marxismo e da Psicologia Histórico-Cultural. In: Tomanik, E. A; Caniato, A.M.P. & Facci, M.G.D (Orgs.) *A constituição do sujeito e a Historicidade*. Campinas-SP: Alínia.

Frare, E. (2013). *A atuação do psicólogo na Assistência Social na região da Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina – SC*. Dissertação de mestrado, Psicologia – UFSC. Florianópolis-SC;

Garcia. M. (2012). *A Assistência Social no Brasil: Como chegamos até aqui?* Recuperado em 15 de outubro de 2014 de <http://www.marceloreisgarcia.com.br/nobrhcomentada.pdf>

Guerra, Y.; Ortiz, F. S. G.; Valente, J & Fialho, N. (2007). O Debate contemporâneo da “Questão Social”. *Anais III Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís – MA, 28 a 30 de agosto. Recuperado

2007.ecuhttp://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf, acessado em 13.01.2103.

Janiake, E. (2012). *Psicologia e Assistência Social: Reflexões sobre atuação no “Terceiro setor” à luz da Psicologia Crítica*. Dissertação de mestrado, Psicologia como profissão e ciência. PUC-Campinas – SP;

Kahhale, E.MP & Andriani, A.G.P (2002). A constituição histórica da Psicologia como ciência. In E. M. S. P. Kahhale (Org.), *A diversidade na Psicologia: uma construção teórica* (pp. 75-96). São Paulo: Cortez.

Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto*. (7ª ed). São Paulo-SP: Paz e Terra.

Lacerda, F. (2016). Marxismo e Psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade. .In: Oliveira, I.F; Costa, A.L.F; Lima, F.C & Amorim, K.(Orgs.) *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras expressões. Recuperado em 22 de dezembro, 2016, de <http://www.marxhoje.com.br/>;

Leontiev, A.(2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. (2ª ed). São Paulo: Centauro.

Lenin, V.I. (2007). *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* São Paulo: Expressão Popular.

Lukács, G.(1979). *Ontologia do ser social: Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo-SP: Ciências Humanas.

Martins, L. M. (2015). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: Tuleski, S.C.; Chaves, M. & Leite, H. A. (Orgs.) *In: Materialismo Histórico-Dialético como fundamento da Psicologia Histórico-Cultural*.

Macedo, J.P. (2007). *O psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na saúde e assistência social*. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN – Natal-RN;

Macêdo, O. (2014). *A atuação dos profissionais de Psicologia nas políticas públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social*. Tese de doutorado, Psicologia. UFPB-João Pessoa-PB;

Mariano, L.H.S.M. (2011). *O praticante de psicanálise no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS); A intervenção retificadora e outras questões*. Dissertação de mestrado, Psicologia. PUC-MG. Belo Horizonte – MG;

Márkus, G. (2015). *Marxismo e Antropologia: O conceito de “Essência Humana” na filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular. Ediucesc.

- Marx, K. & Engels, F. (1982) *A ideologia Alemã*. (3 ed). São Paulo: Editora Ciências Humana.
- Marx, K. (1989). *Sobre a questão judaica*. (e-book). Recuperado de www.lusosofia.net
- Marx, K. (2007). *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a Reforma Social De um prussiano*. Recuperado em 20 de julho de 2016 de <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>
- Mascaro, A.L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.
- Melo, E.P. (2011). *E vamos à luta: o fazer de psicólogos (as) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFC – Fortaleza-CE;
- Menz, D.M. (2012). *Práticas desenvolvidas pelos psicólogos que atuam em Centros de Referência de Assistência Social; interface com a formação acadêmica*. Dissertação de mestrado, Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba-PR;
- Moreira, T.A.S (2014). *O psicólogo e o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes*. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN – Natal-RN;
- Motta, R. F. (2011). *Psicologia na Assistência Social: práticas em travessia*. Dissertação de mestrado, Psicologia Social. PUC-RS – Porto Alegre – RS;
- Motta, R.F. (2015). *O trabalho das (dos) psicólogas (os) no SUAS; materializando a Assistência Social enquanto política pública*. Tese de doutorado, Psicologia. PUC –RS. Porto Alegre – RS;
- Nagel, L. H. (2010). Condições de educabilidade para uma nova sociedade. *Rev. Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. 2(2) Ago. 54-68. Recuperado em 27 de fevereiro, 2016 de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9583>;
- Netto, J.P & Braz, M. (2012). *Economia Política: uma introdução crítica* (8a ed.) São Paulo: Cortez.
- Netto, J.P (2015). *Ditadura e Serviço Social* (X ed.) São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2011). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. (8ed) São Paulo – Cortez;
- Oliveira, I.F. & Amorim, M.O. (2012). O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*. 30 (70). 559-566. Jul/set. Recuperado em 11 de agosto, 2016 de http://www.academia.edu/2772690/Psicologia_e_pol%C3%ADtica_social_o_trato_%C3%A0_pobreza_como_sujeito_psicol%C3%B3gico_;
- Oliveira, IF. & Paiva, I. L. (2016). A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e a atuação do profissional de Psicologia. In: Oliveira, I.F; Costa, A.L.F; Lima, F.C & Amorim, K.(Orgs.) *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras expressões. Recuperado em 22 de dezembro, 2016, de <http://www.marxhoje.com.br/>;

Oliveira, I.R.R. (2015). *Juventude “pobre” e políticas públicas: a experiência profissional no campo da Assistência Social*. Dissertação de mestrado, Psicologia social – UFS. São Cristóvão – SE;

Pagnussat, E. (2014). *Apoio social e familiar em indivíduos acompanhados pelo Programa de Atendimento Integral à Família em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado, Psicologia – PUC-RS. Porto Alegre – RS;

Quintão, V.|Z. (2015). *Uma análise do discurso de direitos humanos que produz práticas profissionais de psicólogos (os) na política de Assistência Social em Juiz de Fora – MG*. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFJF – Juiz de Fora – MG;

Ribeiro, M.E. (2013). *Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões críticas sobre as ações e dilemas profissionais*. Dissertação de mestrado, Psicologia como profissão e ciência. PUC. Campinas – SP;

Ribeiro, A. B. (2010). *O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS*. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN. Natal-RN;

Saviani, D. (2012). Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: Duarte, N. (Org). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. (2ª ed) Campinas-SP: Autores Associados.

Seixas, P.S & Yamamoto, O.H. (2012). A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. *Psicologia Argumento*. 30 (70). pp. 477-489. Recuperado em 13 de junho de 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a12v17n1.pdf>

Senra, C. M. (2009). *Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento*. Tese de doutorado, Psicologia como profissão e ciência. PUC. Campinas-SP;

Silva, A. C.S. (2012). *Desenvolvimento humano: a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social*. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento humano: formação política e práticas sociais – Universidade de Taubaté – Taubaté. São Paulo;

Silva, C.A. (2012). *As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí: Análise curricular*. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN – Natal-RN;

Silva, F. (2007). *O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento*. Tese de doutorado, Psicologia da Educação – PUC-USP. São Paulo.

Silva, G.L.R. (2015). A educação de jovens e adultos sob os fundamentos do método materialista

histórico-dialético: a formação do trabalhador precariamente escolarizado para além das aparências. In: Tuleski, S.C; Chaves, M. & Leite, H. A. (Orgs.) *Materialismo Histórico-Dialético como fundamento da Psicologia Histórico-Cultural*;

Souza, R.F. (2011). *Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social: Práxis Emancipatórias ou Administração Social?* Tese de doutorado, Psicologia Social. PUC-SP. São Paulo-SP;

Susin, C.M. (2012). *O mal estar na cultura e suas incidências na clínica em contexto de exclusão*. Dissertação de mestrado, Psicologia Social e Institucional – UFRS. Porto Alegre – RS;

Tonet, I. (2007). *Democracia ou liberdade*. Recuperado em 19 de fevereiro de 2016 de http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Democracia_ou_Liberdade.pdf

Tonet, I. (2011). *Educação e Ontologia marxiana*. Recuperado em 21 de agosto de 2016 de www.ivotonet.xpg.uol.com.br

Tonet, I (2013). *Método Científico: Uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.

Tonet, I. (2016). *Qual política social para qual emancipação?* Recuperado de www.ivotonet.xpg.uol.com.br

Tuleski, S.C. (2008). *Vygotski: A construção de uma Psicologia marxista*. (2ª ed) Maringá-PR: Eduem.

Tuleski, S. C. (2012). Reflexões sobre a gênese da Psicologia Científica. In: Duarte, N. (Org). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. (2ª ed) Campinas-SP: Autores Associados.

Urna, L.C. (2013). *Psicologia e Proteção Social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo*. Tese de doutorado, Psicologia. USP. São Paulo-SP;

Vigotski, L.S.(1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. O significado Histórico da Crise da Psicologia: Uma investigação metodológica. pp. 203-420

Vigotski, L. S. (2004). *A transformação socialista do homem*. URSS: Varnitso, 1930. Tradução Marxists Internet Archive, english version, Nilson Dória, julho 2004. Recuperado em 20 de fevereiro de 2016 de: <http://www.marxists.org/>

Vygotsky, L.S.; Luria, A. R. (1996). *Estudo sobre a história do comportamento - símios, homem primitivo e criança*. Capítulo 3 - A criança e seu comportamento. Porto Alegre-RS: Artes Médicas.

Vygotski, L.S. (1995). *Obras escogidas III*. Madrid: Visor. Capítulo 1 - O problema do desenvol-

vimento das Funções Psíquicas Superiores. pp. 11-47

Vygotski, L.S (1995), *obras escogidas III*. Madri: Visor. Capítulo 1 - Método de Investigação. pp. 47-97

Volker, V. (2011). *A implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – em Montes Carlos/MG e a participação de profissionais psicólogos nesse processo*. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Carlos. Montes Carlos – MG;

Wlle, D. (2017, 13 de fevereiro). Brasil terá até 3,6 milhões de “novos pobres” em 2017, diz Bird. Recuperado em 25 de maio de 2017 de <http://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tera-ate-36-milhoes-de-novos-pobres-em-2017-diz-bird.ghtml>

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social”: Perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. *Psicologia e Sociedade*. 19(1). Recuperado em 19 de fevereiro, 2016 de www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf

Yamamoto, O. H & Oliveira, I. F. (2010). Políticas Sociais e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 25(especial). Recuperado em 19 de fevereiro, 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf>.

Yamamoto, O.H. (2012). 50 Anos De profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político? *Psicologia: Ciência e Profissão*. 32(especial). 6-17. Recuperado em 04 de março, 2016 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500002.

Apêndices

Título da Tese	Referência
O trabalho das (dos) psicólogas (os) no SUAS; materializando a Assistência Social enquanto política pública.	Motta, R.F. (2015). <i>O trabalho das (dos) psicólogas (os) no SUAS; materializando a Assistência Social enquanto política pública</i> . Tese de doutorado, Psicologia. PUC –RS. Porto Alegre – RS;
Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento.	Senra, C. M. (2009). <i>Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento</i> . Tese de doutorado, Psicologia como profissão e ciência. PUC. Campinas-SP;
Psicologia e Proteção Social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo	Urnau, L.C. (2013). <i>Psicologia e Proteção Social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo</i> . Tese de doutorado, Psicologia. USP. São Paulo-SP;
A atuação dos profissionais de Psicologia nas políticas públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social	Macêdo, O. (2014). <i>A atuação dos profissionais de Psicologia nas políticas públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social</i> . Tese de doutorado, Psicologia. UFPB-João Pessoa-PB;
A ação da Psicologia na Assistência Social: “Interiorização da profissão” e combate à pobreza.	Dantas, C.M.B. (2013). <i>A ação da Psicologia na Assistência Social: “Interiorização da profissão” e combate à pobreza</i> . Tese de doutorado, Psicologia. UFRN. Natal – RN;
Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social: Práxis Emancipatórias ou Administração Social?	Souza, R.F. (2011). <i>Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social: Práxis Emancipatórias ou Administração Social?</i> Tese de doutorado, Psicologia Social. PUC-SP. São Paulo-SP;

Título da Dissertação	Referência
A atuação do psicólogo na Assistência Social na região da Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina	Frare, E. (2013). <i>A atuação do psicólogo na Assistência Social na região da Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina – SC</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia – UFSC. Florianópolis-SC;
A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da vulnerabilidade social	Araújo, M. E. (2014). <i>A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da vulnerabilidade social</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia Social – USP. São Paulo – SP;
Apoio social e familiar em indivíduos acompanhados pelo Programa de Atendimento Integral à Família em Porto Alegre	Pagnussat, E. (2014). <i>Apoio social e familiar em indivíduos acompanhados pelo Programa de Atendimento Integral à Família em Porto Alegre</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia – PUC-RS. Porto Alegre – RS;
Desenvolvimento humano: a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.	Silva, A. C.S. (2012). <i>Desenvolvimento humano: a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social</i> . Dissertação de mestrado, Desenvolvimento humano: formação política e práticas sociais – Universidade de Taubaté – Taubaté . São Paulo;
Entre cartilhas metodológicas e inventividades dos técnicos dos CRAS: A prática do fortalecimento de vínculo.	Barreto, D.F.(2015). <i>Entre cartilhas metodológicas e inventividades dos técnicos dos CRAS: A prática do fortalecimento de vínculo</i> . Dissertação de mestrado. Psicologia Social - UFS – São Cristovão – SE;
Juventude “pobre” e políticas públicas: a experiência profissional no campo da Assistência Social.	Oliveira, I.R.R. (2015). <i>Juventude “pobre” e políticas públicas: a experiência profissional no campo da Assistência Social</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia social – UFS. São Cristovão – SE;
O mal estar na cultura e suas incidências na clínica em contexto de exclusão.	Susin, C.M. (2012). <i>O mal estar na cultura e suas incidências na clínica em contexto de exclusão</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia

	Social e Institucional – UFRS. Porto Alegre – RS;
O psicólogo e o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes	Moreira, T.A.S (2014). <i>O psicólogo e o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN – Natal-RN;
O psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na saúde e assistência social	Macedo, J.P. (2007). <i>O psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na saúde e assistência social</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN – Natal-RN;
Psicologia na Assistência Social: práticas em travessia	Motta, R. F. (2011). <i>Psicologia na Assistência Social: práticas em travessia</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia Social. PUC-RS – Porto Alegre – RS;
Psicologia e Assistência Social: Reflexões sobre atuação no “Terceiro setor” à luz da Psicologia Crítica.	Janiake, E. (2012). <i>Psicologia e Assistência Social: Reflexões sobre atuação no “Terceiro setor” à luz da Psicologia Crítica</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia. PUC-Campinas – SP;
Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões críticas sobre as ações e dilemas profissionais	Ribeiro, M.E. (2013). <i>Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões críticas sobre as ações e dilemas profissionais</i>. Dissertação de mestrado, Psicologia como profissão e ciência. PUC. Campinas – SP;
Psicologia, Política e Ética: histórias e personagens da política pública de Assistência Social	Dettmann, A.P. S. (2013). <i>Psicologia, Política e Ética: histórias e personagens da política pública de Assistência Social</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia Institucional. UFES – Vitória-ES;
O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS.	Ribeiro, A. B. (2010). <i>O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS</i> . Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN. Natal-RN;

<p>Uma análise do discurso de direitos humanos que produz práticas profissionais de psicólogas (os) na política de Assistência Social em Juiz de Fora – MG.</p>	<p>Quintão, V. Z. (2015). <i>Uma análise do discurso de direitos humanos que produz práticas profissionais de psicólogas (os) na política de Assistência Social em Juiz de Fora – MG</i>. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFJF – Juiz de Fora – MG;</p>
<p>A implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – em Montes Carlos/MG e a participação de profissionais psicólogos nesse processo.</p>	<p>Volker, V. (2011). <i>A implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – em Montes Carlos/MG e a participação de profissionais psicólogos nesse processo</i>. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Carlos. Montes Carlos – MG;</p>
<p>A inserção do psicólogo nas políticas sociais: uma análise da atividade de trabalho de psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social</p>	<p>Barone, A.M.V.B. (2012). <i>A inserção do psicólogo nas políticas sociais: uma análise da atividade de trabalho de psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social</i>. Dissertação de mestrado, Gestão Social, Educação e Desenvolvimento local. Centro Universitário Una. Belo Horizonte –MG;</p>
<p>As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí: Análise curricular.</p>	<p>Silva, C.A. (2012). <i>As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí: Análise curricular</i>. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFRN – Natal-RN;</p>
<p>E vamos à luta: o fazer de psicólogos (as) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).</p>	<p>Melo, E.P. (2011). <i>E vamos à luta: o fazer de psicólogos (as) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)</i>. Dissertação de mestrado, Psicologia. UFC – Fortaleza-CE;</p>
<p>O praticante de psicanálise no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS); A intervenção retificadora e outras questões.</p>	<p>Mariano, L.H.S.M. (2011). <i>O praticante de psicanálise no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS); A intervenção retificadora e outras questões</i>. Dissertação de mestrado, Psicologia. PUC-MG. Belo Horizonte – MG;</p>
<p>Práticas desenvolvidas pelos psicólogos</p>	<p>Menz, D.M. (2012). <i>Práticas</i></p>

<p>que atuam em Centros de Referência de Assistência Social; interface com a formação acadêmica.</p>	<p><i>desenvolvidas pelos psicólogos que atuam em Centros de Referência de Assistência Social; interface com a formação acadêmica.</i> Dissertação de mestrado, Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba-PR;</p>
--	---

